



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL

JOSÉ ADRIANO DE ARAÚJO PEREIRA

**A PEDAGOGIA DA PARTICIPAÇÃO DOS PESCADORES ARTESANAIS NA
RESEX ACAÚ/GOIANA PB, PE: UM ESTUDO SOBRE O ORÇAMENTO
DEMOCRÁTICO ESTADUAL**

**JOÃO PESSOA,
2023**

JOSÉ ADRIANO DE ARAÚJO PEREIRA

**A PEDAGOGIA DA PARTICIPAÇÃO DOS PESCADORES ARTESANAIS NA
RESEX ACAÚ/GOIANA PB, PE: UM ESTUDO SOBRE O ORÇAMENTO
DEMOCRÁTICO ESTADUAL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós Graduação em Serviço Social, do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), como um dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Serviço Social. Área de Concentração: Política Social e Serviço Social.

Orientador: Prof.º Dr. Emanuel Luiz Pereira da Silva

**JOÃO PESSOA,
2023**

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

P436p Pereira, José Adriano de Araújo.

A pedagogia da participação dos pescadores artesanais na RESEX Acaú/Goiana PB, PE : um estudo sobre o orçamento democrático estadual / José Adriano de Araújo Pereira. - João Pessoa, 2023.

163 f. : il.

Orientação: Emanuel Luiz Pereira da Silva.
Dissertação (Mestrado) - UFPB/CCHLA.

1. Serviço social. 2. Participação social. 3. Pesca artesanal. 4. Orçamento democrático. 5. Reserva extrativista. I. Silva, Emanuel Luiz Pereira da. II. Título.

UFPB/BC

CDU 36(043)

JOSÉ ADRIANO DE ARAÚJO PEREIRA

**A PEDAGOGIA DA PARTICIPAÇÃO DOS PESCADORES ARTESANAIS NA
RESEX ACAÚ/GOIANA PB, PE: UM ESTUDO SOBRE O ORÇAMENTO
DEMOCRÁTICO ESTADUAL**

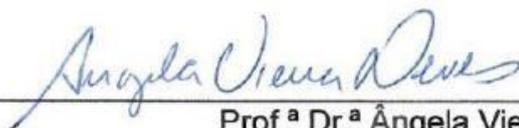
Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal da Paraíba como requisito para a obtenção do título de Mestre em Serviço Social.

Data da aprovação: 31/10/2023

BANCA EXAMINADORA

 Documento assinado digitalmente
EMANUEL LUIZ PEREIRA DA SILVA
Data: 2023.10.31 09:44:43
Participação em: https://lattes.cnpq.br/

Prof. Dr. Emanuel Luiz Pereira da Silva
(Orientador – PPGSS/UFPB)



Prof.ª Dr.ª Ângela Vieira Neves
(Examinadora Interna – PPGSS/UFPB)

 Documento assinado digitalmente
MARIA DAS GRAÇAS MIRANDA FERREIRA DA SILVA
Data: 2023.10.31 09:44:43
Participação em: https://lattes.cnpq.br/

Prof.ª Dr.ª Maria das Graças Miranda Ferreira da Silva
(Examinadora Externa – DSS/UFPB)

Dedico este trabalho, em primeiro lugar, a Deus e aos meus familiares: meus pais Antônio Alves Pereira e Maria José de Araújo Pereira (in memoriam). Meus irmãos Francisco Agnelo, Antônio Alves P. Filho e Maria da Conceição (in memoriam). Às minhas irmãs: Luiza Araújo e Carmem de Lourdes, à Maria de Fátima pela cumplicidade e amor por nós e cuidados comigo e com nossa família.

AGRADECIMENTOS

Durante todo o processo da minha pesquisa precisei de momentos de refúgio, equilíbrio, dedicação e de muita superação nas horas difíceis. A fé é meu maior alimento espiritual, assim como as artes, o esporte, a música, o lazer, as amizades, a família, o trabalho, a leitura e o amor.

Gratidão pela vida em fraternidade junto à Família Araújo e Alves Pereira: Mãe, Pai, Avós, Irmãos, Tios, Sobrinhos que tenho todos como filhos e filhas, primos e primas em diversos graus e cunhadas.

Ao professor e amigo/irmão Dr. Emanuel Luiz Pereira da Silva pelos ensinamentos, paciência, respeito e cumplicidade durante todo o processo de orientação acadêmica. Pela sua valiosa amizade e por nunca ter soltado minhas mãos.

À Prof.^a Dr.^a Ângela Vieira Neves, examinadora interna, pela disponibilidade em participar da banca e pelas preciosas contribuições necessárias para norteamento deste estudo.

À Prof.^a Dr.^a Maria das Graças Miranda Ferreira da Silva, examinadora externa, pelo seu olhar acadêmico assertivo e pedagógico durante o processo de qualificação da pesquisa.

À professora Dr.^a Marinalva Conserva pela expertise no pensar as políticas sociais junto ao Núcleo de Estudos e Pesquisas em Políticas Sociais (NEPPS/UFPB), local que possibilitou tornar-me um pesquisador, alimentado pelas fontes de grandes estudos e publicações realizadas por este núcleo.

À Professora Dr.^a Aline Machado com a qual tive a oportunidade vivenciar o estágio de docência e que me abriu caminhos sobre a educação popular e serviço social.

À Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, assim como a todo corpo docente e os discentes da nossa turma 2021.1.

Ao PIBIC/CNPq por ter aberto portas no território de vivência da pesquisa para o processo da compreensão do objeto de estudo, através dos diversos diálogos entre estudantes, pesquisadores, comunidade, mestrandos, doutorandos e professores. Aos colegas Pablo, Patrícia, Thauana e em especial às amigas Jussara e Janiele pelas constantes trocas de ideias e vivências durante todo o percurso acadêmico e a Prof^a Dr^a Jeovana Nunes.

À Prof.^a Dr.^a Conceição pela simplicidade e sabedoria em nossas idas ao campo e nas vivências do NEPPS.

A RESEX Acaú/Goiana PB, PE pela abertura do campo e das vivências no espaço das reuniões do conselho deliberativo e nas discussões cotidianas na Unidade de Conservação-UC.

À Associação das Marisqueiras de Acaú pelo acolhimento, atenção e reciprocidade durante todo o processo de estudo e em especial a Neidinha – Presidente de AMA, e Nadir, assim como a todas as pescadoras entrevistadas, familiares e moradores do Distrito Acaú, pertencente ao município de Pitimbu/PB.

Ao amigo de infância e parceiro Harry Neto pelas trocas de experiências e ajuda mútua na UFPB.

Às amigas e amigos que a vida me deu: Helga, Nalva, Marcônio, Berivaldo Araújo, Tereza, Davidson, Mesquita, Aderivan, Selminha, Tony Rodrigues, Hamilton, Martha, Jucilena e Grazy, pelas longas conversas madrugadas adentro durante tantas noites que passei em claro produzindo esse estudo.

À Secretária Executiva do Orçamento Democrático Estadual e aos vários companheiros/as que construímos ao longo da nossa trajetória na luta pela democracia participativa: Gilvanildo Pereira, Ana Paula Almeida, Hélio Silva, Helena Serrano, Chris Lucena, Leandro Pontes, Nalda Pereira, Alexandre, Masinho Cardoso, Germano Barbosa, Mazuque, Marcia, Simone, João Neto, João Holmes, Helena Lourenço, Regina, Adriano Dias, Clério Nunes, Fabrícia, Chaguinhas, Geraldo Bernado, Silvonetto, Eric, Fabio Fena, Joás, Caróe, Titico Alexandre, Rivelino,

Cantalice, Denise, Ivones, Valdemir e tantas outras pessoas que nunca desistiram de lutar por dias melhores.

Aos conselheiros/as regionais e estadual do ODE: Ana Rodrigues, Joca Palmeira, Luiz Cândido, Dona Lia (in memoriam), Severino Paixão, Marilene (in memoriam), Ronaldinho, Auriberto, Marlindo, Índio e Ari. Estendo a tantas outras pessoas que representaram e representam tão bem a luta dos movimentos sociais pela democratização das ações do governo na Paraíba.

Ao Ex-Governador Ricardo Vieira Coutinho por implantar o ODE na Paraíba. Pela coragem em dividir o poder com o povo, contribuindo para a mudança de mentalidade das pessoas paraibanas deixando um grande legado na política participativa.

Ao Governador João Azevedo por dar continuidade à política do Orçamento Democrático Estadual.

Agradecer a minha irmã Luiza Flores pelo acompanhamento educacional durante toda minha vida e pelo incentivo constante no meu fazer profissional.

A minha irmã Carminha pelo zelo comigo, além dos seus deliciosos almoços, preparados com carinho durante o corre na minha trajetória como mestrando.

Aos meus sobrinhos/as por não soltarem a minha mão, António Neto, Lourdinha, Jailtinho, Beto, Idel, Hilka, Hilma, Antoniê, Hugo, Isabele, Gabriel, Ester, Iasmim, Bruno, Agnise, Agleno, Mariane, Clarinha e Yan.

À Maria de Fátima, carinhosamente chamada por Bá, pelos afetos e cuidados diários, pelo amor, carinho e dedicação profícua comigo.

Ao amigo/companheiro e pedagogo Cícero Vítor, por aguentar minhas crises existenciais e tantas outras, por sempre me fazer acreditar que eu sou capaz e por realizar coisas imensuráveis para estar sempre ao meu lado.

Ao amigo/irmão e Psicólogo Luiz Carlos pelas constantes escutas e conversas informais, pelas experiências gastronômicas mundo a fora e claro pela sua

preciosíssima amizade, além da sua dedicação em se dispor a fazer lindas fotos no campo desta pesquisa.

Ao Grupo da Terceira Idade Flores Belas, minha segunda família, pelo amor e carinho constante em minha vida e pela compreensão das minhas ausências durante a minha trajetória no PPGSS/UFPB.

A ONG. Pro Dia Nascer Feliz por ser um espaço de inclusão social e de luta contra as vulnerabilidades sociais, onde aprendemos todos os dias a nunca desistir dos nossos sonhos; onde em nome do meu amigo/irmão Marcos Ferraz estendo os agradecimentos a todos/as os/as voluntários/as.

A Secretaria de Educação, Esporte e Cultura do Rio Grande Norte pelo cumprimento e sensibilidade em fazer valer a lei que garante o direito à licença para capacitação e formação continuada.

Aos colegas professores/as e gestores/as da Escola Estadual Alberto Maranhão, pelas trocas de experiências e vivência profissional e pelo constante apoio recebido.

Aos amigos Netinho Gonçalo e Adailton Silva, parceiros nas batalhas da Educação Física Escolar e nas trocas de experiências acadêmicas.

A todas as pessoas que acreditaram na realização desse sonho e aquelas que não acreditaram também.

“A vida me ensinou a nunca desistir
Nem ganhar, nem perder, mas procurar evoluir
Podem me tirar tudo que tenho
Só não podem me tirar as coisas boas que eu já fiz pra quem eu amo
E eu sou feliz e canto e o universo é uma canção
E eu vou que vou
História, nossas histórias
Dias de luta, dias de glória”
Composição: Chorão e Thiago Castanha.

RESUMO

O estudo dissertativo em voga tem por objetivo analisar o processo da pedagogia de participação da sociedade civil através das dinâmicas territoriais das pescadoras artesanais e suas famílias inseridas na Associação de Marisqueiras de Acaú pertencentes a RESEX Acaú/Goiana na porção Paraíba e a possível existência de vínculos com o Orçamento Democrático Estadual no território de vivência. A partir da década de 1980, a questão da participação ganha evidência com a atuação dos movimentos sociais, sendo um divisor de águas para a cogestão e fortalecida com a constituição de 1988 no Brasil. A participação da sociedade civil, através das lutas postas em campo pelos movimentos sociais, buscou aproximar os movimentos e suas representações dos canais de tomada de decisão do Estado após um longo processo de ditadura militar no Brasil. Entre estes movimentos estavam os das lideranças comunitárias, povos tradicionais, mulheres, LGBTQIAPN+ entre outros. Nos anos 1990, houve diversas experiências participativas de gestão, cogestão, conselhistas - conselhos gestores. Os debates realizados no âmbito do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Políticas Sociais (NEPPS/UFPB) nos levaram ao seguinte problema: quais os efeitos políticos relacionados à dimensão pedagógica da política de participação voltada para pesca artesanal, através do Orçamento Democrático Estadual na RESEX Acaú/Goiana PB, PE na porção Paraíba? No arcabouço metodológico aplicamos o método marxiano a partir dos conceitos teóricos nas perspectivas de diversos autores, tais como: Ângela Neves, Luciano Avritzer, Dirce Koga, Milton Santos, Aldaíza Sposati, Emanuel Silva, Marinalva Conserva dentre outros. Este trabalho também é fruto de uma pesquisa de campo como base no diálogo constante e a participação direta, turnê guiada e utilização de grupo focal com informante chave. A combinação de métodos, também chamada de triangulação, foi pensada, a princípio, como estratégia para validar resultados obtidos com métodos individuais, mas atualmente é considerada como uma forma de complementar o conhecimento e superar as potenciais limitações dos métodos aqui tomados. Esta é uma pesquisa qualitativa que fez uso da observação participante e da entrevista semiestruturada, proporcionando assim uma relação mais ampla entre o emissor e o receptor no âmbito da comunicação verbal. Caracterizamos a discussão e a interpretação dos fenômenos estudados a partir da identificação de padrões recorrentes e por uma base teórica preexistente. A categorização e a sistematização foram feitas a partir da análise de conteúdo de Bardin. A vocalização do território materializada nos sujeitos ganha forma, força, vez e voz na luta por um Estado menos autoritário; pela garantia da descentralização dos recursos públicos, visando superar as desproteções em seus mais variados níveis nos seus territórios de vivência. O Orçamento Democrático Estadual (ODE) precisa garantir o recorte por seguimentos sociais nos assentos dos conselhos regionais e ampliar os vínculos junto a comunidade pesqueira. A análise dos resultados demonstrou que 60% dos entrevistados não conhecem a política de participação do ODE; 20% já ouviram falar, mas nunca participaram; 20% afirmam que participaram do ODE e alegaram que a política da participação popular no território ainda enfrenta constantes conflitos, estes derivados da cultura política na disputa entre a classe política a sociedade civil.

Palavras-chave: Participação Social. Pescar Artesanal. Orçamento Democrático. Reserva Extrativista.

ABSTRACT

The dissertation study in vogue aims to analyze the process of pedagogy of civil society participation through the territorial dynamics of artisanal fisherwomen and their families included in the Association of Shellfish Makers of Acaú belonging to RESEX Acaú/Goiana in the Paraíba portion and the possible existence of links with the State Democratic Budget in the territory of living. From the 1980s onwards, the issue of participation became more evident with the actions of social movements, becoming a watershed for co-management and strengthened with the 1988 constitution in Brazil. The participation of civil society, through the struggles put in place by social movements, sought to bring movements and their representations closer to the State's decision-making channels after a long process of military dictatorship in Brazil. Among these movements were those of community leaders, traditional peoples, women, LGBTQIAPN+, among others. In the 1990s, there were several participatory experiences of management, co-management, advisors - management councils. The debates held within the scope of the Center for Studies and Research in Social Policies (NEPPS/UFPB) led us to the following problem: what are the political effects related to the pedagogical dimension of the participation policy aimed at artisanal fishing, through the State Democratic Budget at RESEX Acaú/Goiana PB, PE in the Paraíba portion? In the methodological framework we apply the Marxian method based on theoretical concepts from the perspectives of several authors, such as: Ângela Neves, Luciano Avitrizer, Dirce Koga, Milton Santos, Aldaíza Sposati, Emanuel Silva, Marinalva Conserva among others. This work is also the result of field research based on constant dialogue and direct participation, guided tour and use of focus groups with key informants. The combination of methods, also called triangulation, was initially thought of as a strategy to validate results obtained with individual methods, but is currently considered as a way of complementing knowledge and overcoming the potential limitations of the methods used here. This is a qualitative research that made use of participant observation and semi-structured interviews, thus providing a broader relationship between the sender and the receiver within the scope of verbal communication. We characterize the discussion and interpretation of the phenomena studied based on the identification of recurring patterns and a pre-existing theoretical basis. Categorization and systematization were carried out based on Bardin's content analysis. The vocalization of the territory materialized in the subjects gains form, strength, time and voice in the fight for a less authoritarian State; by guaranteeing the decentralization of public resources, aiming to overcome lack of protection at its most varied levels in its territories of existence. The State Democratic Budget (ODE) needs to guarantee the inclusion of social segments in the seats of regional councils and expand ties with the fishing community. Analysis of the results demonstrated that 60% of those interviewed did not know ODE's participation policy; 20% have heard about it, but never participated; 20% claim that they participated in the ODE and claimed that the policy of popular participation in the territory still faces constant conflicts, these arising from political culture in the dispute between the political class and civil society.

Keywords: Social Participation. Artisanal Fishing. Democratic Budget. Extractive reserv

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - O povo no poder.....	23
Figura 2 - Assembleia do Orçamento Participativo de Porto Alegre 2023	32
Figura 3 - Campanha de divulgação do ciclo de audiências regionais -ODE,2023...44	
Figura 4 - Organograma da Secretaria Executiva do Orçamento Democrático	53
Figura 5 - Mapa das divisões geoadministrativas regionais da Paraíba	53
Figura 6 - Reserva extrativista Acaú-Goiana.....	68
Figura 7 - Mapa de localização da RESEX Acaú/Goiana, PB, PE.	75
Figura 8 - Mapa das áreas protegidas da RESEX Acaú/Goiana, PB, PE.....	79
Figura 9 - Porto de Congaçari – Caaporã/PB.....	87
Figura 10 - Praia de Acaú – Pitimbu/PB	88
Figura 11 - Colônias dos Pescadores z-14 – Balde do Rio – Goiana/PE	89
Figura 12- Tejucupapo – Goiana/PE.....	89
Figura 13 - Povoado de São Lourenço – Goiana/PE	91
Figura 14 - Carne de Vaca – Goiana/PE	91
Figura 15 - Barco pescador	96
Figura 16 - Mariscos no banco de areia- Croas, na Resex Acaú/Goiana	98
Figura 17 - Marisqueira capturando o marisco com as mãos em águas rasas.....	99
Figura 18 - Marisqueira capturando o marisco no banco de areia (Croa).....	101
Figura 19 - Marisqueira pescando o marisco com o puçá	102
Figura 20 - Marisco pescados com o gadanho ou ciscador.	103
Figura 21 - Marisqueiras capturando o marisco com o gadanho ou ciscador.....	103
Figura 22 - Marisqueira realizando a lavagem do marisco.....	104
Figura 23 - Marisqueiras utilizando proteção de ventilador para lavar o marisco	105
Figura 24 - Marisqueiras transportando o marisco.....	105
Figura 25 - Fogão improvisado para o processo de queimagem do marisco	106
Figura 26 - Processo de queimagem do marisco.....	107
Figura 27 - Processo que antecede o descatebamento	108
Figura 28 - Processo de debulha e/ou descatebamento do marisco	109
Figura 29 - Orçamento Democrático e a comunidade do mar.....	115

Gráfico 1 - Dados sobre gênero.....	98
Gráfico 2 - Dados sobre cor/etnia.....	130
Gráfico 3 - Dados sobre naturalidade por Estado.....	131
Gráfico 4 - Dados sobre naturalidade por município	132
Gráfico 5 - Dados sobre estado civil	133
Gráfico 6 - Dados sobre faixa etária.....	133
Gráfico 7 - Dados sobre grau de escolaridade	135
Gráfico 8 - Dados sobre dificuldades para frequentar a escola.....	135
Gráfico 9 - Dados sobre dificuldade para acessar e/ou permanecer na escola.....	136
Quadro 1: Quantidade total de conselheiros por município primeira região geoadministrativa	58
Quadro 2: Fala dos/as entrevistados/as sobre o ODE na categoria participação	121
Tabela 1: Número de Conselheiros/as eleitos/as na Primeira Região Geoadministrati- va do ODE	61
Tabela 2 - Número geral de participantes nos quatro últimos anos das audiências ré- gionais do ODE.....	62

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AG - Acordo de Gestão
AMA - Associação das Marisqueira de Acaú
AR - Articulador Regional
BPC - Benefício de Prestação Continuada
CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CGB – Conselho Gestor Deliberativo
CCP – Conselho Pastoral dos Pescadores
CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania
CEOD – Conselho Estadual do Orçamento Democrático
CROD – Conselho Regional do Orçamento Democrático
C/F - Constituição Federal
CRQ - Comunidade Remanescente Quilombola
CROD - Conselho Regional do Orçamento Democrático
CNPQ - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CPP - Conselho Pastoral de Pescadores
CGD - Comitê da Governança Digital
DOU – Diário Oficial da União
DCMJP - Diário da Câmara Municipal de João Pessoa
DOE-PB – Diário Oficial do Estado da Paraíba
DISAT – Diretoria de Ações Socioambientais e Consolidação Territorial
GT – Grupo de Trabalho
GRAF – Gerência de Acompanhamento e Formação
GOOGLE SCHOLAR - Google Acadêmico
IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e do Recursos Renováveis
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMBIO - Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
IDH – Índice de Desenvolvimento Humano
LGBTQIAPN+ - LGB, diz respeito à orientação sexual do indivíduo. A segunda,
TQIAPN+ - diz respeito ao gênero

LOS - Lei Orgânica de Saúde
LOAS - Lei Orgânica da Assistência Social
LDO - Lei Diretrizes Orçamentária
LOA - Lei Orçamentária Anual
MEC – Ministério da Educação e Cultura
MMA- Ministério do Meio Ambiente
MPA – Ministério da Pesca e Aquicultura
NEPPS- Núcleo de Estudos e Pesquisas em Políticas Sociais
NPGI – Núcleo de Processamento e Gestão da Informação
ODE- Orçamento Democrático Estadual
OP- Orçamento Participativo
ONG – Organização Não Governamental
ODM-Orçamento Democrático Municipal
PPA – Planejamento Plurianual
PPGSS- Programa de Pós-Graduação em Serviço Social
PSB -Partido Socialista Brasileiro
PIBIC- Programa Institucional de Bolsa de Iniciação Científica
PUBMED - PubMed Unique Identifier
PMDB- Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PT- Partido dos Trabalhadores
REBOP- Rede Brasileira de Orçamento Participativo
RPDP – Rede Paraibana de Democracia Participativa
RESEX- Reserva Extrativista
SCIELO- Scientific Electronic Library Online
SEC – Secretaria Executiva dos Conselhos
SEOD – Secretaria Executiva do Orçamento Democrático
SEPLAG – Secretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão
SNUC- Sistema Nacional de Unidades de Conservação
U.C- Unidade de Conservação
USF- Unidade Saúde da Família
UFPB- Universidade Federal da Paraíba
DOU – Diário Oficial da União

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	15
2. PARTICIPAÇÃO SOCIAL E O ORÇAMENTO PARTICIPATIVO BRASILEIRO.....	23
2.1 CONCEPÇÕES DE PARTICIPAÇÃO SOCIAL.....	27
2.2 BREVE RELATO SOBRE O SURGIMENTO DO ORÇAMENTO PARTICIPATIVO EM PORTO ALEGRE E SEU REFLEXO NO BRASIL.....	32
2.3 O QUE É ORÇAMENTO PARTICIPATIVO?.....	36
2.4 GESTAÇÃO E NASCIMENTO DO ORÇAMENTO DEMOCRÁTICO ESTADUAL NA PARAÍBA.....	41
3. TERRITÓRIO VIVO: PARTICIPAÇÃO E PESCA ARTESANAL.....	69
3.1 PARTICIPAR É PRECISO: A CONSTRUÇÃO DO LUGAR.....	69
3.2 DESENHANDO E HISTORIZANDO ATRAVÉS DA PARTICIPAÇÃO O TERRITÓRIO DA RESEX ACAÚ/GOIANA PB, PE.....	72
3.3 CARACTERÍSTICAS DEMOGRÁFICAS E A VIDA DAS COMUNIDADES DA RESEX ACAÚ/GOIANA PB, PE.....	81
3.4 COMUNIDADES BENEFICIÁRIAS DA RESEX ACAÚ/GOIANA PB, PE.....	85
3.5 PARTICIPAÇÃO, PESCA E TRABALHO.....	92
3.6 A POLÍTICA DA PARTICIPAÇÃO NA CONCEPÇÃO DO TERRITÓRIO NA PESCA ARTESANAL.....	109
3.7 A AÇÃO PEDAGÓGICA COMO FERRAMENTA DE ESTÍMULOS PARA A PARTICIPAÇÃO NA RESEX ACAÚ/GOIANA PB, PE.....	110
4. ORÇAMENTO DEMOCRÁTICO E A COMUNIDADE DO MAR.....	116
4.1 A CHEGANÇA DO ORÇAMENTO DEMOCRÁTICO ESTADUAL NO TERRITÓRIO DE VIVÊNCIA DOS PESCADORES ARTESANAIS EM PITIMBU/PB.....	116
4.2 PROTEÇÃO SOCIAL PELO VIÉS DA PARTICIPAÇÃO NA PESCA ARTESANAL.....	128
4.2.1 Dados socioeconômico da comunidade do mar.....	131
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	138
REFERÊNCIAS.....	143
ANEXO A – PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP.....	155
ANEXO B – ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA.....	161
ANEXO C – CARTA DE ANUÊNCIA.....	163

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho intitulado “A pedagogia da participação junto aos pescadores artesanais da reserva extrativista (RESEX) Acaú/PB e Goiana/PE: um estudo sobre o Orçamento Democrático Estadual”, tem como objeto de estudo a política da participação dos pescadores e pescadoras artesanais inseridos na Associação das Marisqueiras de Acaú, pertencentes a RESEX Acaú/Goiana na porção paraíba, tendo como recorte a cidade de Pitimbu no litoral sul e sua relação com o Orçamento Democrático Estadual.

A pesquisa buscou investigar como acontece a pedagogia da política de participação voltadas para a pesca artesanal e sua possível relação com o Orçamento Democrático Estadual (ODE), na RESEX Acaú/Goiana, na porção PB, que faz parte da primeira região geoadministrativa com especificidade para a cidade de Pitimbu, como via de espaço para efetivação das políticas públicas e sociais no território de vivências.

A partir da década de 1980, a questão da participação ganha evidência com a atuação dos movimentos sociais, sendo um divisor de águas para a cogestão e fortalecida com a constituição de 1988 no Brasil. A participação da sociedade civil, através das lutas postas em campo pelos movimentos sociais, buscou aproximar os movimentos e suas representações dos canais de tomada de decisão do Estado após um longo processo de ditadura militar no Brasil. Entre estes movimentos estavam os das lideranças comunitárias, povos tradicionais, mulheres, LGBTQIAPN+ entre outros. Ou seja, era o início da redemocratização do país. Já nos anos 1990, houveram diversas experiências participativas de gestão, cogestão, conselhistas – conselhos gestores (Neves, 2008).

A vocalização do território materializada nos sujeitos ganha forma, força, vez e voz na luta por um Estado menos autoritário e pela garantia da descentralização dos recursos públicos, visando superar as desproteções em seus mais variados níveis – tendo como exemplo basilar a pauta em prol da conservação ambiental e a sustentabilidade do trabalho na pesca artesanal no litoral sul da Paraíba. Essa demanda ganha materialidade com a reivindicação popular no processo da criação da Reserva Extrativista Acaú/PB e Goiana/PE preocupados com a subsistência no extrativismo, especificamente na captura de caranguejos, siris, mariscos e peixes existentes no ecossistema de manguezal.

Conforme Silva e Koga (2022), as populações tradicionais do litoral paraibano norte e sul têm seu modo de vida diretamente vinculado às atividades da pesca, mais especificamente a artesanal e aos seus territórios. Diegues (2008) evidencia que a categoria povos tradicionais engloba uma diversidade de populações, entre as quais se destacam no Nordeste do Brasil: os povos indígenas, os caboclos, os povos de terreiro, os ciganos e os ribeirinhos (Silva; Koga, 2022).

Em tese desenvolvida no Litoral Norte do Estado da Paraíba, Silva (2016) define a pesca artesanal como aquela entendida e realizada dentro dos moldes da pequena produção mercantil de base familiar e comunitária que comporta, em alguns casos, a produção de pescadores-agricultores e se caracteriza pela utilização de baixa tecnologia (Diegues, 1983, 1988; Silva, 2011, 2016). Quando compreendida como processo de trabalho, distancia-se em características com a pesca industrial por ser exercida com métodos simples e suas especificidades serem bastante diversificadas, a depender do território em que são desenvolvidas, tanto em relação aos habitats onde atuam quanto aos estoques que exploram (Begossi, 1992; Maldonado, 1986; Silva, 2016).

Silva (2016) afirma que a pesca de subsistência não tem disponíveis as tecnologias modernas como as demais modalidades de pesca. Desta forma, ela é realizada através do uso ou não de embarcações de pequeno porte movidas a remo e, em pouquíssimos casos, a motor e apetrechos como a tarrafa, rede pequena, linha, anzol, entre outros para a captura do pescado. No caso da coleta de mariscos, muitas vezes se utiliza o gadanho, a caixa vazada, a colher de pedreiro e as próprias mãos (Silva, 2016).

A vivência acadêmica como pesquisador ligado ao Núcleo de Estudos e Pesquisas em Políticas Sociais (NEPPS) desde 2020, – juntamente com a nossa experiência profissional no Orçamento Democrático Estadual (ODE) do Governo do Estado da Paraíba, entre os anos de 2011 e 2018, na condição de Articulador Regional; depois passando a exercer a função de Gerente Regional de Acompanhamento e Formação e, em seguida, na condição de Chefe de Gabinete do ODE, juntamente com as experiências anteriores na área da educação como professor de Educação Física Escolar, atuante nas políticas dos conselhos educacionais e do sindicato da categoria – nos instigou ainda mais a aprofundar os estudos relacionados à temática da participação nos territórios de vivências das populações tradicionais, especificamente daquelas que vivem da pesca artesanal.

Através de estudos realizados no NEPPS constatamos que no Litoral Sul paraibano existem dois municípios – Caaporã e Pitimbu – que possuem comunidades pesqueiras protegidas por uma reserva extrativista (RESEX). Isto logo despertou nosso interesse em estudar a organização pedagógica da política de participação no território junto à pesca artesanal daquela localidade e se existem vínculos com o Orçamento Democrático Estadual da Paraíba.

A partir dos debates e discussões realizados no âmbito do NEPPS, chegamos na questão norteadora, a saber: Quais os efeitos políticos relacionados à dimensão pedagógica da política de participação voltada para a pesca artesanal através do Orçamento Democrático Estadual na RESEX Acaú/Goiana PB, PE, na porção Paraíba? Para uma melhor compreensão do estudo delineamos os seguintes objetivos, a saber:

Objetivo Geral:

Analisar o processo da pedagogia de participação da sociedade civil, através das dinâmicas territoriais das pescadoras artesanais e suas famílias inseridas na Associação de Marisqueiras de Acaú pertencentes a RESEX Acaú/Goiana na porção Paraíba e a possível existência de vínculos com o Orçamento Democrático Estadual no território de vivência.

Objetivos Específicos:

- Identificar como acontece o processo pedagógico da política de participação, representação, mobilização e da cultura política das pescadoras e suas famílias através da Associação das Marisqueiras de Acaú (AMA), inseridas na RESEX Acaú/Goiana na porção Paraíba;
- Investigar se existe vínculos de participação e reconhecimento entre as pescadoras artesanais e suas famílias com o Orçamento Democrático Estadual na RESEX Acaú/Goiana, porção Paraíba, através da AMA;
- Dar visibilidade às expressões da questão social das pescadoras artesanais e suas famílias inseridas na AMA da RESEX Acaú/Goiana na porção Paraíba, no que afetam diretamente os direitos sociais de cidadania e a garantia de sobrevivência nos territórios de vivência.

O constructo metodológico que foi elaborado durante a pesquisa teve como referência inicial as produções acadêmicas do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Política Social (NEPPS/UFPB), em que propomos um percurso metodológico combinando diferentes escalas de coleta de dados e análises, tendo como perspectiva aportar estratégias e ferramentas de avaliação e monitoramento relacionados à pedagogia da participação social dos pescadores artesanais.

As configurações de pertencimento dos vínculos relacionais no território de vivência são imprescindíveis para dimensionar e mensurar redes de serviços e benefícios provenientes da iniciativa governamental através da gestão das políticas sociais para a garantia de direitos sociais e humanos (Koga, 2003; Koga & Nakano, 2006; PIBIC/CNPq/UFPB, 2021).

Assim como a pobreza e a exclusão são fenômenos complexos, os pressupostos para a integração e inclusão das pessoas que vivenciam situações de risco humano e social também são. Isto porque tratar-se de pessoas absolutamente diferentes, portanto, uma pobreza que perpassa diferenças entre os que a vivenciam requer, nas palavras de Lavinias (2003), heterogeneidade no seu enfrentamento.

Utilizamos o método do materialismo histórico dialético que tem por base o conhecimento das relações humanas, ou seja, a realidade não é apenas exterioridade, pois a mediação das necessidades humanas com a natureza pressupõe também as formas subjetivas. Contudo, essa subjetividade está sempre em relação com as determinações existentes, o que também origina a complexidade da relação entre sujeito e objeto.

Para Boechat (2014, p. 83), é possível identificar alguns aspectos que particularizam o método marxiano. O primeiro deles é o seu humanismo e historicismo absoluto, pois Marx vê o homem a partir de sua atividade laboral prática ao longo da história em que seu método de socialização se dá pelo trabalho factual. Outra característica do método marxiano é o seu materialismo, ou seja, a sua concreticidade. Por último, temos a dialética, a sua ação como metodologia.

Boechat (2014, p. 84) faz uma análise da interconexão de múltiplas dimensões que constituem a totalidade, não a exaurindo, mas a problematizando de forma interrelacionada. Os processos de dedução e indução são interconectados pelo entendimento e pela lógica dialética.

Assim sendo, a metodologia deste trabalho é composta de conceitos teóricos a partir das perspectivas de diversos autores, tais como: Ângela Vieira Neves, Luciano

Avritzer, Dirce Koga, Milton Santos, Aldaíza Sposati, Emanuel Silva, Marinalva de Conserva dentre outros que nos auxiliaram na realização dos objetivos propostos.

A atividade de pesquisa de campo teve como base e fundamento técnico-operacional o diálogo constante e a participação, turnê guiada e utilização de grupo focal com informante-chave. Segundo Flick (2009), a combinação de métodos, também chamada de triangulação, foi pensada, a princípio, como estratégia para validar resultados obtidos com métodos individuais, mas atualmente é considerada como uma forma de complementar o conhecimento e superar os potenciais limitações dos métodos aqui tomados.

Optamos pelo modelo de pesquisa qualitativa com a utilização da observação participante e da entrevista semiestruturada proporcionando, assim, uma relação mais ampla e digna entre o emissor e o receptor no âmbito da comunicação verbal.

vivenciamos o campo colocando os sujeitos entrevistados como protagonistas das suas histórias, através das suas relações e embates observados no território, além do trabalho desenvolvido no tocante à história oral e à memória, conforme apontam os escritos de Thompson (1992). A observação participante, como técnica de interpretação das realidades apresentadas em campo, possibilita um contato pessoal do pesquisador com o objeto investigado fazendo com que este acompanhe as experiências cotidianas dos sujeitos e apreenda o significado que atribuem às suas ações.

No decorrer da pesquisa, foram utilizados os seguintes instrumentos para coleta de dados: gravadores de áudio, câmera fotográfica, entrevista semiestruturada e o tradicional diário de campo. Foram entrevistados 11 pescadores/as artesanais e familiares, identificados como lideranças apontadas pela Associação de Marisqueiras de Acaú-PB. A AMA apresenta o número de aproximadamente 600 associados registrados. Importante ressaltar que desde o período pandêmico que a AMA não atualizou o registro dos associados/as. As marisqueiras e familiares indicados para as entrevistas são caracterizadas como lideranças pela AMA, a partir das suas histórias de vidas geracionais na pesca artesanal, estando à frente nas lutas e bandeiras defendidas pela instituição no território.

As visitas de campo foram necessárias para identificar o processo de organização pedagógica dos pescadores artesanais da RESEX ACAÚ/GOIANA, inseridos na AMA. Permitiu identificar também os possíveis impactos do Orçamento Democrático Estadual no território de vivência, tendo em vista ser esta uma ferramenta

governamental que tem como missão aproximar a população da condição de cogestores junto à tomada de decisões dos investimentos públicos e sua descentralização regional, garantindo o acesso às políticas sociais e públicas, dando visibilidade às expressões da questão social e da cidadania.

As situações de riscos que incidem sobre o tecido social são produtoras de violação de direitos, portanto, o seu enfrentamento ultrapassa a territorialização e efetividade dos serviços e dos benefícios como instrumentos provedores de proteção social a partir de ações da iniciativa governamental, pela via do acesso à distribuição de bens e recursos no fortalecimento da capacidade protetiva de famílias e indivíduos. Seu caráter multifatorial além de provocar arranjos intersetoriais transversais tangencia as referências territoriais que estão postas particularmente pelos contextos espaciais que, se assumidos pela governança pública, imprimem o caráter efetivo e de qualidade almejados pela sociedade (Koga, 2005).

Parte da pesquisa se deu a partir da utilização de ferramentas de comunicação breve, fundamentada em revisão da literatura técnico-científica e captação de dados secundários, por meio de consultas aos portais de pesquisa e base de dados (*PubMed, SAGE, SciELO, Springer, Wiley, Google Scholar* etc.). Nesse processo, foram utilizados descritores como: o *online interviewin* entre outros.

Para o desenvolvimento dos objetivos propostos, a pesquisa buscou manter como eixo estruturador a aposta na construção coletiva do conhecimento dos processos no qual vivenciam os pescadores artesanais e seus familiares no território relacionados à política da participação. Trata-se, nesse contexto, de instituir como foco a observação constante e como categoria de pesquisa o território usado, defendido por Milton Santos (1985), ao considerar os territórios como espaços vivos e de vivência. Ou, ainda, territórios praticados, na perspectiva de Ana Clara Torres Ribeiro (2014), para quem as experiências praticadas nos territórios necessitam ser reveladas, valorizadas, compreendidas.

O procedimento para coleta e análise dos dados se deu da seguinte maneira: os entrevistados(as) foram informados previamente sobre os objetivos da pesquisa, assim como da garantia do sigilo das informações fornecidas, do compromisso de assegurar o anonimato, bem como o direito de suspender a participação na pesquisa a qualquer momento. O início das entrevistas aconteceu após autorização da Plataforma Brasil e a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

A categorização e a sistematização foram feitas a partir da análise de conteúdo de Bardin (1979) seguindo estas etapas: codificação, categorização, tratamento dos resultados, inferência e a interpretação dos resultados. Segundo Bardin (1979), a análise do conteúdo é um conjunto de instrumentos de cunho metodológico em constante aperfeiçoamento que se aplicam aos discursos (conteúdos e continentes) extremamente diversificados.

Utilizamos também a observação participante, que de acordo com o livro *Desvendando Máscaras* (1990), na observação do participante o pesquisador precisa construir vínculos de confiança com todos os grupos ou organizações que esteja estudando. É importante que o pesquisador obtenha o apoio de indivíduos-chave, sem tratá-los como agentes passivos, mas sim, como colaboradores da pesquisa (Foot Whyte, 1990).

Assim, através dos relatos, investigando as sutilezas das narrativas dos/das entrevistados/as e de suas ações, foi possível construir possibilidades interpretativas acerca dos sentidos e das práticas vivenciadas pelos indivíduos. Foi elaborado um banco de dados com informações sobre sexo, idade, escolaridade, estado civil e trabalho dos entrevistados; assim como um acervo de fotografias tiradas nas visitas feitas às comunidades inseridas na porção Paraíba da RESEX Acaú/Goiana PB, PE como forma de possibilitar no futuro a organização de um acervo imagético.

Considerando o exposto, este trabalho está dividido em quatro capítulos organizados conforme a seguir. O primeiro é composto pela introdução, o segundo capítulo faz uma discussão sobre o conceito de participação, passando pelo breve histórico sobre o surgimento do Orçamento Participativo, em Porto Alegre, seus reflexos no Brasil, sua conceituação e a gestação e nascimento do Orçamento Democrático no Governo da Paraíba e sua funcionalidade administrativa.

Inicialmente foi discutido o entendimento de participação segundo os teóricos clássicos: Rousseau (1999), Thomas Hobbes (1997) e Montesquieu (2002). Logo após, é debatido o conceito de participação social com base nas discussões de Souza (2009). Por fim, foi discutido o surgimento do Orçamento Participativo em Porto Alegre e seus reflexos no Brasil a partir dos autores Wampler & Avritzer (2004), com também a utilização da Cartilha do ODE (2018) como base de referência para fundamentar a discussão sobre a criação, implementação e funcionalidade do Orçamento

Democrático Estadual no Governo do Estado da Paraíba e suas características administrativas funcionais.

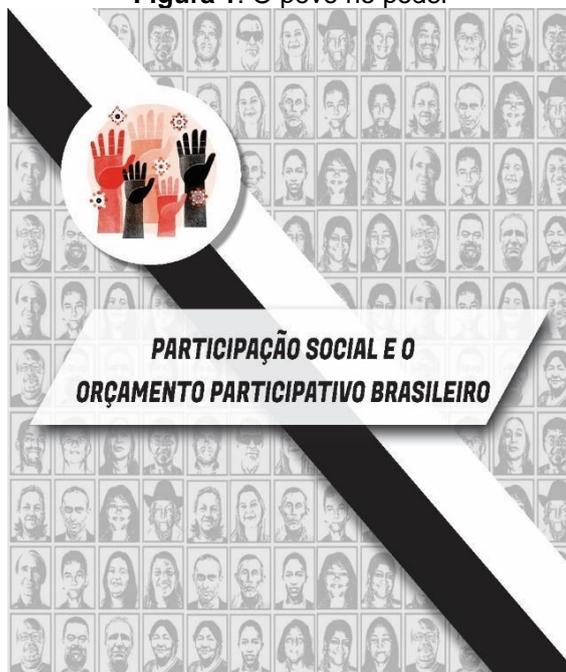
No terceiro capítulo apresentamos o desenho e compreensão da importância do surgimento da Unidade de Conservação da RESEX Acaú/Goiana, PB, PE, buscando compreender o processo participativo e a organização pedagógica durante a criação, sua descrição geográfica e a pesca artesanal presente no território de vivência.

No quarto capítulo, tratamos da comunidade do mar e da chegada do Orçamento Democrático Estadual no município de Pimtibú com uma discussão e reflexão sobre a (des)proteção na pesca artesanal. A análise se deu pelo viés da pedagogia da participação social, tendo como pano de fundo os dados socioeconômicos de fonte primária obtidos através da pesquisa.

Esperamos que o leitor atento tenha o prazer acadêmico igual ao que tivemos ao mergulharmos nesse território fascinante, rico de determinações e relações sociais contraditórias e instigantes. Parafraseando o poeta Manoel de Barros, poesia é voar fora da asa. Assim, que na academia possamos ir sempre além dos muros da universidade e vivenciar o chão concreto da vida – o território.

2. PARTICIPAÇÃO SOCIAL E O ORÇAMENTO PARTICIPATIVO BRASILEIRO

Figura 1: O povo no poder



Fonte: Arquivo do próprio pesquisador

Neste capítulo vamos apresentar alguns conceitos sobre a participação social e suas vertentes, tais como: plebiscito, orçamento participativo e conselhos.

O Ministério da Educação e Cultura (MEC) alerta que antes de definirmos participação social faz-se necessário entender as diversas ações que diferentes forças sociais desenvolvem com o objetivo de “influenciar a formação, execução, fiscalização e avaliação de políticas públicas na área social (saúde, educação, habitação, transporte, etc.)” (Brasil, 2022). Tais ações expressam, simultaneamente, concepções particulares “da realidade social brasileira e propostas específicas para enfrentar os problemas da pobreza e exploração da classe trabalhadora no Brasil” (Valla; Stotz, 1989, p. 6).

A Constituição Cidadã de 1988 garantiu a participação da sociedade na gestão de políticas e programas promovidos pelo Governo Federal denominando-a de controle social. A visão da participação social prevista na Constituição Federal parte do pressuposto de que o Estado brasileiro reconhece que a participação social contribui, ao mesmo tempo, para a construção da democracia, o fortalecimento da cidadania e a melhoria do desempenho da administração pública (Brasil, 2022).

Quando pesquisamos as constantes práticas históricas brasileiras sobre as relações entre Estado e movimentos sociais, percebemos a exclusão da sociedade

civil, por longos períodos, dos momentos de decisão política. O que nesta contextualização a palavra controle social era utilizado com outro significado, assim como por diferentes atores sociais.

Segundo Calvi (2008), foi nos anos 1980 que o termo controle social passou a ser utilizados pelos movimentos sociais e outras instituições da sociedade civil como via de possibilidades da participação nos momentos de decisão das políticas sociais. Até então, o termo era usado pelos políticos, como classe economicamente dominante, caracterizando uma forma de controle social do Estado e do capital sobre a classe trabalhadora.

Calvi (2008) ressalta que mesmo com a democratização do Estado proposta na Constituição Federal de 1988, não precisamos nos iludir ou se equivocar ao afirmar que a CF de 1988 trouxe ou elaborou o controle social do trabalho, ou um controle socialista, baseado nas necessidades humanas, inscritas num projeto coletivo de sociedade em substituição à ordem do capital, como bem explica Behring (2001) abaixo:

O controle social defendido pelos setores conservadores era o controle social do Estado sobre a sociedade civil. Já o controle social defendido pelos setores progressistas era o que favorecia o controle da sociedade civil sobre as ações do Estado no campo das políticas sociais e públicas. O resultado deste conflito foi a inscrição do controle social “democrático” na CFB de 1988 e a construção de espaços públicos para a realização do mesmo. O resultado foi a emergência concorrente de outro tipo de controle social, ao lado e contrário ao controle social do capital e do Estado. O controle social “democrático” é a possibilidade da participação da sociedade civil na elaboração, fiscalização e implementação das políticas sociais. Ele é um dos elementos constitutivos de uma “esfera pública” ampliada e democrática. Assim, o controle social “democrático” possui um conceito amplo e constitui-se como “[...] um ciclo decisório que envolve o parâmetro do direito, o planejamento, o papel do gestor, o financiamento, o Ministério Público [a sociedade civil, entre outras instâncias] [...]” (Behring, 2001, p. 6).

O controle social democrático se instaura diante do processo de democratização do Estado em que os conselhos se caracterizam como uma das formas de participação popular.

A gênese da palavra participação surge da ideia de “parte” ou de “fazer parte de algo”. Para Bordanave (1983, p. 22) participação é antes de tudo “[...] fazer parte, tomar parte ou ter parte”. Entretanto, essa definição pode sofrer modificações no que se refere a possibilidade de “fazer parte” sem “tomar parte” da situação, o que vai depender do nível de engajamento da pessoa no processo de participação. Daí surge o entendimento, segundo Bordanave (1983), sob a diferença entre “participação ativa”

e “participação passiva”. Para o autor, a primeira se refere ao cidadão engajado; enquanto a segunda, ao cidadão inerte ao processo de participação.

A naturalidade e a participação das pessoas acontecem em diversos lugares públicos e privados e, em grupos, a partir de “grupos primários” tais como grupos familiares, de amigos ou de vizinhos. Mas pode acontecer também através de “grupos secundários”, a exemplo das associações profissionais, sindicatos, empresas etc. e adentrar “grupos terciários”, como: instituições políticas e os movimentos sociais de classe. O desejo de participar é inerente ao homem, apresenta-se como um processo natural, assim como a vontade de se alimentar, beber e vestir-se. O indivíduo, ao tomar decisões, constitui-se como ser social diante da natureza (Bordanave, 1983).

A participação promove a interação entre os homens nos espaços de vivências, desenvolve o senso crítico, o pensamento reflexivo e decisivo junto à tomada de decisões no território. A partir desse entendimento a participação passa a ter duas bases complementares: a “base afetiva”, que se refere à satisfação que sentimos ao participar de algo; e a “base instrumental”, que coloca a participação como um caminho eficaz e eficiente a partir do momento que realizamos e tomamos decisões juntamente com os outros.

Desde os primórdios da sociedade, o processo de participação é intrínseco ao homem, ou seja, desde as tribos e clãs dos tempos primitivos até os dias atuais. Com novas formas de organizações sociais, tais como: associações, empresas, partidos políticos e sindicatos a participação continua resistindo e adquirindo novos formatos ao longo do tempo.

Segundo Almeida (2004), mesmo sendo a participação uma temática bastante atual, a política de participação existe desde a Antiguidade presente nas ideias da democracia da Grécia Antiga com seu ideário participativo. Nessa época, a participação era compreendida como o direito de tomar parte das decisões políticas “na *polis*, ou seja, nas decisões do interesse do cidadão” (Almeida, 2004, p, 26). A participação estava voltada aos negócios públicos e apenas para um pequeno grupo, diferente de como se concebe nos dias atuais.

No decorrer do Século XVII, de acordo com as teorias de Rousseau, a participação passou a ser compreendida por meio de duas categorias importantes: a da igualdade e a da independência econômica. Através delas, era estabelecida a necessidade de independência nas relações desenvolvidas entre a população,

gerando uma dependência de cada indivíduo em relação a todos os outros. Embasase, portanto:

A ideia de uma relação mútua que envolveria um comprometimento recíproco dos indivíduos entre si e com a sociedade demonstraria a necessidade de que a participação se realize de maneira que a vontade do indivíduo possa prevalecer, de forma totalmente livre, contudo sem deixar de levar em consideração a dependência do indivíduo para com o Estado (Almeida, 2004, p. 27).

Partindo dessa concepção, Rousseau¹, ao escrever sua obra “Do Contrato Social”, entende que a vontade do povo é soberana. Ele acredita veementemente que a participação deve ser pautada na atuação direta do povo nas tomadas de decisões políticas, rejeitando qualquer forma de representação, o que o fez ser considerado como o pai da democracia participativa. No entanto, antes mesmo de Rousseau, a obra “Leviatã”, de Thomas Hobbes², defendia uma participação representativa. Diferentemente do pensamento de Rousseau. Para Hobbes, com o contrato social o povo transfere para o soberano o poder de sua liberdade de tomar decisões, passando para a ele a responsabilidade de governar a todos. Ou seja, existe aqui uma diferença entre o representante, sendo este o poder soberano (o governante) e o representado, que seria a multidão ou o povo (Almeida, 2004). Observa-se que na teoria hobbesiana a representação é transferida para a autoridade representante, que passa a ter autonomia de decisão através do consentimento transferido pela multidão – já que os resultados de suas decisões e de seus atos são de responsabilidade de todos que o elegeram como representante (Almeida, 2004).

Na obra “O espírito das leis”, de Montesquieu³, a representatividade no processo de participação também ganha visibilidades. De acordo com sua teoria, Montesquieu defende a capacidade do povo para eleger seus representantes, e o povo o faz através do voto, sendo este apenas um mero mecanismo de eleição dos seus representantes. Para o autor, a vontade do representante não deve ser impedimento para o livre exercício das atividades do representante, pois este tem a liberdade para agir de acordo com a sua consciência e seus valores, diferente do modelo de participação pensado por Rousseau (Almeida, 2004).

Outros autores, tais como Marx e Engels, apontam ações de mobilizações pelas condições da existência humana como sendo uma forma de participação dos

¹ Para maior aprofundamento, Cf. Rousseau (1999).

² Para uma maior compreensão, Cf. Hobbes (1999).

³ Para uma maior compreensão, Cf. MONTESQUIEU (2002).

homens. Estas condições são “[...] comer, beber, ter habitação, vestir-se e algumas coisas mais” (Marx; Engels, 1996 *Apud* Souza, 2009, p. 171). De acordo com Marx e Engels, o pressuposto da existência humana é que o homem precisa estar em condições de poder “fazer história”, sendo esta a primeira necessidade humana: sobreviver e viver em sociedade. Assim, a participação consiste na busca por objetivos ou necessidades postas pelas classes sociais, sendo elas por vezes necessidades básicas de vida e trabalho (Souza, 2009).

A participação é um processo social e político que dialoga diretamente com as condições básicas da existência humana, ou seja, a participação é um dos caminhos para o enfrentamento direto da questão social. Isto corrobora com o pensamento de Souza (2009) quando este afirma que a participação social deve ser vista enquanto questão social⁴, pois “[...] a participação é constituída de contradições que desafiam o homem, fazendo-o assumir, dependendo da conjuntura, posições de enfrentamento ou a elaboração de proposições políticas para a melhoria das condições de vida e trabalho da população” (Souza, 2009, p. 170).

2.1 CONCEPÇÕES DE PARTICIPAÇÃO SOCIAL

Apresentaremos inicialmente três concepções sobre a política de participação social e suas diferenças sociopolíticas brasileiras – que conforme Pereira (2015 *apud* Souza, 2009) são denominadas como: participação comunitária, participação popular e a participação social.

Para Souza (2009), a participação comunitária está atrelada à política de desenvolvimento dos centros comunitários norte-americanos. Isto porque os centros comunitários norte-americanos desenvolveram ações como a assistência social para os pobres e as políticas de educação repassando conhecimento e conscientizando a população pobre a respeito de sua situação de marginalização. Além disso, havia o fortalecimento das ideias de cunho coletivo, a integralidade das ações e serviços com programas sociais, tais como: materno-infantis, campanha sobre tuberculose e saúde mental entre outros.

⁴ Conforme Iamamoto e Carvalho (1983, p. 77) “questão social não é senão as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado. É a manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre o proletariado e a burguesia [...]”.

Esse modelo de participação teve seu desenvolvimento em meados do século XX, mais especificamente durante os anos de 1950, período no qual os países mais desenvolvidos pensavam numa contextualização de guerra com o objetivo de dominar os países em subdesenvolvimento. Assim, diversos programas dessa natureza foram criados em vários países.

De acordo com a contexto dos países latino-americanos, o processo de desenvolvimento da participação comunitária se caracterizou como uma tentativa de superação do atraso do subdesenvolvimento. Seus resultados teriam como objetivo atingir de maneira democrática a sociedade como um todo e não apenas para apenas alguns segmentos dela. Isto resultou no chamamento da população para promover o desenvolvimento proposto. No Brasil, o período histórico foi marcado por diferentes características econômicas e sociais, tais quais:

[...] aumento da inflação, arrocho salarial, movimentos reivindicatórios de classe operária por melhores condições de vida e trabalho. A aceleração da industrialização, na perspectiva de “superação do atraso”, exigia uma nova estrutura do mercado de trabalho: a requisição dos órgãos públicos de uma política de modernização, com ênfase na formação técnica e profissional competente e na especialização da mão-de-obra (Souza, 2009, p. 173).

Na participação comunitária quem realizava as atividades era a população, a qual colabora com as ações do Estado, ou seja, a participação comunitária não se apresentava como uma via efetiva, era entendida como a sociedade complementando as ações do Estado. A comunidade era vista como categoria importante para execução das políticas sociais por meio do trabalho voluntário e pela busca da solidariedade na sociedade.

Com a instauração da ditadura militar no Brasil, assim como na América Latina, vários movimentos de resistência atuaram em prol da democracia e de melhores condições de vida. Diante desse momento contraditório, constituiu-se a proposta de participação popular, “onde a categoria comunidade foi substituída pela categoria povo, em notória aproximação com a tradição marxista” (Souza, 2009, p. 174).

Através da participação popular o povo reagiu aos regimes autoritários instaurados por ditaduras militares. A participação tornou-se mais efetiva com as mobilizações da sociedade civil organizada que demandavam do Estado melhores condições de vida. Neste momento, o que fica perceptível é a presença e a força dos novos movimentos sociais.

As lutas contra o Estado eram por melhorias sociais, estas conquistadas por meio da pressão do movimento organizado (Souza, 2009). Com a chegada da década de 1980, a participação passou a ser realizada por meio de um processo de execução de ações, sendo caracterizada como participação social, se configurando como uma forma de participação diferenciada que, de acordo com Souza (2009), passou a ser caracterizada como uma nova categoria de participação. Esta não tem mais como centralidade a “comunidade” e nem o “povo”, mas sim a “sociedade”. A categoria “sociedade” passa ser o eixo central no debate sobre participação.

Nesse caminho, a participação não está voltada para grupos excluídos – a exemplo das comunidades em situação de pobreza, os ditos carentes e/ou necessitados –, mas sim para o conjunto da sociedade com seus diversos meios e projetos de reivindicações na busca por poder junto ao Estado. A participação social tem seu foco voltado para “[...] a universalização dos direitos sociais, a ampliação do conceito de cidadania e a interferência da sociedade no aparelho estatal” (Souza, 2009, p. 173).

Portanto, o conceito de participação social, conforme demonstra Bordanave (1983), deixa de ser compreendido pelo viés de superficialidade e do ativismo de participação da população em diferentes instituições, tais como: as associações, clubes e igrejas.

Diferentemente, a participação passa a ser vista numa proporção macrossocial, embasada no processo de intervenção das diversas camadas sociais nos processos dinâmicos que transformam ou modificam a sociedade.

Neves, (2016) afirma que no contexto brasileiro, a participação social se dá durante o processo de redemocratização do país sendo inclusa no arcabouço político e jurídico expresso em diversas estâncias de participação social.

Entre 1970 e 1980 a participação foi tipificada por ser divergente para o Estado autoritário. Por sua vez, os anos de 1990 e 2000 foram marcados por uma participação negociada e de gestão compartilhada com o Estado por meio de diferentes arranjos participativos (Neves, 2016). A autora chama a atenção para o fato de que mesmo com avanços, a partir de 2013 – particularmente as manifestações de junho, com protestos e mobilizações sociais de diversas pautas –, a participação foi vista por seu caráter contraditório, exprimindo ações discordantes e pautas concorrentes. Nessa direção, enfatizamos a ideia de que participação nem sempre rima com democracia e luta por

direitos. A elite política do país sempre se incomodou com o processo da gestão compartilhada.

Desde 2014 o Congresso Nacional embarreirou a aprovação do sistema nacional de participação social. Já em 2019, a edição do Decreto de nº 9.759/2019, extinguiu e enxugou diversos órgãos colegiados vinculados à administração direta, restringindo cada vez mais o processo do regime democrático, sacrificando as conquistas das lutas coletivas já elaboradas na história da participação da sociedade civil (Merlucci, 2001).

Voltando ao pensamento de Souza (2009), esse tipo de participação objetivava a transformação do Estado e a busca pela superação do caráter autoritário e excludente. Assim, ao incluir a participação social como projeto jurídico-legal, por via da Constituição Federal de 1988, o Estado passa a ampliar os processos de execução dos direitos sociais brasileiros.

A participação social presente no período de redemocratização do país passa a ser expressa no novo sistema instaurado no Estado, o sistema federativo, o qual sinaliza a descentralização dos níveis de governos subnacionais – Estados e municípios, diferentemente da história das políticas sociais brasileiras que desde seu surgimento, na década de 1930, tiveram uma gestão centralizada no Governo Federal.

Conforme Almeida (1995 *apud* Souza, 2009, p. 176), o federalismo é definido como “um sistema de distribuição territorial de poder e autoridade entre as instâncias de poder”. Assim, são características do federalismo: a não-centralização do poder, que passa a ser difundido por várias unidades subnacionais; o poder da unidade nacional e das subnacionais é conferido pelo sufrágio universal; as instâncias de governo possuem competências comuns (Souza, 2009, p. 176).

Do conceito de federalismo emana o entendimento sobre o “federalismo centralizado”, o qual consiste em transformar os níveis estadual e municipal em agentes administrativos do Governo Federal. Porém, o federalismo cooperativo consiste na ação de igual forma dos três níveis de governo (federal, estadual e municipal), estando todos eles dotados de capacidade decisória e financiamento próprio. Esse novo formato de organização política administrativa do Estado brasileiro tem como objetivo superar o modelo centralizado adotado por muitos anos no país e por isso mesmo se apresentou como um desafio às instâncias governamentais. Quando se trata das políticas de proteção social brasileira o assunto é entendido como democracia (Souza, 2009).

Nesse contexto de novo pacto federativo, a descentralização assume relevância na forma de governo, pois por meio dela o âmbito local de atuação do ente municipal foi elevado aos processos decisórios políticos de controle social de participação da sociedade civil. Conforme aponta Souza (2009), a descentralização, em seu caráter central, implica na distribuição do poder com a redistribuição dos espaços de exercício de poder, atribuindo responsabilidades e participação a cada esfera do governo. Com isso, se busca a ampliação da democracia e da participação social. De acordo com Stein (2000 *Apud* Souza, 2009), existem diferentes significados e compreensões sobre os tipos de descentralização:

Quando a descentralização é restrita ao âmbito do aparelho do Estado:

1 – Descentralização intergovernamental: acontece, geralmente, no mesmo nível de governo, conformando uma relação vertical entre os diferentes níveis hierárquicos, com delegação de competências e responsabilidades;

2 – Descentralização intergovernamental: é a transferência de responsabilidades entre os níveis de governo: da União para os estados e municípios;

Quando a descentralização do aparelho do Estado é feita para a sociedade: de dentro para fora:

3 – Fora da estrutura do Estado. Nesse caso, destacam-se algumas iniciativas de redução das responsabilidades do Estado, em nome de uma certa “descentralização”: transferir empresas estatais para a propriedade privada, privatizando-as; terceirizar atividades-meio da administração pública bem como atividades-fim; solicitar a participação da população na gestão dos serviços públicos e no controle social;

4 – Quando a descentralização é utilizada no sentido mais amplo, combinando aspectos dos dois tipos anteriores. Essa descentralização é norteada pelos princípios da descentralização das informações e da participação da população no exercício do controle social, respeitando os termos constitucionais (Stein, 2000 *Apud* Souza, 2009, p. 178).

Os múltiplos significados apontados sobre a descentralização mostram dois modelos de participação: 1) a participação da população nas ações e/ou serviços da gestão pública e, 2) a participação da população no controle social.

No que se refere à gestão dos serviços públicos, observa-se que a participação acontece tendo como critério a capacidade técnica para elaboração, coordenação, execução e avaliação das políticas assim como dos programas e serviços públicos. No que se refere ao controle social, a participação se está voltada para a elaboração das ferramentas de acompanhamento, monitoramento e fiscalização das políticas sociais.

Diante do exposto, nas décadas de 1980 e 1990 o termo controle social foi peça central para a gestão das políticas sociais em que a população participava e fiscalizava a execução das ações do Estado. No entanto, Bravo (2007) chama atenção para o fato de que, por muito tempo, a categoria “controle social” era assimilada como controle do Estado e/ou do campo empresarial sobre o povo, ou seja, apresentando um sentido coercitivo sobre as massas. Assim, para distinguir o controle social por parte da sociedade civil do controle social por parte do Estado, nos referimos àquele como controle social democrático, significando a participação da sociedade civil nas decisões políticas; ao passo que nos referimos ao controle social por parte do Estado como sendo o controle social propriamente dito. Esse novo caminho de participação social apresentou algumas implicações: “[...] se, por um lado, significava a legitimação do Estado frente à população; por outro, quer dizer, um canal pelo qual as entidades populares disputarão e decidirão o controle e a destinação do dinheiro público” (Souza, 2009, p. 200).

Mesmo considerando que houveram avanços nas formas de participação social nas políticas sociais no Brasil, se faz necessário ressaltar que a ideia de descentralização participativa nem sempre saiu do papel. Isto porque por muito tempo a política social foi gerenciada pelo Governo Federal sem que houvesse a participação direta da sociedade nos processos de decisão. Com base nisso, discorreremos abaixo sobre a relação da política de participação com o surgimento do Orçamento Participativo no Brasil.

2.2 BREVE RELATO SOBRE O SURGIMENTO DO ORÇAMENTO PARTICIPATIVO EM PORTO ALEGRE E SEU REFLEXO NO BRASIL

Figura 2: Assembleia do Orçamento Participativo de Porto Alegre 2023



Fonte: Prefeitura Municipal de Porto Alegre (2023)⁵

Durante o processo de redemocratização brasileira – e com a chegada da Constituição Federal de 1988 –, o país passou a conviver com um novo modelo de relação entre poder executivo e sociedade civil com vistas a democratizar a gestão pública. Essa nova era resultou na criação de ferramentas de participação social, tais como: o plebiscito e o referendo, tendo como características em seus modelos as consultas públicas que se somam às leis de iniciativa popular, como também os conselhos populares, estando todos esses elementos incluídos na Constituição Federal de 1988 (Benevides, 1991 *apud* Macêdo, 2022).

No decorrer do século XX, o Brasil passou de um país com baixa vontade de adesão e formas de participação de baixa renda para um dos países com mais exercícios de participação (Kowarick, 1973; Singer; Brandt, 1980; *apud* Avritzer, 2000). O surgimento do Orçamento Participativo em Porto Alegre (PA) chamou a atenção de atores do Norte e do Sul para novas formas de participação geradas pela democratização do Brasil (Santos, 1998; Avritzer, 2002; Baiocchi, 2005; Sintomer, 2005). Desde que o Orçamento Participativo surgiu em Porto Alegre, e em mais de 170 cidades-estado (Avritzer, 2006), duas outras formas de participação emergiram no Brasil democrático como resultado do processo constitucional e ulterior regulamentação. Os conselhos que emergiram a partir da Lei Orgânica da Saúde (LOS) e da Assistência Social (LOAS) e, outro capítulo importante na história é sobre

⁵ Acesso em: www.prefeitura.poa.br/smgov/orcamento.participativo

as políticas urbanas dentro do processo da constituinte e sua regulamentação em 2001 pelo estatuto da cidade-estado, que começaram a proliferar na última década, os chamados "planos diretores municipais". Este último tornou-se obrigatório em todas as cidades-estado com mais de 20.000 habitantes.

É de fundamental importância enfatizar que para Oliveira (2008) não é recente no Brasil o processo de surgimento dos conselhos. De acordo com Carvalho (1995) e Gohn (1995), no decorrer do século XX apareceram três modelos de conselhos que foram denominados como: Comunitário, Populares e Gestores.

Os Conselhos Comunitários têm sua criação a partir da iniciativa do Governo com intuito de mediar relações com os movimentos sociais. Têm caráter consultivo e tinha agentes do governo executando serviços para as comunidades e usavam como estratégia a conversão das lideranças a seu favor.

Já o modelo dos Conselhos Populares, aparece entre os anos de 1970 e 1980 a partir da iniciativa dos movimentos sociais e dos segmentos da esquerda em contraponto ao regime militar. Pregavam por autonomia, a autogestão e eram formados em espaços autônomos e de interlocução da sociedade, de elaboração de demandas, porém, contrário à perspectiva ampliada de gestão da "coisa pública".

Somente a partir dos anos 1990 é que houve uma inovação significativa com o surgimento dos Conselhos Gestores de Políticas Públicas e os Conselhos de Defesa de Direitos. Esses conselhos foram criados com a proposta de reunir representantes do Estado e da sociedade civil para deliberar sobre políticas públicas específicas e defender os direitos das crianças e adolescentes, mulheres, idosos entre outros.

Esses conselhos possuem uma composição paritária e têm poder deliberativo, ou seja, sua influência na tomada de decisões relacionadas às políticas sociais é significativa. Além disso, eles se reúnem de forma regular, uma vez por mês, ordinariamente e extraordinariamente conforme a necessidade de discussão de temas específicos. Vale salientar que os Conselhos Gestores, em grande maioria, foram criados por força de lei e se integram aos órgãos públicos vinculados ao Executivo. Classificados como instrumentos de participação compõem o controle democrático, que é o controle da sociedade civil sobre as ações do Estado.

Portanto, a criação e evolução dos conselhos no Brasil ao longo do tempo refletem a importância crescente dada à participação da sociedade civil na gestão e formulação de políticas públicas, assim como a busca por espaços de diálogo e interlocução entre o poder público e a sociedade civil. O surgimento das questões da

participação tem como foco a inserção dos movimentos sociais na formulação das políticas públicas por meio de estratégias de participação social, o que coincide com as lutas pela reabertura democrática entre os anos 1970 e 1980 (Serafim; Teixeira, 2008). Ainda na década de 1970 começam a aparecer as primeiras decisões orçamentárias com a participação popular. Entretanto, segundo Mantonvanelli (2001), o primeiro Orçamento Participativo (OP) implementado em um município brasileiro aconteceu na capital do Rio Grande Sul, Porto Alegre, no ano 1989, na época governado pelo Partido dos Trabalhadores (PT).

Mediante este cenário, em meados dos anos 1990 os movimentos sociais passaram a ser protagonistas nas relações com a institucionalidade governamental aproximando o diálogo entre sociedade e governo. Assim, as décadas de 1990 e 2000 são marcos no surgimento de experiências participativas inovadoras em todo país nas gestões progressistas em nível local (Serafim, 2013). Com a implantação do OP em Porto Alegre, o Partido dos Trabalhadores conseguiu colocar em prática o modo PT de governar, mesmo já tendo acontecido experiências anteriores embrionárias de formas de participação por governos locais como: Vila Velha, Fortaleza, entre outras, não haviam sido regulamentadas, o que as diferenciam da experiência do OP em Porto Alegre pela sua regulamentação institucional, servindo como modelo pioneiro para o Brasil. Assim, Porto Alegre passou a ser uma cidade conhecida por sua tradição em fortalecer o exercício da transparência por meio dos movimentos sociais juntamente com a gestão pública.

Os mecanismos de participação da sociedade civil toma para si a obrigação de igualar no mesmo campo decisório governança e população como atores protagonistas, se descaracterizando como um modelo hierárquico e centralizador por muito tempo instalado no Brasil. Para Macêdo (2022), o orçamentos participativo apresenta-se em um modelo societal onde o elo entre poder público e a comunidade democratizam as relações no tocante ao acesso às deliberações de governo, como também nas definições de prioridades orçamentárias baseadas em suas divisões regionais. Falando de vertente societal, ela possui ligação com as tradições de mobilizações brasileiras que tiveram seu ponto ápice na década de 1960 (Paula, 2005).

Sobre a criação do OP como sendo uma ação do modo PT de governar, fazemos aqui uma menção ao *slogan* de campanha de Luiza Erundina ao vencer as eleições em São Paulo em 1988: “Colocar nas mãos do povo o governo da nossa

cidade (colocar o governo da nossa cidade nas mãos do povo) (Kowarick; Singer, 1993). Este slogan já anunciava, à época, o desejo de administrar junto com a população colocando em prática a política da participação.

Outro momento importante – que serve como referência para se pensar a busca do PT por diferentes instrumentos e formas de participação popular em seus governos – aconteceu nas eleições de 1982. Neste ano, o PT se apresentou nos debates evidenciando a importância das relações entre governo e sociedade através do seguinte *slogan*: “Governar com participação popular e inversão de prioridades”. O que fica evidente é que para o Partido dos Trabalhadores governar a partir do viés da participação é uma prioridade, constituindo seu núcleo ideológico e compreendendo os valores mínimos sobre os quais o partido constrói sua identidade e coesão (Fredeen, 1996). Contudo, Neves (2008) em seu livro “Cultura Política e Democracia Participativa: um estudo sobre o orçamento participativo”, debate a questão do espaço público e da participação na sociedade brasileira. A autora alerta para os riscos da participação ressaltando o desafio que existe entre a metodologia do orçamento participativo e as vertentes existente na cultura política e no clientelismo político.

Neves (2008) afirma que mesmo com a democratização do país desmistificar o processo da cultura política – após anos convivendo com um regime autoritário, militarizado e clientelista – tem sido bastante desafiador, principalmente nas formas iniciais de convívio entre a democracia participativa e a democracia representativa. Para Avritzer (1995) e Neves (2008), a democratização tornou-se um fenômeno político expressivo dos anos 80 tanto no Brasil quanto na América Latina e no Leste da Europa. Em contraste com o autoritarismo, a democratização consistiu em um processo que reconstituiu as condições para a negociação favorecendo a retirada dos atores autoritários da cena política (Neves, 2008).

Neste sentido, o orçamento participativo precisa ser fortalecido para que atue em rede com outras políticas de participação e para que se amplie cada vez mais nos territórios o processo de mudança de mentalidade e o empoderamento do povo.

2.3 O QUE É ORÇAMENTO PARTICIPATIVO?

Quando pensamos sobre a democracia logo nos vem à mente a ideia de participação de todas as pessoas na tomada de decisão, ou seja, o caminho oportuno

para que possamos expressar nossos desejos e afinidades com determinado assunto, causa ou ação.

De fato, com a Constituição de 1988 a população brasileira garantiu o direito a manifestar opiniões e decisões políticas podendo, através do voto, escolher seus representantes nas esferas municipal, estadual e federal. O fato é que o exercício da cidadania não pode ficar limitado apenas ao voto no dia da eleição. Para além disso, se faz necessário desenvolver nas pessoas uma cultura cívica que permita, entre outras coisas, fiscalizar, opinar e acompanhar os trabalhos desenvolvidos pelos políticos se utilizando das diversas formas e ferramentas existentes na política de participação social – a qual denominamos de controle social democrático.

É importante enfatizar que a nova relação estabelecida entre Estado e sociedade civil, a partir das diversas formas de participação junto ao propósito implantado a partir dos anos 1980, não se limita apenas a democratizar o Estado. Acima de tudo, o que se pretende é politizar a sociedade civil em relação ao entendimento sobre os instrumentos de participação, sendo um deles o Orçamento Participativo (OP), como via de deliberação para as políticas públicas na condição de cogestores.

Segundo Carvalho e Araújo (2010, p. 461), “o orçamento participativo é um programa político municipal com intuito de socializar a política orçamentária, ou seja, garantir aos munícipes acesso às arenas decisórias e informações técnicas a respeito da distribuição de recursos”. Portanto, o orçamento participativo é uma ferramenta que possibilita a participação da sociedade civil na gestão e na discussão sobre o planejamento do orçamento público.

O OP é uma ferramenta que tem como objetivo engajar o cidadão junto à instância governamental para a tomada de decisão durante todo o ano fiscal, através das assembleias organizadas juntamente com funcionários da administração, em negociação sobre a alocação dos gastos que envolvam novos investimentos de capital em projetos tais como: clínicas de assistência médica, escolas, pavimentação de vias públicas e entre outras (Abers, 2000; Baiocchi, 2005; Nylén, 2003 *apud* Wampler; Avritzer, 2004).

É uma forma inovadora de participação e sua organização produz justiça social assegurando mais recursos para localidades menos assistidas de cada região da cidade. Assim, o Orçamento Participativo valoriza os membros participantes das comunidades atendendo suas reivindicações e tornando-os autoridades no processo

decisório das políticas públicas realçando seu potencial transformador na base política brasileira (Abers, 2000; Wampler, 2004).

Importante ressaltar que a política do Orçamento Participativo agrega tanto elementos da democracia direta – através das assembleias decisórias das demandas; quanto da democracia representativa – exemplificado na eleição dos conselheiros(as) e delegados(as).

A democracia participativa contribui para mudança de mentalidade e modos de enxergar a construção das políticas públicas. A população deixa de ser agente passivo para atuar como cogestores diretamente na elaboração das peças orçamentárias que compõem o planejamento para execução dos gastos públicos durante cada ano, a descentralização das ações e o controle social democrático.

Importante ressaltar que para uma melhor compreensão sobre a importância das peças orçamentárias, que são objetos inseridos nas discussões do Orçamento Participativo, se faz necessário conceituar orçamento público. Segundo Silva (2004, p. 43), o “orçamento é um plano de trabalho governamental expresso em termos monetários, que evidencia a política econômico-financeira do Governo e em cuja elaboração foram observados os princípios da unidade, anualidade, especificação e outros”.

O orçamento público distingue as ações prioritárias para o poder executivo e legislativo municipal, estadual ou Federal. Segundo Pires (2005, p. 39), “o orçamento apresentará, obrigatoriamente, a distribuição relativa do poder econômico e político da sociedade”. Conforme a Constituição Federal de 1988, a sustentabilidade orçamentária vigente nas três instâncias do governo é composta pela seguinte estrutura: Plano Plurianual (PPA), Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Lei Orçamentária Anual (LOA) (Fortes, 2005). O PPA tem duração de quatro anos, sendo três anos de mandato da gestão que realizou a elaboração e aprovação e um ano da gestão subsequente, mantendo o princípio da continuidade administrativa.

O PPA é elaborado pelo Poder Executivo e encaminhado ao Poder Legislativo no máximo até 31 de agosto do primeiro ano de gestão do presidente, governador ou prefeito. A intenção do Planejamento Plurianual é servir como norte para a construção dos demais programas de governo (Andrade, 2008). Na Paraíba, de acordo com a CARTILHA ODE (2019), o PPA é elaborado de forma participativa por meio de audiências públicas em que a sociedade civil é convidada para fazer parte da sua elaboração, denominando-o de PPA Participativo.

Já a LDO apresenta as diretrizes das metas presentes no Plano Plurianual (PPA). Esse planejamento é uma etapa de planejamento operacional anual, realizado pelo Poder Executivo, e encaminhado ao Poder Legislativo até o início da segunda quinzena de abril de cada ano, retornando para sanção do Poder Executivo até o final da primeira seção legislativa.

É importante ressaltar, conforme Andrade (2008), que com a implantação da Lei Complementar nº 101/00 publicamente conhecida como Lei da Responsabilidade Fiscal, durante a elaboração da LDO deve-se ter como prioridade o equilíbrio entre receitas e despesas. Ainda segundo Andrade, a Lei Orçamentária anual é a LOA, também conhecida como Lei de Meios. É, pois, uma Lei especial que contém a discriminação da receita e da despesa pública de forma a evidenciar a política econômica financeira e o programa de trabalho do governo, obedecidos os princípios de unidade, universalidade e anualidade (Andrade, 2008). A LOA precisa ser planejada em sintonia com o PPA, com a LDO e com a Lei de Responsabilidade Fiscal. Além disso, precisa contemplar o orçamento fiscal, o orçamento de investimento e o orçamento da seguridade social devendo contar para sua elaboração com todas as instancias de governo.

Em relação ao processo de descentralização das ações entre os poderes municipal, estadual e federal Neves (2008) faz uma observação importante distinguindo as diferenças entre descentralização e desconcentração de poder. A autora ressalta que descentralização tem a ver com democratização do poder através da participação da sociedade civil nas decisões públicas em sintonia com a Constituição cidadã de 1988 e seus avanços. Porém, nem sempre essa descentralização acontece de forma democrática, visto que não é toda vez que o processo de partilha de poder e as decisões públicas com a população adentra os municípios. Perpetua-se então a política centralizadora e não democratizante do Governo Federal sobre as cidades. O que nesse caso não aconteceria a descentralização, mas sim, uma desconcentração.

Para a autora os ideais democráticos dependem menos da escala e mais da natureza das instituições que, em cada nível de governo, devem processar as decisões. Nesse sentido, algumas relações são destacadas: a) entre descentralização e democracia; b) entre descentralização e fortalecimento do governo central; c) entre descentralização e clientelismo (Neves, 2008, p. 13).

Após a experiência bem-sucedida do OP em Porto Alegre – consolidada como modelo participativo na primeira gestão da frente popular (1989-1982) –, ele passou a ser referência nacional e internacional quando a Organização das Nações Unidas (ONU) o classificou como uma das 40 melhores experiências de gestão local para a conferência Habitat II em Istambul, no ano de 1995 – o que resultou posteriormente na escolha de Porto Alegre para sediar o Fórum Social Mundial (Fedozzi, 2009).

Desde meados dos anos de 1990 que a expansão do OP vem acontecendo em vários continentes. Mesmo não havendo dados empíricos sobre a totalização de casos pelo mundo, a maioria deles acontecem em cidades da América Latina e, em números menores, embora crescentes, na Europa (entre 40 e 60 localidades, em especial na Espanha, Portugal, França, Alemanha e Itália), na África e na Ásia (Urb-Al, 2006; Allegretti; Herzberg, 2004; Sintomer; Rock, 2008; Fernandez V Fortes, 2008). Países como Espanha e Portugal possuem observatórios e redes para cada orçamento participativo, como também na América Latina e no Brasil.

Mesmo com a experiência do OP, existem estudos que apresentam práticas mais aprofundadas de participação na Europa revelando que em alguns países outras políticas de participação vêm sendo adotada. Contudo, não necessariamente para democratizar e promover a equidade na participação, mas sim para implementar ajustes fiscais com vistas a redução do papel do Estado nas políticas sociais (Sintomer, Herzberg, Rock, 2008).

Em relação ao aparecimento, implantação e descentralização do OP, Pires (2001) os caracteriza em três momentos distintos: no primeiro momento, há a necessidade de elaborar novos modelos de gestão pública que contemplem a possibilidade de ampliar a participação popular; no segundo momento, ocorre a vitória de um partido de esquerda à frente de um município – a exemplo do PT que elegeu 36 prefeitos nas eleições de 1985, o que facilitou a implementação da política de participação; e o terceiro momento foi a adesão de outros partidos ao colocar nos seus programas de governo a política de participação.

Dentro das suas finalidades, a política do Orçamento Participativo possui algumas características tais como: incentivar a participação social, combater a corrupção, criar mecanismos de controle social e de escolha de prioridades, limites de gastos, criar centros de discussão etc. (Pires, 2001).

Segundo o autor, para que o OP atenda essas finalidades, sua implementação e funcionamento devem ser pautados em alguns princípios, a saber: 1) o caráter

pedagógico do processo; 2) a autonomia dos movimentos; 3) cogestão; 4) substituição das reivindicações por prioridades; 5) organização e mobilização como forma de disputa de recursos; e 6) princípio da transparência e dos limites das decisões (Pires, 1996, *apud* Uneb, 2017, p. 2).

Portanto, para que a implementação e permanência do OP aconteça de forma eficiente/efetiva se faz necessário o cumprimento dos princípios estabelecidos e da vontade política, além de um percurso metodológico que proporcione uma real viabilidade para esta ferramenta política de participação.

É importante destacar que diversos autores citados acima afirmam que não existe uma metodologia única para a implementação do OP. Cada Estado ou município possui sua própria metodologia. Pires (2001) afirma que até a própria doutrina participativa não indica um modelo ideal e universal para a sua elaboração. Porém, mesmo não existindo um único caminho universal para a sua implementação, se faz necessário que se cumpra algumas fases importantes para que se possa atingir as finalidades deste instrumento.

De acordo com o Portal Politize (2016), existem alguns estágios fundamentais que envolvem o ciclo de discussão, negociação e elaboração do orçamento participativo, são eles: assembleias locais e setoriais, reuniões locais e setoriais, câmara municipal, desenho da matriz orçamentária e avaliação do processo.

No Estado da Paraíba, o Partido Socialista Brasileiro (PSB) implementou em sua gestão a política do orçamento participativo denominada Orçamento Democrático Estadual (ODE). Este um instrumento público responsável pela promoção da cidadania participativa paraibana que permite aos cidadãos ter vez e voz, através do empoderamento da sociedade civil, nas tomadas de decisões sobre os investimentos públicos com um olhar coletivo e regionalizado (Cartilha ODE, 2017).

2.4 GESTAÇÃO E NASCIMENTO DO ORÇAMENTO DEMOCRÁTICO ESTADUAL NA PARAÍBA

Analisar a gestão pública – no contexto dos processos de integração regional e frente aos diferentes territórios brasileiros e suas especificidades – demanda o entendimento da gestão das ações públicas como respostas às necessidades sociais que têm origem na sociedade e são incorporadas e processadas pelo Estado em suas diferentes esferas de poder (Raichelis; Wanderley, 2004, p. 6). Entretanto,

reconhecemos que as políticas públicas são de competência do Estado e envolvem relações de reciprocidade e antagonismo com a sociedade. Portanto, sua participação torna-se fundamental para a consolidação da dimensão efetivamente pública das políticas (Raichelis; Wanderley, 2004).

Antes de começarmos a discorrer sobre o Orçamento Democrático Estadual, se faz necessário enfatizar que em relação ao número de experiências existentes de Orçamentos Participativos (OP's) no Brasil, o maior quantitativo de OP estão alocados nos municípios, o que apresenta discrepância se comparado quantitativamente com o âmbito estadual. De acordo com a Rede Brasileira de Orçamentos Participativos (RBOP, 2013), apenas quatro territórios estaduais possuem Orçamento Participativo em seus programas de governo, sendo eles: Distrito Federal, Espírito Santo, Paraíba e Rio Grande do Sul.

Diversos estudiosos, entre eles Gohn (2001), entendem a importância que o OP exerce no âmbito local para efetivação das relações de participação popular.

As cidades são cenários privilegiados para o exercício do poder local, talvez sendo isto a possível explicação para resultados positivos que os orçamentos participativos vêm alcançando em esfera municipal.

Adequar o modelo de OP do âmbito local para o estadual requer determinação, responsabilidade e vontade política para abraçar o modelo de administração pública partilhada com a sociedade. Isto, porém, sem transferir o que é de competência do Estado para o povo. Este gesto é, na verdade, um dos caminhos para fazer valer a Constituição Federal de 1988.

De acordo com Silva Junior (2014), nas décadas de 1980 e 1990 a Paraíba, em conformidade com a regulamentação do Decreto nº 12.077/1987, vivenciou a política do Orçamento Participativo através processo de democratização dos recursos públicos junto à sociedade civil, denominado como Plano de Ação Governamental. Este plano ficou popularmente conhecido como “Plano do Povo” e era uma ferramenta de caráter consultivo que teve como base a escuta popular através de assembleias locais nos municípios paraibanos.

A Ferramenta foi implantada no mandato do Governador Tarcísio de Miranda Burity em janeiro de 1987. De acordo com Silva Junior (2014), os objetivos do Plano do Povo eram os seguintes: a) promover ações voltadas para o bem estar social; b) utilizar a consulta popular como legitimidade democrática para garantir a participação da população no processo de escolha dos destinos dos recursos públicos e na

definição de suas prioridades; c) respeitar a ampla participação comunitária, promovendo diálogos sobre situações e problemáticas locais, e acolher sugestões para equilíbrio na formulação de propostas de soluções para seus problemas e; d) ser a ação do governo concretizada a partir da formulação do orçamento público.

A criação do programa trouxe um novo modelo para formular e executar as políticas públicas locais, conforme está no documento circular nº 01/87 que o então Governador Tarcísio Burity (PMDB) encaminhou para todos os representantes das Secretarias de Estado e lideranças locais, conforme descrição a baixo:

[...] Como Governador eleito da Paraíba, decidimos elaborar o nosso Plano de Ação Governamental tomando em consideração a situação concreta do Estado e, sobretudo, as demandas econômicas, políticas e sociais de todos os segmentos da sociedade paraibana. Por essa razão, constituímos um grupo de trabalho que tem como função específica formular e dirigir uma estratégia de articulação das representações da sociedade, visando a participação destas na realização de encontros municipais que possibilitem uma discussão sobre a problemática de cada município e, também, como a população quer participar no equacionamento e na formulação de propostas de solução de seus problemas, por ordem de prioridade. A contribuição de todas as representações políticas da sociedade civil ao referido plano, não só assegura a legitimidade do Governo, mas também viabiliza e reforça o processo de participação e avaliação das ações governamentais nos âmbitos municipal, microrregional e estadual (Paraíba, 1987, p. 59).

Silva Junior (2014) afirma que conforme dada importância e credibilidade para que as reivindicações da população se efetivem na construção do Plano do Povo, o Governo da Paraíba, constituiu uma equipe de trabalho composta por 18 técnicos da gestão e 400 estudantes extensionistas, vinculados ao Projeto Rondon, para realizar as consultas nos territórios. Nestes, estavam inclusos sítios, distritos, povoados e cidades em que membros da equipe dialogava com as organizações municipais e estaduais, população, grupos organizados etc. elaborando as propostas de trabalho para todo o Estado da Paraíba. Isto deveria ocorrer num período de quatro meses anterior ao início da aprovação das leis orçamentárias, para que pudessem contemplar 05 prioridades para cada município, advinda das escutas populares realizadas em assembleias públicas entre representantes do governo e os movimentos sociais.

Silva Junior (2014) explica que após a elaboração do calendário de atividades para cada cidade, os estudantes secundaristas e universitários, juntamente com os técnicos do Governo do Estado e do Projeto Rondon, faziam a articulação e mobilização junto aos trabalhadores/as, gestores/as municipais, vereadores/as,

lideranças da comunidade e de bases eclesiais convidando-os para participarem da elaboração do Plano do Povo.

Os encontros para realização das mobilizações aconteciam de fevereiro a maio de cada ano nas comunidades, em residências, locais de trabalhos, sítios, sindicatos, associações entre outros locais onde se estabeleciam conversas iniciais sobre o que seria o Plano do Povo. Em seguida, aconteciam as assembleias populares para apresentação das propostas advindas da população e análises do Governo do Estado em “ouvir” o povo para reconstruir, junto com eles, a Paraíba. A equipe de Governo, para operacionalizar este instrumento em todo o território estadual, destacou o seguinte:

Não se pode falar de Plano de Ação do Governo sem o atendimento das necessidades do povo. Acreditamos que essa é a única maneira de garantir que ele tenha vez e voz. Entendemos que, somente através do respeito ao modo de pensar, sentir e agir dos trabalhadores, em suas organizações, de todos os que prestam serviços à população, é que estaremos criando condições para a sua participação, organização e luta pela afirmação dos seus direitos. [...] A elaboração do Plano do Povo exigiu dedicação exclusiva de uma numerosa equipe que, durante mais de seis meses, viveu à procura de formas alternativas e fecundadas de expressão e de registro do sentir e do querer dos trabalhadores da Paraíba. Um período que se viveu intensamente, com prazer, sofrer, exasperação, cansaço, alegria, tensão, dentro de um processo cheio de grandes ligações (Paraíba, 1987, p. 11).

O Plano do Povo teve duração de quatro anos (de 1987 a 1991), sendo este um ponto pé inicial no tocante à experiência do Orçamento Participativo na esfera executiva paraibana.

Após um intervalo de mais de 20 anos, o Estado da Paraíba e seus territórios – 223 municípios rurais e urbanos, distribuídos em quatorze regiões geoadministrativas que vão do litoral ao sertão – voltaram a vivenciar pela segunda vez o processo de efetivação política da participação popular e promoção da cidadania com a implantação da política de Orçamento Participativo.

O Partido Socialista Brasileiro (PSB) criou em 2011 o Orçamento Democrático Estadual (ODE), instrumento público responsável pela promoção da cidadania participativa paraibana, dando ao povo vez e voz, através do empoderamento da sociedade civil nas tomadas de decisões sobre os investimentos públicos com um olhar coletivo e regionalizado (Cartilha ODE, 2017).

Figura 3: Campanha de divulgação do ciclo de audiências regionais - ODE, 2023



Fonte: www.governodaparaiba.bp.gov/ode

Em sua dimensão pedagógica e organizacional a Secretaria Executiva do Orçamento Democrático Estadual (SEOD) está inserida na Secretaria Estadual de Planejamento, Orçamento e Gestão (SEPLAG). Tem como missão atuar nos 223 municípios paraibanos, distribuídos nas 14 regiões geoadministrativas, realizando ciclo de ações anuais, tais como: reuniões preparatórias nas comunidades, audiências públicas regionais, eleição dos conselhos regionais e estadual, bianualmente, formação continuada, planejamento democrático para elaboração das peças orçamentárias e avaliação do ciclo anual (Paraíba, 2023). No decorrer do trabalho serão detalhadas cada etapa.

Este modelo de gestão compartilhada possui caráter consultivo e colaborativo na organização e planejamento das ações de governo nos territórios paraibanos. Isto ocorre seja no acompanhamento e fiscalização das execuções das obras e serviços, seja na mudança de mentalidade das pessoas e na cultura da participação cidadã, pactuando decisões através do processo de governança nos espaços públicos com a participação da sociedade civil.

A experiência atual de democracia participativa na Paraíba se assemelha ao modelo do OP implantado pelo Partido do Trabalhadores em diversas cidades brasileiras. Isto se deve ao fato de que Ricardo Vieira Coutinho – então Governador da Paraíba e que à época criou o Orçamento Democrático Estadual (ODE) –, desde

a década de 1980 era integrante do Partido dos Trabalhadores, se desligando do PT em 2003 para logo em seguida se filiar ao Partido Socialista Brasileiro (PSB) em 2004.

Conforme a cartilha do Orçamento Democrático Estadual (ODE, 2018), a metodologia do Orçamento Democrático é composta por um ciclo anual de atividades com as seguintes etapas e fases: reuniões preparatórias nas comunidades; audiências públicas regionais, eleição dos conselhos regionais e estadual bienalmente, formação continuada para conselheiros(as) e trabalhadores(as) do ODE, planejamento democrático para elaboração das peças orçamentárias e avaliação do ciclo anual.

A ideia central é o fortalecimento da política de participação social, aproximando a população junto ao governo do Estado, na condição de cogestores objetivando estreitar caminhos entre sociedade civil e poder público. Além disso, visa estabelecer diálogos anuais sobre a elaboração das peças orçamentárias para que possam contemplar as demandas de interesse coletivo, com olhar regionalizado, atingindo o maior número possível de territórios desprotegidos pelo Estado, além da fiscalização e do controle social democrático.

De acordo com o guia de regulamentação do Orçamento Democrático (2011), o instrumento é composto pelos seguintes princípios básicos:

A Democratização: ampliação do espaço de exercício da cidadania e governança democrática; A Participação: promoção do empoderamento, do controle e da corresponsabilidade social; A Regionalização: os municípios passam a articular os interesses regionalmente e não mais individualmente sem, contudo, perder a especificidade de cada um; A Intersetorialidade: como instrumento de ação integrada de diferentes atores institucionais e não governamentais, através de uma rede de articulação regional e estadual; A Economicidade: realizar mais políticas públicas, obras e serviços, com menos recursos; A Descentralização: promover a articulação institucional nas regiões geoadministrativas; A Redistribuição: desconcentrar as políticas públicas, investimentos, obras e serviços em todo o Estado; Desenvolvimento Integrado Sustentável: priorizar as regiões e suas potencialidades (Orçamento Democrático, 2011).

Voltando um pouco no tempo, é importante registrar que no ano de 2005 a cidade de João Pessoa também abraçou o modelo de gestão participativa. Naquele ano, o então Prefeito Ricardo Vieira Coutinho (PSB) criou o Orçamento Democrático Municipal (ODM) que, tempos depois, mudou de nome para Orçamento Participativo Municipal⁶. O instrumento teve como propósito democratizar o acesso, a informação,

⁶ Nomenclatura modificada pela Lei Municipal nº 12.539, de 12 de março de 2013, que institucionalizou

a elaboração, a execução e a avaliação de bens e serviços públicos oferecidos à população da capital (João Pessoa, 2006).

O Processo de Regulamentação foi através de Lei nº. 10.429, de 14 de fevereiro de 2005, que instituiu, entre outros pontos, a Secretaria da Transparência Pública e seus órgãos: a Coordenadoria do Orçamento Democrático, a Ouvidoria Municipal, o Departamento de Gestão da Informação (DPGI) e o Controle Interno. O OD alojado no corpo da Secretária de Transparência Pública tem como finalidade maior garantir a participação direta da população no processo de construção das leis orçamentárias, descentralização dos recursos, consultas, acompanhamento e fiscalização dos recursos financeiros. O OD foi institucionalizado através do Decreto- Lei nº 11.903⁷, de 29 de março de 2010, tornando-se Secretaria de Governo (Silva Júnior, 2014).

O modelo de gestão participativa implantado pela Prefeitura Municipal de João Pessoa, possui algumas semelhanças com a metodologia do Orçamento Participativo, tais como: Regimento Interno, Cartilha de Princípios e Ciclo Orçamentário anual, utilizando divisões regionais para promoção dos diálogos junto às comunidades e seus representantes, os chamados delegados/as e conselheiros/as, como também a população em geral. Essa metodologia resultou numa aceitação positiva por parte da sociedade.

Em diálogo com Estrela⁸, ela diz que através do encurtamento da distância entre sociedade civil e poder público a cidade de João Pessoa apresentou avanços nas ações voltadas para uma melhor descentralização das obras e serviços. Para ela, isto se dá principalmente nos lugares mais pobres e mais desprotegidos socialmente – a exemplo da comunidade onde reside, conhecida como Buraco do Sapó, que através da participação dos moradores nas audiências públicas do ODM conseguiram o asfaltamento da avenida principal e calçamento de algumas ruas e mais investimentos em saneamento básico no ano de 2009.

Percebe-se que a relação da população com as questões objetivas do território apresenta nuances tais como os conflitos socioambientais, entre outros, que se traduz

o Orçamento Participativo no município de João Pessoa, após a posse do Prefeito Luciano Cartaxo (PT), no ano de 2013. Contudo, o seu funcionamento metodológico continuou igual ao que foi Instituído pela gestão do Partido Socialista Brasileiro (2005-2011).

⁷ No ano de 2010, a Coordenadoria ganhou status de Secretaria Executiva, no entanto vinculada ainda à Secretaria de Transparência Pública.

⁸ Nome fictício para preservação da identidade de uma das entrevistadas, ex-delegada do ODM e moradora do bairro dos Bancários, em João Pessoa.

na vocalização das demandas junto à esfera pública (Silva, 2016). Importante ressaltar que a experiência da gestão participativa municipal obteve relevância no processo vitorioso da reeleição do então prefeito Ricardo Coutinho devido aos altos níveis de aceitação de sua administração, consolidando-o mais à frente como Governador da Paraíba, fato este que possibilitou a implantação do ODE na esfera pública estadual.

Em relação a experiência de gestão participativa estadual, uma das etapas mais importantes é a assembleia pública regional que é realizada pela Secretária de Planejamento, Orçamento e Gestão (SEPLAG) conjuntamente com Secretaria Executiva do Orçamento Democrático Estadual (SEODE), contando sempre com a presença poder executivo e equipe de auxiliares diretos e indiretos, os/as secretários/as de Estado e os/as dirigentes de órgãos da administração direta e indireta e a sociedade civil.

As audiências regionais são espaços abertos para a população realizar o diálogo direto com o poder executivo estadual sobre as reais necessidades de investimentos em seus territórios, assim como um espaço para que o Estado possa prestar contas das ações de governo realizadas no ano anterior nos 223 municípios paraibanos. As assembleias acontecem nas quatorze regiões geoadministrativas e contempla todas as cidades que compõem cada região, elas são realizadas antes do período de elaboração e aprovação das leis orçamentárias. Cada município participante das audiências públicas em sua região tem garantido, no mínimo, a fala de 2 representantes da sociedade civil, com duração de 03 minutos, em conexão direta com o governador apresentando suas prioridades, reclamações e sugestões. Além disso, há o protocolo para recebimento de documentações e o setor de credenciamento para preenchimento da ficha de solicitação de prioridades em três áreas de investimentos e três obras e/ou serviços específicos. Mais à frente, apresentaremos um maior detalhamento do caminho metodológico, juntamente com o mapa geográfico estadual da Paraíba com suas divisões geoadministrativas.

De acordo com a cartilha do Orçamento Democrático Estadual (2017), este instrumento de participação popular teve sua gestação implantada na Paraíba pelo Partido Socialista Brasileiro (PSB). O ODE foi criado por meio da Medida Provisória nº 160, de 01 de janeiro de 2011 e da Lei nº 9.332, de 25 de janeiro de 2011. Após sua criação foi batizada como Subsecretaria do Orçamento Democrático Estadual (ODE-PB), vinculada à Secretaria de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão

(SEPLAG). Posteriormente foi reformulada a partir de publicação no Diário Oficial do Estado da Medida Provisória nº 230, de 02 de janeiro de 2015, passando a se chamar Secretaria Executiva do Orçamento Democrático Estadual, vinculada à estrutura governamental da Secretaria de Estado do Planejamento e Gestão, Orçamento e Finanças.

Em 2016, a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Assembleia Legislativa da Paraíba aprovou a Proposta de Emenda Constitucional 16/2016 que acrescentou o inciso 6º ao artigo 166 da Constituição do Estado da Paraíba. Esta medida teve como objetivo institucionalizar a política do Orçamento Democrático Estadual (ODE) fazendo com que esta deixasse de ser uma política de governo para torna-la instrumento de promoção permanente da democracia participativa no Estado da Paraíba.

Recentemente o Governo do Estado da Paraíba publicou no Diário Oficial o Decreto de nº 43.459, de 07 de março de 2023, regulamentando a Lei nº 11.262, de 29 de dezembro de 2018, que instituiu o Orçamento Democrático Estadual (ODE).

No uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 86, inciso IV, da Constituição do Estado, onde no Capítulo I, da Natureza do Orçamento Democrático Estadual (ODE), onde em seu Art. I diz que o Orçamento Democrático Estadual (ODE) consiste numa política de incentivo à participação popular na elaboração das leis orçamentárias, com a sociedade civil convidada a subsidiar as decisões governamentais, ao estabelecer diretrizes para a aplicação dos recursos públicos em obras e serviços, nos termos do art. 1º da Lei nº 11.262, de 29 de dezembro de 2018 (Paraíba, 2023).

O objetivo dessa medida é aproximar a população junto ao Governo do Estado fomentando o empoderamento da sociedade civil através das tomadas de decisões coletivas. Decisões estas referentes à alocação e distribuição dos recursos públicos através da elaboração das peças orçamentárias que fortaleçam a descentralização regional dos investimentos em comum acordo entre o governo e o povo.

A equipe de trabalhadores do ODE é composta por Secretário Executivo, Chefe de Gabinete, Secretária particular, Consultoria, Setor administrativo, Núcleo de Processamento e Gerenciamento da Informação (NPGI), Setor de Comunicação, Cerimonial, Gerência Executiva dos Conselhos, Articuladores/as Regionais, Gerentes Regionais de Acompanhamento e Formação e Setor de Transportes.

Além da equipe de servidores públicos estaduais, o ODE possui 14 Conselhos Regionais compostos por representantes da sociedade civil e um Conselho Estadual, conforme organograma exposto mais à frente.

Vale salientar que com a publicação do Decreto de nº 43.459, de 07 de março de 2023, regulamentando a Lei nº 11.262, de 29 de dezembro de 2018, que instituiu o Orçamento Democrático Estadual (ODE), foi incluindo nos Conselhos Regionais a participação de representantes da esfera governamental em conformidade com os capítulos a seguir:

CAPÍTULO II DO CONSELHO REGIONAL DO ORÇAMENTO DEMOCRÁTICO (CROD)

Art. 2º - O Conselho Regional do Orçamento Democrático - CROD, instância deliberativa, ligada à Secretaria Executiva do Orçamento Democrático Estadual – SEODE, vinculada à Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão - SEPLAG, tem caráter público e é organismo autônomo da sociedade civil, com participação do poder público, que tem como finalidade proporcionar o direito do cidadão e da cidadã em exercer o controle social, por meio da participação, fiscalização e acompanhamento do processo de consolidação e execução das peças orçamentárias, bem como apresentar demandas, necessidades e prioridades da sua área de representatividade. Parágrafo único. Os representantes da sociedade civil serão escolhidos em votação direta em Fóruns Regionais e/ou Municipais, que serão convocados via Edital de Eleição de Conselheiros, com a finalidade de eleger os novos membros, titulares e suplentes, do Conselho Regional do Orçamento Democrático.

Art. 3º - São atribuições do Conselho Regional do Orçamento Democrático – CROD: I – eleger os membros dos conselhos estaduais; II - elaborar um diagnóstico da realidade regional; III - discutir e encaminhar sugestões de interesse coletivo regional, com soluções de equacionamento de demandas; IV - discutir a compatibilidade entre o plano de governo e a participação popular; V - discutir a metodologia adequada à participação popular na elaboração do orçamento público e no acompanhamento da execução orçamentária; VI - socializar e explicitar a metodologia utilizada pelo Orçamento Democrático Estadual aos demais cidadãos de sua região geoadministrativa de atuação; VII - auxiliar na discussão, no âmbito da democracia participativa, à participação popular nas escolhas das prioridades para colaborar com a elaboração do Plano Plurianual – (PPA), da Lei de Diretrizes Orçamentárias – (LDO) e da Lei Orçamentária Anual – (LOA); VIII - monitorar obras, serviços e demais ações governamentais nas regiões geoadministrativas; IX - acompanhar a discussão e votação na Assembleia Legislativa do Plano Plurianual (PPA), Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Lei Orçamentária Anual (LOA); X - articular ações de interesse coletivo regional junto aos articuladores regionais e ao Conselho Estadual; XI - discutir com setores do Governo do Estado soluções para as demandas regionais; XII - avaliar bimestralmente o Ciclo do Orçamento Democrático Estadual e propor adequações e/ou modificações no mesmo; XIII - verificar e zelar pelo cumprimento das decisões populares; XIV - atuar em parceria e em consonância com o Conselho Estadual (CEOD) bem como manter intercâmbio com os demais Conselhos Estaduais de políticas setoriais; XV - destituir os Conselheiros que não cumpram suas obrigações; XVI - incentivar a capacitação dos seus membros na área de gestão pública compartilhada e controle social; e, XVII - convocar assembleias ordinárias ou extraordinárias, quando necessário (Paraíba, 2023).

Em relação ao processo eleitoral para o Conselho Regional do Orçamento Democrático, essa etapa apresenta como caminho metodológico a seguinte

sequência: a) a eleição acontecerá em Fóruns Regionais e/ou municipais próprios, que serão convocados via Edital de Eleição de Conselheiros, com a finalidade de eleger os novos membros, titulares e suplentes, do Conselho Regional do Orçamento Democrático; b) cada candidato a Conselheiro Regional Usará da oratória para apresentar e defender suas propostas; c) o rito eleitoral terá regras e método especificado em Edital de Eleição de Conselheiros, publicado em Diário Oficial do Estado e amplamente publicizado nas redes e sítios eletrônicos oficiais da Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão (SEPLAG); d) cada Conselheiro Regional recebe um credencial para votar na eleição de Conselheiro Regional do OD; e) encerrado o processo de votação e apuração, divulgam-se os nomes dos Conselheiros Regionais eleitos titulares e suplentes para representarem os municípios no Conselho Regional do Orçamento Democrático Estadual.

Já o processo de eleição para formação do Conselho Estadual acontece durante a primeira assembleia geral ordinária de cada Conselho Regional entre os próprios conselheiros(as) eleitos, que elegem 2 representantes titulares e 2 suplentes por cada região geoadministrativa para compor o Conselho Estadual, totalizando 28 (vinte e oito) com paridade entre homens e mulheres. Tanto o mandato dos Conselheiros Regionais como o dos Conselheiros Estaduais possui duração de dois anos podendo ser reeleitos para mais um mandato.

Desde o ano de 2015 que a participação popular passou a contar com inovações tecnológicas (credenciamento e formulário de prioridades digital). Essa inovação teve como objetivo assegurar praticidade, eficiência, celeridade e transparência. Se faz necessário lembrar que parte da população que participa das ações do ODE não são alfabetizadas e que com a modernização da ferramenta se fez necessário o Estado garantir a participação dessas pessoas.

Para participação nas audiências regionais, no que se refere ao preenchimento do credenciamento e das fichas de demandas (formulário digital para escolha de prioridades de investimentos), o participante precisa comprovar no setor de credenciamento que mora na região e ter idade mínima de 16 anos. Observação: as audiências regionais são abertas para toda população na condição de ouvinte e são transmitidas ao vivo pelas redes sociais do Governo da Paraíba.

O setor de credenciamento é composto por servidores públicos estaduais que através da utilização de tablets, computadores e smartphones realizam o preenchimento digital do formulário contendo as áreas de investimentos tais como:

educação, saneamento básico, segurança pública, saúde, segurança alimentar, moradia, estradas e rodagens, abastecimento de água, eletrificação, cultura, esporte e lazer entre outras. Cada participante pode apontar até três áreas para investimentos e três obras e/ou serviços, sendo uma para cada área de investimento escolhida. Ao final das audiências é apresentado o resultado das três prioridades mais votadas pelos participantes.

O formulário digital também pode ser acessado através do aplicativo, disponível no portal da cidadania durante o período da realização da audiência através do uso de celulares, computadores e smartphones disponíveis para baixar no *Play store* e *App store*, nas versões do Android e IOS, para a população. Além das opções acima, o *site* oficial do Governo da Paraíba disponibiliza o *link*⁹ com o a ficha de prioridades e cadastro de inscrição do participante. Mesmo que o participante não seja alfabetizado ou possua algum tipo de deficiência existe um espaço de credenciamento presencial especializado para realizar o acolhimento e garantir a participação.

O acesso às assembleias é aberto à população em geral. Cada região geoadministrativa recebe uma audiência pública na cidade sede e/ou em outro município pertencente ao mesmo território, desde que o local disponível possua acessibilidade e boas condições estruturais. Especificamente na terceira região são realizadas três audiências públicas devido ao grande número de municípios. Já na segunda região são realizadas duas audiências pelos mesmos critérios.

Para cada plenária pública são garantidas no mínimo duas falas em microfone aberto, com duração de até 3 minutos, de representantes da sociedade civil por município participante. Durante o início das plenárias o cerimonial oficial apresenta os critérios para garantia das falas e declara aberto processo para as inscrições.

Além do uso dos microfones, a sociedade civil pode ainda encaminhar suas demandas através de ofícios, abaixo-assinados entre outras formas de documentos impressos no setor de protocolo disponibilizado durante a realização da assembleia pública.

Em cada audiência o Governo do Estado presta contas à população dos investimentos realizados e priorizados nas assembleias do ano anterior, assina novas ordens de serviços e entrega de novos equipamentos. Veja a seguir o organograma da Secretaria Executiva do Orçamento Democrático Estadual.

⁹ Cf. www.governodaparaiba.pb.gov.br/ode

Figura 4: Organograma da Secretaria Executiva do Orçamento Democrático



Fonte: Organograma extraído da Cartilha do Orçamento Democrático Estadual – 2017

Conforme mostra a parte inferior do organograma, o Estado da Paraíba possui um total de quatorze regiões geoadministrativas definidas pelo Decreto-Lei nº 12.984, de 14/08/2009, adotada pelas Secretarias de Estado da Saúde e da Educação, o qual serve de base para o desenvolvimento das ações do ODE/PB, com maior detalhamento na figura abaixo:

Figura 5: Mapa das divisões geoadministrativas regionais da Paraíba



Fonte: cartilha do ODE 2018.

A figura acima apresenta o quantitativo de municípios em cada região, assim como a cidade sede em cada território. A primeira região geoadministrativa, na qual está sendo realizada a pesquisa, é composta por 14 cidades e está dividida em 4 microrregiões da seguinte forma: Micro 1 – Sapé, Marí, Riachão do Poço e Sobrado; Micro 2 - Santa Rita, Cruz do Espírito Santo e Lucena; Micro 3 - Conde, Alhandra, Caaporã e Pitimbu; Micro 4 – João Pessoa, Bayeux e Cabedelo.

A terceira microrregião é o foco central do nosso estudo, visto que as cidades de Caaporã na qual possui o porto de Congaçari e Pitimbu com o distrito de Acaú, fazem parte da RESEX Acaú/Goiana PB, PE na porção Paraíba. Os territórios acima nos despertaram o interesse em compreender como se dá o processo de organização pedagógica da política de participação junto às pescadoras e pescadores artesanais da Associação das Marisqueiras de Acaú, pertencentes à Unidade de Conservação (UC), da RESEX Acaú/Goiana PB, PE na porção Paraíba e sua possível relação com o ODE como via para a proteção social.

De acordo com a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Humano (SEDH, 2021) a política da Proteção Social é a garantia de inclusão a todos os cidadãos que encontram-se em situação de vulnerabilidade e/ou em risco e precisam ser inseridos na rede de Proteção Social, ou seja, é dever do Estado o comprometimento em ofertar segurança aos cidadãos para que todos possam ter uma vida digna.

A Proteção Social como arcabouço das Políticas Sociais através do Estado precisa assegurar a sobrevivência de todas as pessoas em situações vulnerabilidade. Isto inclui as comunidades que historicamente foram excluídas desde o período colonial, a exemplo dos povos tradicionais que como cidadãos de direitos precisam da garantia de acesso às Políticas Públicas.

Ressaltamos que a primeira região geoadministrativa possui três Comunidades Remanescentes de Quilombos (CRQ's): os Quilombos Ipiranga e Gurugi, que estão localizados no município do Conde, mais precisamente no Distrito de Jacumã, separados pela PB 018. Já a Comunidade Remanescente de Quilombolas Mituaçu localiza-se às margens do Rio Gramame marcando a divisa entre o seu município de origem, o Conde, e a cidade de João Pessoa.

No início do processo de colonização portuguesa, a área foi região de aldeamento indígenas, entre as quais a aldeia Jacoca que originou o município de Conde.

De acordo com Herckmans (1982, p. 44), no Distrito do Gramame, ao Sul do rio, e cerca de duas léguas da costa, existiam duas belas aldeias chamadas Jacoca e Pindauma que, embora até o final do século XIX ainda houvesse aldeamentos, missionários e engenhos, no final do século XX passou a contar com povoações cuja a maioria era formada por negros onde a história remete às comunidades que nelas se estabeleceram, entre elas a Comunidade Remanescente de Quilombolas Mituaçu no Município de Conde.

A constituição de 1988, ao reconhecer o dever do Estado para efetivação do direito à obtenção de propriedade definitiva das terras dos Remanescentes de Comunidades Quilombolas e dos povos tradicionais, atuou no sentido da construção e afirmação de uma identidade coletiva resultando em novos sujeitos de direitos.

Milton Santos (1985), nos ajuda a compreender a formação dos territórios e consequentemente suas características que afirmam a identidade de um povo. Para o autor, o território é resultado da relação que os humanos estabelecem com o espaço natural, em um processo histórico, e a partir do qual se desenvolvem aspectos sociais, econômicos e culturais que o caracteriza, possibilitando identificar e diferenciar um território de outro. Além disso, possibilita verificar pontos que os relacionam em virtude do movimento da sociedade por força das circunstâncias, chegando à conclusão de que é possível analisar cada contexto e seus determinantes no que se refere como a população se relaciona com o espaço natural colocado como um lugar, onde a formação da consciência social é o que leva a afirmação da identidade.

Por mais que a cidade de Conde não seja objeto direto deste estudo, ela está inserida na terceira divisão microrregional, pertencente à primeira região geoadministrativa, servindo muitas vezes como base de apoio para reuniões do Conselho Regional do Orçamento Democrático Estadual. Integra a mesorregião da mata paraibana, que compreende o Litoral Sul, estando na microrregião de João Pessoa. Em relação aos Municípios limítrofes, temos: João Pessoa ao Norte; Pitimbu ao Sul; Alhandra e Santa Rita ao Oeste e ao Leste é banhada pelo oceano atlântico. Durante os anos de 2017 a 2020, a cidade de Conde teve a política de participação popular pulsante e ativa através da governança municipal da gestão do PSB.

Na Paraíba, de acordo com o Decreto nº 43.459, de 07 de março de 2023, que regulamenta a Lei nº 11.262, de 29 de dezembro de 2018, que instituiu o Orçamento Democrático Estadual (ODE) foi alterado o ciclo de desenvolvimento das ações conforme exposto no capítulo XIV do ciclo do Orçamento Democrático Estadual, conforme os artigos abaixo:

Art. 22. caracteriza o ciclo do Orçamento Democrático Estadual, afirmando que é um processo dinâmico, realizado a cada ano, composto por etapas de finalidades específicas que se complementam.

Parágrafo único. Compete à Secretaria de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão/SEPLAG, por meio da Secretaria Executiva do Orçamento Democrático Estadual/SEODE, definir o calendário anual do Ciclo do Orçamento Democrático Estadual.

Art.23. O planejamento do ciclo leva em consideração as características das regiões geoadministrativas, o calendário de tramitação das peças orçamentárias junto ao Poder Legislativo Estadual e a avaliação anual dos Conselhos Regionais e Estadual do Orçamento Democrático, cujos relatórios deverão subsidiar o planejamento da SEPLAG.

Art. 24. O Ciclo do Orçamento Democrático Estadual é dividido nas seguintes etapas, que deverão ser observadas por ocasião da elaboração do PPA, LDO e da LOA: I - assembleias microrregionais e regionais, para a eleição dos conselheiros regionais e estaduais; II - audiências públicas regionais e/ou temáticas; III - Planejamento Democrático Estadual, envolvendo conselheiros e gestores das administrações direta e indireta da gestão pública estadual; IV - capacitação dos membros dos Conselhos e da equipe do Orçamento Democrático Estadual; V - avaliação e planejamento anual do ciclo. § 1º As reuniões de mobilização da sociedade civil para explanação e preparação acerca da realização dos ciclos do ODE, deverão ocorrer no prazo mínimo de 30 (trinta) dias que anteceda o início do referido ciclo.

§ 2º O ciclo do ODE para identificação das prioridades regionais para colaborar na elaboração do PPA deverá ocorrer de 01 de abril a 30 de junho do primeiro ano do mandato governamental.

§ 3º O ciclo do ODE para identificação das prioridades regionais para colaborar na elaboração da LDO deverá ocorrer de 01 de março a 30 de março de cada ano. § 4º O ciclo do ODE para identificação das prioridades regionais para colaborar na elaboração da LOA deverá ocorrer de 01 de abril a 31 de julho de cada ano.

Parágrafo único. o início do ciclo das audiências públicas do ODE poderá ser antecipado ou postergado por determinação do Chefe do Poder Executivo para ajustes de calendário, observando-se o prazo de término do referido ciclo (Paraíba, 2023).

Antes de detalharmos as etapas do ciclo do ODE, se faz necessário ressaltar que com um mínimo de 30 dias que antecedem a primeira etapa, a equipe de trabalhadores do ODE realiza reuniões preparatórias (RP's) em várias localidades rurais e urbanas distribuídas nas quatorze regiões geoadministrativas. As reuniões

podem acontecer em locais tais como: sítios, comunidades, associações, assentamentos, escolas, clubes, ONGs, igrejas, entidades de classe etc., com o objetivo de apresentar ao povo o ODE, seu calendário de assembleias regionais e como elas acontecem.

O diálogo é mediado pelos articuladores e articuladoras regionais junto à população, deixando-a informada sobre a importância da participação popular nas audiências regionais para que possam coletivamente representar seu território, apresentar demandas regionalizadas e outras reivindicações se assim achar necessário. As reuniões preparatórias são de fato o despertar inicial para a mudança de consciência sobre a importância da política de participação como ferramenta de empoderamento popular através do protagonismo em suas falas, estabelecendo assim relação direta com o Governo via o ODE.

1ª Etapa: assembleias microrregionais e regionais para a eleição dos conselheiros regionais e estaduais

De acordo com Decreto nº 43.459, de 07 de março de 2023, que regulamenta processo eleitoral para o Conselho Regional do Orçamento Democrático, deve-se seguir o rito com os seguintes procedimentos: I - a eleição é realizada através de Fóruns Regionais e/ou Municipais próprios, que serão convocados via edital de eleição de conselheiros, tendo como objetivo eleger os novos membros, titulares e suplentes para composição do Conselho Regional do Orçamento Democrático; II - cada candidato a Conselheiro Regional terá espaço garantido para defender oralmente as suas propostas; III – todo o processo eleitoral seguirá regras e metodologia especificadas em Edital de Eleição de Conselheiros, publicado no Diário Oficial do Estado e amplamente publicizado nas redes e sítios eletrônicos oficiais da Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão (SEPLAG); IV - cada Conselheiro Regional recebe uma credencial para votar na eleição de Conselheiro Regional do OD; V - encerrado o processo de votação e apuração, divulgam-se os nomes dos Conselheiros Regionais eleitos para representarem os Municípios no Conselho Regional do Orçamento Democrático Estadual.

Em relação à composição do Conselho Regional do Orçamento Democrático reproduzimos abaixo o decreto oficial com devidos critérios.

CAPÍTULO III DA COMPOSIÇÃO DO CONSELHO REGIONAL

Art. 4º O Conselho Regional do Orçamento Democrático deve ser composto por:

I – Representação da Sociedade Civil se dará proporcionalmente ao número de habitantes de cada Município, sendo: a) até 02 (dois) conselheiros, para municípios com até 30.000 (trinta mil) habitantes; b) até 04 (quatro) conselheiros, para municípios acima de 30.001 (trinta mil e um) até 60.000 (sessenta mil) habitantes; c) até 06 (seis) conselheiros, para municípios acima de 60.001 (sessenta mil e um) até 100.000 (cem mil) habitantes; d) até 08 (oito) conselheiros, para municípios acima de 100.001 (cem mil e um) até 200.000 (duzentos mil) habitantes; e) até 10 (dez) conselheiros, para municípios acima de 200.001 (duzentos mil e um) até 500.000 (quinhentos mil) habitantes; f) até 12 (doze) conselheiros, para municípios acima de 500.001 (quinhentos mil e um) habitantes.

II – Representação do Poder Público, em nível Regional, indicado pelo respectivo titular do Órgão, sendo: a) 01 (um) representante da Secretaria Executiva do Orçamento Democrático Estadual; b) 01 (um) representante da Secretaria de Estado da Educação; c) 01 (um) representante da Secretaria de Estado da Saúde; d) 01 (um) representante da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Humano; e) 01 (um) representante da Secretaria de Estado da Agricultura Familiar e Desenvolvimento do Semiárido; f) 01 (um) representante da Secretaria de Estado da Infraestrutura e dos Recursos Hídricos; g) 01 (um) representante da Secretaria de Segurança Pública ou das demais Forças de Segurança Estaduais (Polícia Militar, Polícia Civil e/ou Bombeiros Militares).

§ 1º Poderá ser Conselheiro Regional, na condição de representante da sociedade civil:

I - morador do município e respectiva região geoadministrativa; II - maior de 18 (dezoito) anos; III - não detentor de cargo de natureza eletiva em qualquer ente federado; IV - não integrante da estrutura administrativa municipal, estadual e federal, em cargo ou função de primeiro ou segundo escalões (secretários e/ou dirigentes de órgãos); V - não ocupante de cargo efetivo, comissionado, função pública, ou contratado por excepcional interesse público, em qualquer esfera de poder, da administração estadual; VI – membro não excluído dos Conselhos Regional ou Estadual por infringir qualquer norma legal, regulamentar ou regimental.

§ 2º Os conselheiros da sociedade civil serão eleitos em fórum específico para esse fim, e terão mandato de 02 (dois) anos, podendo ser reconduzido por, apenas, uma vez. Os conselheiros do poder público, serão designados, oficialmente, por seus dirigentes superiores e cumprirão um mandato de 02 (dois) anos, podendo ser reconduzido, apenas, uma vez.

§ 3º Caso seja comprovado o vínculo do Conselheiro com os órgãos vedados no caput, perderá o mandato e será substituído.

§ 4º As representações do Poder Público comporão as Comissões Regionais de Monitoramento e Acompanhamento de Ações, Obras e Serviços, que será um espaço de assessoramento e comunicação permanente do Conselho Regional do Orçamento Democrático (Paraíba, 2023).

Para melhor entendimento sobre o número total em que a primeira região poderá eleger de conselheiros, com recorte para a cidade de Pitimbu, segue abaixo

quadro demonstrativo extraído do Diário Oficial sob nº 43.459, de 07 de março de 2023.

Quadro 1: Quantidade total de conselheiros por município primeira região geoadministrativa

MUNICIPIO	POPULAÇÃO (ESTIMATIVA – IBGE, *)	REGIÃO	NÚMERO TOTAL DE CONCELHEIROS
Alhandra	19.238	1 ^a	2
Bayeux	96.140	1 ^a	6
Caaporã	21.555	1 ^a	2
Cabedelo	65.634	1 ^a	6
Conde	23.975	1 ^a	2
Cruz do E. Santo	17.212	1 ^a	2
João Pessoa	791.438	1 ^a	12
Lucena	12.804	1 ^a	2
Mari	21.755	1 ^a	2
Pitimbu	18.685	1 ^a	2
Riachão do Poço	4.442	1 ^a	2
Santa Rita	134.940	1 ^a	8
Sapé	52.218	1 ^a	4
Sobrado	7.712	1 ^a	2
TOTAL	1.287.748		

FONTE: Anexo único – Decreto nº 43.459, de 07 de março de 2023

A lista com nomes dos conselheiros titulares e suplentes eleitos é publicada no Diário Oficial seguida de solenidade de posse. Na primeira assembleia ordinária de cada Conselho Regional são escolhidos entre os próprios conselheiros eleitos os representantes para compor o Conselho Estadual, sendo 2 titulares e 2 dois suplentes para representar cada região geoadministrativa, formando a composição do Conselho Estadual, mantendo a igualdade de gênero conforme artigos abaixo:

CAPÍTULO VII DA COMPOSIÇÃO DO CONSELHO ESTADUAL

Art. 9º O Conselho Estadual do Orçamento Democrático será formado pela representação de 02 (dois) membros de cada Conselho Regional do Orçamento Democrático, indicado pelos seus pares, regionalmente, sendo, preferencialmente, 01 (um) homem e 01 (uma) mulher, tanto para os titulares, quanto para os suplentes, e será composto da seguinte forma: I - Representantes da Sociedade Civil: 02 (dois) Conselheiros Titulares e 02 (dois) Conselheiros Suplentes para cada região geoadministrativa, com

mandato de 02 (dois) anos, eleitos na Reunião Ordinária Regional; II - Representação da SEPLAG, por meio de seu Secretário Executivo ODE; III - Representantes das Secretarias de Estado, indicados por seus respectivos Secretários, sendo 01 (um) titular e 1 (um) suplente.

Art. 10. Poderá ser membro do Conselho Estadual, na condição de representante da sociedade civil: I - morador da região geoadministrativa; II - maior de 18 (dezoito) anos; III - não detentor de cargo de natureza eletiva em qualquer ente federado; IV - não integrante da estrutura administrativa municipal, estadual e federal, em cargo ou função de primeiro ou segundo escalões (secretários e/ou dirigentes de órgãos); V - não ocupante de cargo efetivo, comissionado, função pública, ou contratado por excepcional interesse público, em qualquer esfera de poder, da administração estadual; VI – membro não excluído dos Conselhos Regional ou Estadual por infringir qualquer norma legal, regulamentar ou regimental. § 1º Caso seja comprovado o vínculo do Conselheiro com os órgãos vedados no caput, perderá o mandato e será substituído. § 2º Somente o Conselheiro Regional Titular poderá se candidatar ao Conselho Estadual do OD (Paraíba, 2023).

Importante ressaltar que o processo da eleição dos Conselhos Regionais do ODE, no ano de 2023, contrariando o edital publicado no ano em curso, voltou ao modelo dos critérios estabelecidos no ano de 2015. Através do uso das novas tecnologias, a eleição dos Conselhos Regionais foi incorporada à etapa das audiências regionais, adequando-a ao processo de informatização do Orçamento Democrático Estadual. O ODE passou a fazer uso das novas tecnologias digitais unificando em um mesmo momento o processo de escolha das prioridades e o processo de votação para eleição dos Conselhos Regionais.

Através das inovações, o processo de eleição passou a não mais utilizar o processo de contagem de votos abertos em assembleias específicas de forma manual – que tinha como critério o levantamento de credenciais pelos presentes.

De acordo com a fala de uma das entrevistadas – a qual para preservar sua identidade denominamos de forma fictícia por Sargaço –, ela vê como um retrocesso a regulamentação do processo de eleições publicada no Diário Oficial do mês de março de 2023, que volta o processo das eleições dos Conselhos Regionais em formato de assembleias regionais e/ou Municipais com votação aberta com contagem de crachás nas microrregiões:

Não acho justo, o processo torna-se desigual em relação à mobilização, já que o Estado não disponibiliza ônibus suficientes para levarmos as pessoas

para votar. Diferente das eleições conjuntas com as Audiências Regionais que o Estado disponibiliza transportes. Porém, já que para esse ano publicaram o edital com essas características, mesmo eu não concordando, não foi respeitado o cumprimento do diário oficial (Sargaço).

De acordo com a fala de Sargaço, a eleição dos Conselhos Regionais não seguiu os trâmites do Diário Oficial publicado em março de 2023. Apresentaremos abaixo figura listando dados da última eleição do Conselho Regional do ODE por gênero dos/das conselheiros/as eleitos/as, titulares e suplentes na 1ª (primeira) região geoadministrativa, referente ao biênio 2023/2025.

Tabela 1: Número de Conselheiros/as eleitos/as na Primeira Região geoadministrativa do ODE

Relação dos números dos conselheiros (as) eleitos (as) biênio 2023/2025 atualizada em out/2023 por gênero – 1ª RGA

GÊNERO	TITULARES	SUPLENTES
MASCULINO	22	10
FEMININO	27	12
TOTAL	49	22
TOTAL GERAL		71

Fonte: Secretaria Executiva dos Conselhos (SEC/ODE)

No quesito gênero apresentado na tabela acima, se faz necessário ressaltar que houve um avanço no número da participação das mulheres ocupando os assentos do conselho do ODE na primeira região geoadministrativa. Por maioria absoluta, o gênero feminino obteve, tanto na titularidade, como também na suplência, superioridade.

2ª Etapa: Audiências Regionais. Instância em que o Governo da Paraíba, através da Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão (SEPLAG), junto à Secretária Executiva do Orçamento Democrático, convoca a população para prestar contas das ações realizadas. Ao mesmo tempo, promove o processo participativo da população através do diálogo frente a frente com a sociedade civil,

ouvindo suas falas, recebendo protocolos documentais e a escolha da priorização das demandas populares através dos preenchimentos das fichas de prioridades conforme organização a baixo:

Art. 27. As audiências públicas regionais e/ou temáticas são organizadas da seguinte forma: I - o interessado realiza o cadastro na plataforma digital, habilitando-se a participar da votação, assinalando, em formulário próprio, 03 (três) prioridades de investimento público para o orçamento do exercício subsequente, em subsídio à elaboração do Plano Plurianual – PPA, da Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO e da Lei Orçamentária Anual – LOA; II - prestação de contas das ações desenvolvidas pelo Governo do Estado; III - fala da população, mediante inscrição, de acordo com a dinâmica da audiência; IV - sistematização e socialização dos eixos prioritários apontados pela plenária; V- fala do (a) Governador(a) e/ou auxiliares, em resposta aos interlocutores(a) da sociedade civil; VI - transmissão da audiência pública, em tempo real, através da internet.

Parágrafo único. Na eventualidade de falha técnico-operacional no sistema digital de cadastramento e/ou votação, serão utilizados formulários padronizados impressos, assegurando, desse modo, a participação popular, sem quaisquer prejuízos para a realização da plenária.

Art. 28. O Orçamento Democrático Estadual, com participação de Secretários de Estado e dirigentes da administração indireta, nas audiências públicas PPA, LDO, LOA; visa: I - Fornecer as prioridades de cada região geoadministrativa, como subsídios para o Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentária (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA); II - Fornecer relatório as Secretarias de Estado e de demais órgãos da administração estadual, a partir do Quadro de Prioridades e Demandas das regiões geoadministrativas, que poderá, ou não, ser contemplado no PPA, na LDO e na LOA (Paraíba, 2023).

Com o processo de informatização da ferramenta, a partir de 2015 o setor de credenciamento passou a utilizar computadores e *tablets* para coletar as demandas durante a plenária junto aos participantes. Com a chegada da Pandemia da COVID-19, as assembleias passaram a acontecer de forma virtual e os processos de encaminhamento das reivindicações foram realizados via *smartphones* e outras ferramentas tecnológicas.

Apresentaremos a seguir uma tabela com números gerais da participação nas Audiências Públicas Regionais do ODE entre os anos de 2019 a 2022 baseada em dados do Núcleo de Processamento e Gerenciamento da Informação (NPGI). O que demonstra que durante a pandemia da COVID-19 – com o uso de aplicativos através do *smartphones*, computadores, *tabletes* entre outros – houve um aumento significativo no número de participantes que, vivenciando o processo de isolamento social, puderam participar de forma virtual.

Tabela 2 - Número geral de participantes nos quatro últimos anos das audiências Regionais do ODE

AUDIÊNCIAS PÚBLICAS REGIONAIS	
TOTAL DE PARTICIPANTES	
2020	38.148
2021	287.456
2022	68.821
2023	81.712

Fonte: Núcleo de Processamentos e Gerenciamento da Informação (NPGI/ODE, 2023)

É fato que durante o ano de 2021 – período em que a pandemia da COVID-19 assolava o mundo e o Brasil era governado pela extrema direita negacionista –, a Paraíba, administrada pelo Partido Socialista Brasileiro (PSB), seguiu o caminho contrário ao Governo Federal. Neste sentido, continuou investindo na política da participação, resultando na ampliação do número de participantes nas Audiências Regionais do Orçamento Democrático em que 287.456 pessoas acessaram a plataforma digital do ODE, apontando suas prioridades, conforme dados do NPGI/ODE (2023), sendo a política da saúde a mais votada.

3ª Etapa: Planejamento Democrático. Momento em que o Conselho Estadual do OD e Regional se reúne com os/as secretários/as de Estado e os dirigentes de órgãos da administração direta e indireta, cujas pastas tenham sido as mais solicitadas nas audiências públicas regionais, para analisar as prioridades e demandas de cada região geoadministrativa. As pastas governamentais apresentam seus relatórios a partir do quadro de prioridades e demandas das regiões com vistas a identificação do que poderá ou não ser contemplado e ou implementando nas leis orçamentárias, Plano Plurianual Anual (PPA), na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e na Lei Orçamentária Anual (LOA) do exercício em debate.

4ª Etapa: capacitação dos membros dos Conselhos e da equipe do Orçamento Democrático Estadual. Se constitui numa etapa contínua que ocorre ao longo do ano. Compreende a realização de atividades de capacitação e formação contemplando temas variados tais como: leitura e compreensão sobre “peças orçamentárias”, “gestão pública”, “democracia participativa”, “controle social”, “transparência pública”, “movimentos sociais” entre outros.

É o momento de fortalecer tanto os trabalhadores do ODE como também os conselhos, utilizando a política da educação popular com o objetivo de promover o empoderamento da sociedade civil com vistas ao aprimoramento dos conhecimentos necessários para suas atribuições, enfatizando o papel do/a conselheiro/a enquanto representante do povo junto às instâncias de poder. Paulo Freire tinha consciência de que “a educação não é a chave para a transformação, mas é indispensável. A educação sozinha não faz, mas sem ela também não é feita a cidadania” (Freire, 1995, p. 74).

A meta dessa etapa é garantir o controle social democrático junto a política participativa do Orçamento Democrático Estadual.

5ª Etapa: avaliação e planejamento das atividades. Consiste no momento em que tanto a equipe de trabalhadores do ODE como os conselhos avaliam as atividades realizadas durante o ano em curso e planejam as ações para o ano seguinte. Desta etapa participam os Conselhos Regionais, o Conselho Estadual e todos os integrantes que compõem a Secretaria Executiva do Orçamento Democrático Estadual.

Para além das etapas do ciclo anual, o ODE realiza atividades complementares tais como: reuniões ordinárias e extraordinárias dos Conselhos Regionais e Estadual, caravana de visitas e fiscalização às obras, visitas dos conselheiros às secretárias de estado para resolução problemas e encaminhamentos de demandas, entre outras.

Até o ano de 2018 existia no calendário de ações complementares o prêmio CECI MELO de participação social que homenageava mulheres paraibanas protagonistas nas lutas sociais em suas comunidades, na atuação na gestão pública, no empreendedorismo, nas artes, no esporte, no fortalecimento das ações do ODE e em outras atividades. Também fazia parte das atividades a realização do Seminário Paraibano de Democracia Participativa. Este, com quatro edições que ocorreram entre os anos de 2011 a 2015, era o momento em que os gestores municipais eram convidados a apresentarem suas experiências com as políticas de participação social.

O evento era de caráter formativo com temáticas sobre políticas públicas, participação, controle social etc. Isto resultou em uma espécie de Rede Paraibana de Orçamentos Participativos e Democráticos, inspirada no modelo da Rede Brasileira de Orçamento Participativo, tendo como intuito de incentivar a ampliação e implantação do modelo de democracia participativa para os municípios paraibanos.

Durante a realização do I seminário de Paraibano de Democracia Participativa, mais de 18 municípios da Paraíba estiveram presentes e estabeleceram o processo de implantação do Orçamento Democrático, sendo eles: Conde, Itabaiana, Rio Tinto, Cabaceiras, Juazeirinho, Mamanguape, Santana dos Garrotes, Caraúbas, Damião, Borborema, Remígio, Cuité, Pedra Lavrada, São José dos Cordeiros, Bananeiras, Caaporã, Pitimbu, Sapé entre outros. A meta era ampliar e fortalecer a política de participação popular, oportunizando aos cidadãos o direito de opinar sobre o destino dos gastos públicos em suas cidades (Paraíba, 2011).

Em visitas realizadas a SEOD, dialogamos com três funcionários, que optaram por não ser identificados, que em suas falas relataram que desde o ano de 2019 muitas coisas deixaram de acontecer no ODE devido a vários fatores, sendo o mais citado a redução de gastos. Segundo suas falas, isso resultou na diminuição do quantitativo de veículos para realização das atividades nas regiões, no corte brusco de diárias entre outras coisas que dificultam a operacionalidade da ferramenta e das condições de trabalhos no ODE. Um dos entrevistados com nome fictício de Ouriço fez o seguinte comentário:

É preciso ter vontade política para poder fazer valer e acontecer o Orçamento Participativo ou Democrático como aqui chamamos. Já temos um grande desafio que é enfrentar alguns deputados que se negam em aceitar os avanços do ODE, e dizem que as obras e serviços que chegam nas regiões são das suas autorias, desqualificando a ferramenta e até a credibilidade dos conselheiros em suas comunidades, assim como também, o grande retrocesso que enfrentamos com a chegada do governo bolsonarista e o enfrentamento da Pandemia da COVID-19 (Ouriço).

Em relação ao decreto que regulamenta os critérios para composição dos Conselhos Regionais e Estadual do OD foi observado que existe uma grande lacuna no tocante ao recorte social para preenchimento nos assentos. O que se tem descrito como critério de garantia para poder ser conselheiro regional e estadual não garante o recorte por seguimentos sociais.

Sabemos que o Brasil possui uma dívida histórica com os povos tradicionais e com a população negra desde o período colonial e que mesmo com a redemocratização do país e com a Constituição de 1988 ainda convivemos com a não garantia de acesso às políticas públicas para todas as pessoas. Isto acontece principalmente com aquelas que vivem em constante situação de vulnerabilidade

sociais; a exemplo dos sem terras, sem tetos, quilombolas, povos de terreiros, indígenas, ribeirinhos, LGBTQIAP+ entre outros.

Sem critérios que garantam pelo menos um recorte mínimo nos conselhos do ODE para os seguimentos citados acima existe fortes possibilidades dos conselhos se tornarem espaço menos diversos e menos democráticos. Outro fator relevante que precisa ser levado em consideração são as condições estruturais para que se possa realizar o processo de mobilização e deslocamento das comunidades para participarem do processo das eleições, principalmente as comunidades rurais, devido à escassez de transportes para levarem seus grupos para votar.

Não é fácil, ainda mais com a cultura política divergente entre os modelos das políticas representativas e participativas. Fala de uma pescadora entrevistada: “mobilizar requer organização, estrutura e envolvimento no território. As áreas rurais em sua grande maioria não têm ruas caçadas, quanto mais transportes. As coisas para nós são sempre mais difíceis”. É preciso repensar o edital que regulamenta as eleições para o CROD, apresentar caminhos que leve a igualdade de condições no processo de disputa para ocupação dos assentos nos Conselhos Regionais do ODE.

Um outro agravante que vem ocorrendo durante a realização das audiências regionais é a dificuldade para que a sociedade civil possa garantir o acesso às falas na tribuna das audiências. Muitas vezes, esse acesso é facilitado para pessoas que já tem canal direto de comunicação com o Governo – a exemplo dos políticos que infiltram seus assessores e cabos eleitorais para falar em seu nome. É a cultura política do clientelismo viva e presente nos territórios.

Segundo Silva (2016), analisar o território de vivência (usado) provoca a reconhecer de que as formas materiais e imateriais de tempos anteriores determinam as ações sociais em tempo atuais e seus correspondentes projetos. A menos que possamos acreditar na ideia de que cada etapa de modernização seja sempre positiva para a totalidade dos sujeitos sociais, fica difícil não perceber que as rugosidades de momentos anteriores constituem um patrimônio que deve ser levado em conta para entendermos a localização dos eventos atuais (Santos, 1996; Silva, 2016; Silva *et al*, 2020).

A problemática existente na repartição, de acordo com o pensamento desenvolvido por Silva (2016), como base na distribuição dos acontecimentos, objetos e pessoas pelo espaço, ou seja, seu uso (George, 1972; Santos, 1994), implica compartimentações necessárias, desde a primeira circunscrição do espaço habitado,

dos primeiros campos, com seus limites, de modo que o espaço onde o homem projeta seu trabalho direciona-se a uma tendência na vida em sociedade de ser apropriado, delimitado e marcado. O desenvolvimento dessa ação de constituição do espaço humanizado, desse espaço de propagação (Ratzel, 1990), adotou o formato de domínios, com posição, configuração e tamanho demarcando o interno e o externo (Silva, 2010).

Ainda sobre essa temática e em consonância como o pensamento desenvolvido por Silva (2016), ganha-se densidade adentrando na concepção de dividir e compartilhar, condições paradoxais do uso do espaço geográfico, os grupos e indivíduos que se unem no espaço para facilitar sua sobrevivência, fato biológico registrado por diversos estudos das Ciências Biológicas, Ecologia e em outras áreas do conhecimento, podendo implicar, para a consecução de tal propósito, a exclusão de outros. Tal condição não é exclusiva do uso político do território, sendo reproduzida ainda nas esferas cultural e econômica (Smith, 1990; De La Fuente, 2008).

Constitucionalmente, o conflito dos diferentes usos do espaço ficou subsumido no território Westphaliano (o espaço de exercício do poder soberano de um Estado), com seus nexos interestatais (relações internacionais) e internos (províncias e municípios/comunas). Na contemporaneidade, embora o território permaneça como condição material do Estado moderno, emerge outra compreensão de seu uso expressiva de relações mais próximas da sociedade civil (das nações que compõem a sociedade brasileira) (Silva, 2010).

Através do trabalho em tela, e como pesquisador envolvido, podemos afirmar total aderência à perspectiva teórica e operacional relacionada à categoria analítica “território usado”, de Milton Santos¹⁰, no intuito de esclarecer quais os elementos que permitam sua instrumentalização tanto para o planejamento, como para a avaliação de políticas de participação na RESEX Acaú/Goiana PB, PE com recorte para os pescadores artesanais na porção Paraíba inseridos na Associação da Marisqueiras de Acaú.

É com base na reflexão conceitual posta neste estudo que se expõe as observações de como o conceito de território vem sendo apropriado pelo Estado para a determinação de espaços diferenciados de intervenção. Isto ocorre por meio de

¹⁰ Para Milton Santos (2001), o território em si mesmo não se constitui em uma categoria de análise, mas sim a partir do seu uso, o “território usado”.

políticas públicas de participação, suas principais vantagens e contradições dentro do contexto socioterritorial direcionadas para a pesca artesanal.

3. TERRITÓRIO VIVO: PARTICIPAÇÃO E PESCA ARTESANAL

Figura 6: Reserva extrativista Acaú-Goiana



Fonte: foto de capa do Guia Participativo da RESEX

3.1 PARTICIPAR É PRECISO: A CONSTRUÇÃO DO LUGAR

Refletir sobre o conceito de lugar, território e território usado nos fez perceber o quanto a existência da ocupação em nosso habitat, seja ele material ou imaterial, por classificação de grandes riquezas construídas verticalmente e na horizontalidade por caminhos mais igualitários e mais próximos tem a ver diretamente com o processo para formulação, garantia e acesso às políticas públicas que refletem na área de atuação do Serviço Social, materializadas nas políticas sociais (Silva, 2022; Conserva, 2022; Waderley, 2022).

A compreensão dos conceitos de lugar e território sob a ótica de Milton Santos transcende as tradicionais definições geográficas abrangendo dimensões culturais, sociais e políticas. O autor atribui ao "lugar" o cotidiano de cada cidadão, de cada grupo social e de cada fazedor do espaço. Ele enfatiza que os lugares são construídos por meio de experiências vividas pelas pessoas, carregando memórias, identidade e significados culturais. Segundo Sousa (2015), as acepções de Lugar são numerosas, visto que "Lugar" comporta tanto o português quanto o inglês (Place). Designando uma localidade, uma área determinada ou indeterminada ou mesmo um espaço qualquer (Sousa, 2015).

Sobre os sentidos de Lugar – tomando como base o Dicionário Houaiss da Língua portuguesa –, os significados se diversificam por “área de limites definidos ou indefinidos” e “grupo de pontos caracterizados por uma ou mais propriedades”. Adentrando em diferentes sentidos geométricos abstratos temos também as definições tais como: “área apropriada para ser ocupada por pessoa ou coisa”, “assento ou espaço onde uma pessoa se põe como passageiro ou espectador” (Silva *at al.*, 2022). Assim, “lugar” é muito mais do que o chão. Na concepção dos povos indígenas potiguar, “terra” equivale quase tanto como “espaço”, um “termo valise” chegando ao ponto de torna-se um *passe-partout*, no âmbito do senso comum, sem contar os usos em discursos especializados (Silva, 2022).

O geógrafo brasileiro Milton Santos (1994) afirma que no lugar ocorre a dialética das escalas no território entre as redes e os lugares em redes e os lugares contíguos entre o global e o local. Assim como também as relações verticais e as verticalidades da hierarquia que são externas ao lugar, que normalmente são encaminhadas pelo mercado e/ou pelo Estado, além das horizontalidades presentes nas relações horizontais de vizinhança e proximidades, internas ao lugar, que normalmente são demandadas pelo Estado e pelas pessoas que ali habitam. Ou seja, é no lugar que acontece a lógica do território usado e do espaço geográfico como forma dialética entre o circuito superior com alto nível tecnológico do capital e da organização, e do circuito inferior com nivelação bem menores de variações.

Em relação à acepção de "local", este é um ponto físico específico no espaço geográfico onde as atividades cotidianas ocorrem. Milton Santos (1994) ressalta que esses locais estão imersos em relações mais amplas conectando-se a redes globais de influência. Já em relação à concepção de Território, o autor afirma que esta é uma expressão complexa das relações humanas. Ele não é apenas delimitado geograficamente, mas também abrange poder, controle e identidade. O território é moldado por diferentes atores sociais e níveis de influências.

Queiroz (2014) afirma que Milton Santos baseia-se no conceito pensado por Claude Raffestin, geógrafo suíço com influência da escola francesa de geografia, ancorado no Estruturalismo e o Materialismo Histórico. Raffestin (1993) enxerga o território como um conjunto de sistemas de objetos e sistemas de ações. Ou seja, o território é formado pelas diversas territorialidades, usos e apropriação do espaço por diferentes agentes.

Para Raffestin (1993), o território também é formado por estruturas econômicas, políticas e culturais; assim como por linhas (as redes) e por pontos (os lugares), o que corrobora com o pensamento de Milton Santos por também dialogar sobre as relações entre território, redes e lugares. Para Santos (1994), o território em si não é categoria de análise social, mas sim o território usado, sinônimo de espaço geográfico (Santos & Silveira, 2001). Ele conota o território usado a um *status* de escala geográfica. O território usado é simultaneamente material e social, formado pela dialética. Ou seja, o território forma (espaço) e o território usado (espaço material, mais o espaço social).

Queiroz (2014) ressalta que a delimitação de territórios frequentemente leva a conflitos entre diferentes grupos que buscam controlar e usar um determinado espaço para seus próprios fins, como disputas por recursos naturais ou áreas urbanas. Dentro desta discussão cabe apresentar os conflitos culturais e identitários. A diversidade cultural pode gerar tensões no uso do território.

Grupos étnicos, religiosos ou culturais podem reivindicar áreas específicas como parte de sua identidade levando a choques de valores e práticas. Queiroz (2014) afirma que existem vários tipos de conflitos, um deles é o conflito da soberania em âmbito internacional, conflitos territoriais entre nações que podem surgir devido a reivindicações de soberania sobre uma determinada região muitas vezes envolvendo disputas históricas e políticas.

A interação entre os atores sociais, suas aspirações e interesses frequentemente leva a conflitos no uso do território. A compreensão dessas diferenças e dos desafios é crucial para promover uma gestão mais eficaz e sustentável dos espaços, considerando suas múltiplas camadas de significado e influência (Queiroz, 2014).

Já em relação ao conceito de território, Milton Santos acredita que o "território" é uma construção social e política que vai além dos limites físicos. Envolve não apenas a delimitação geográfica, mas também as relações de poder, controle e domínio sobre um espaço. Para Santos, o território é moldado por múltiplas forças e atores sociais e é onde as diferentes escalas de influência (local, nacional, global) se interconectam.

Segundo Queiroz (2014), em conformidade com o pensamento de Milton Santos, de modo geral o espaço geográfico é uma esfera social composta por elementos fixos e em movimento, configurações espaciais e interações sociais,

sistemas de objetos e sistemas de ações, ou seja, sempre a relação entre o estático e o dinâmico, o prático-inerte.

O espaço geográfico, em sua totalidade, deve ser compreendido a partir das formas e dos conteúdos - estruturas, processos e funções. Além disso, essa totalidade é influenciada pelo processo de circulação - produção, distribuição, troca e consumo. O espaço geográfico está relacionado com o território utilizado, assim como o modo de produção está relacionado com a formação socio espacial (Santos, 1994).

O território usado é, portanto, a totalidade da formação socioespacial; a totalidade do Estado-nação. Este é formado por um governo, um povo ou nação, uma soberania que é estabelecida pela Constituição e pelo espaço geográfico, o território. Este último é a forma, a configuração territorial – as infraestruturas (meio ecológico e meio construído) que são utilizadas pela dinâmica territorial – os agentes (empresas, instituições e indivíduos) externos e internos, novos e antigos, do mercado e do Estado (Santos, 1994).

O lugar é onde ocorre a interação do território entre as redes e os lugares adjacentes. Nos lugares também ocorre a interação entre verticalidades e horizontalidades, racionalidades e contra racionalidades, solidariedades organizacionais e solidariedades orgânicas, enfim, entre os agentes do circuito superior - com alto grau de tecnologia, capital e organização - e do circuito inferior - com um nível menor dessas variáveis (Queiroz, 2014, p. 160).

3.2 DESENHANDO E HISTORICIZANDO ATRAVÉS DA PARTICIPAÇÃO O TERRITÓRIO DA RESEX ACAÚ/GOIANA PB, PE

De acordo com o guia do participante do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), a Reserva Extrativista Acaú/PE e Goiana/PE pertence ao coletivo das unidades de conservação (UC), em conformidade com a Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, que constituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC). Sua regulamentação se deu através do Decreto nº 4.340/2002, na qual um dos seus objetivos é a exploração do ambiente de forma a garantir a perdurabilidade dos recursos ambientais e renováveis, assim como dos processos ecológicos, preservando a biodiversidade e outros atributos ecológicos de maneira equilibrada e economicamente viável (Brasil, 2000; 2002).

O território da RESEX é de acesso público, utilizado pelas populações extrativistas tradicionais. As principais ferramentas para sua gestão são compostas pelo Conselho Deliberativo, Contrato de Concessão do Direito Real de Uso (CCDRU), Perfil da Família Beneficiária, o Plano de Manejo e os Planos Específicos. Uma vez estabelecida pela esfera federal, o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) é atualmente o órgão responsável pela gestão.

O surgimento da categoria Reserva Extrativista é fruto da luta dos seringueiros, indígenas e ribeirinhos da região Amazônica pela defesa do uso coletivo da terra e contrários ao formato do desenvolvimento estabelecido pelo governo durante os anos 1970. Vale lembrar que Chico Mendes, maior liderança dos seringueiros da Bacia Amazônica, foi morto no ano de 1988 pelo seu ativismo. Conforme consta no guia participativo do ICMBio (2023),

As Reservas Extrativistas Marinhas, assim como as primeiras criadas no bioma Amazônico, manifestam o reconhecimento legal do modo de vida das populações tradicionais e da importância dos saberes ambientais das comunidades extrativistas atreladas e tão necessários à conservação ambiental. As populações cujo modo de vida dependem dos recursos pesqueiros associados ao mar e ao mangue sofreram, e ainda sofrem, elevada pressão decorrente do uso e ocupação da costa brasileira (ICMBio, 2023, p. 7).

Corroborando com a citação acima, pescadoras da praia de Acaú no litoral sul Paraibano encamparam uma forte batalha na luta pela preservação ambiental e preocupadas com a escassez do marisco, resultando num longo processo de mobilização para criação de uma RESEX. Em conformidade com o relato de uma das pescadoras entrevistadas na Associação das Marisqueiras de Acaú – denominada ficticiamente por Goiamum Uça –, ela afirma que a Resex Acaú/Goiana contou, no seu processo de formação, com a força das mulheres marisqueiras de Acaú. Segundo afirma, estavam preocupadas com a crescente aparição de bancos de areias, localizado na lateral paraibana do Rio Megaó. Temendo o desaparecimento dos mariscos, encaminharam abaixo-assinado ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) solicitando a criação de uma Unidade de Conservação (UC).

Em Pernambuco também havia um debate sobre a criação de uma Unidade de Conservação Estadual de proteção ao canal de Santa Cruz, capitaneada, principalmente, pela Comissão Pastoral dos Pescadores (CPP). Esta instituição

possui centralidade nas discussões políticas sobre a pesca e teve como ação primordial articular o diálogo entre os dois Estados (Paraíba e Pernambuco) focado na proteção ambiental do território ampliando o processo de conhecimento junto as comunidades pesqueiras.

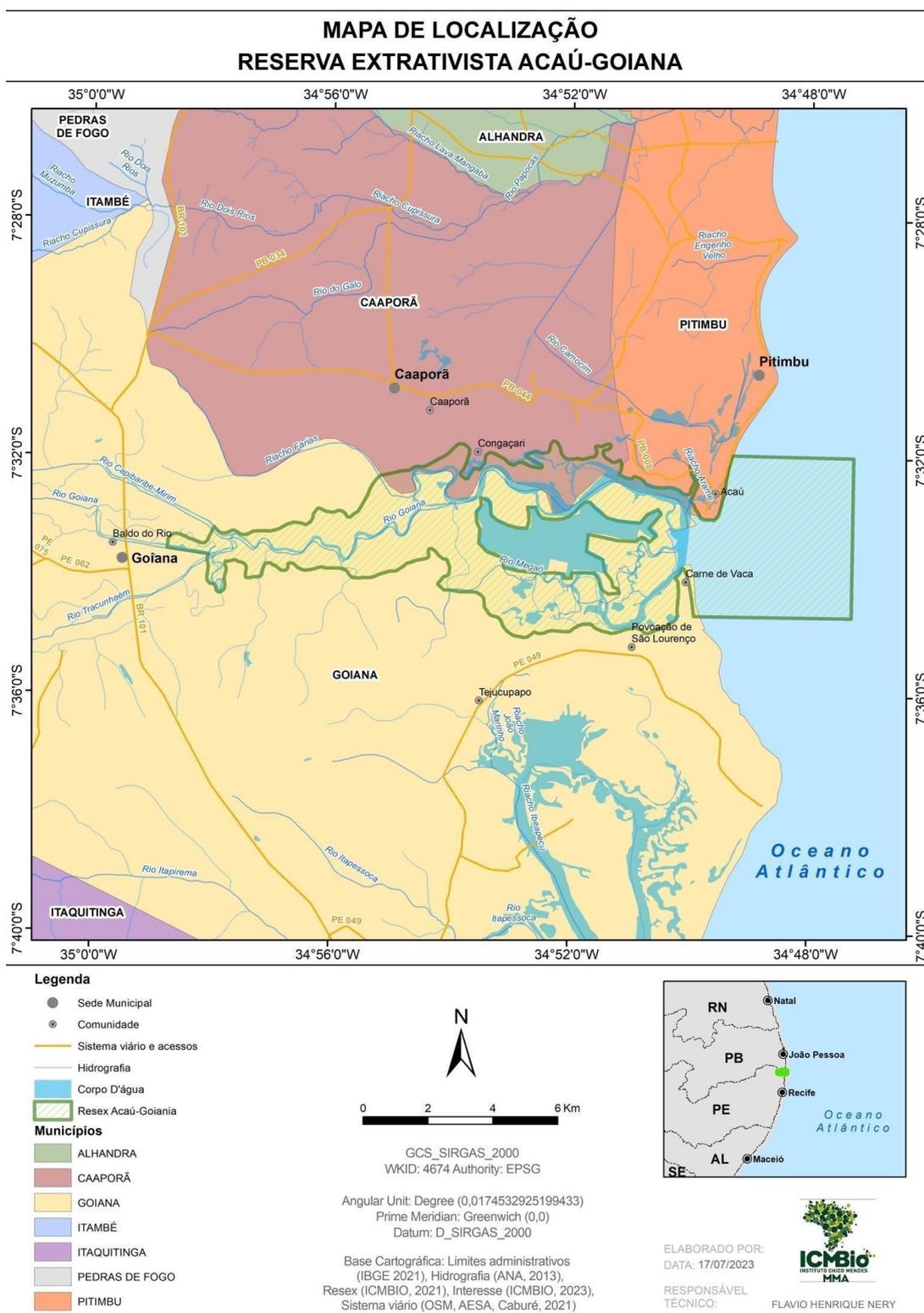
Através da CPP, lideranças pernambucanas tomaram conhecimento sobre o processo que já estava em andamento na Paraíba para a criação de uma unidade de conservação. Desta forma, ficaram sabendo de uma frente formada por mulheres pescadoras da Associação das Marisqueiras de Acaú que estavam lutando pela criação de uma reserva extrativista abrangendo as áreas do estuário dos rios Goiana e Megaó – o que levou a CPP do Estado de Pernambuco a corroborar com o processo (Nascimento, 2022).

Os debates acerca da criação da RESEX passaram a acontecer entre as lideranças da Paraíba e Pernambuco, o que acabou gerando morosidade para se concretizar devido a uma discussão sobre a geopolítica dos Estados e municípios para o favorecimento da criação da Unidade de Conservação Federal. Além disso, tinha também a solicitação que já havia sido requerida pelas marisqueiras de Acaú sobre a criação de uma Unidade de Conservação na porção Paraíba.

Em 2002 foi encaminhado um registro junto ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) e ao Ministério do Meio Ambiente (MMA), o que ocasionou um embargo que, segundo Cavalcanti (2020), se deu devido aos limites estabelecidos, pois até aquele momento, dividiam o estuário ao meio, o que pensando em termos de gestão ambiental sustentável seria inviável, pois os recursos estuarinos em questão na região de foz “não saberiam” de que lado do rio estariam protegidas.

Cavalcanti (2020) afirma que no primeiro momento o recurso apresentando tratava-se da ampliação das demarcações, a começar pelo estuário do Rio Goiana, como também o estuário do Rio Megaó. Entretanto, esta não seria a solução plausível pois ocasionaria outros problemas relacionados ao gerenciamento. Num segundo momento, se fez necessário fazer uma inserção na categórica das organizações pernambucanas, sendo realizado um abaixo-assinado entre as autoridades que foi posteriormente enviado ao IBAMA. Neste recurso, foram incluídas as comunidades de Carne de Vaca, São Lourenço, Tejucupapo e Ponta de Pedra, todas de Pernambuco. Depois, houve a inserção das cidades de Caaporã/PB e Goiana/PE, como pode ser visto no mapa de localização da RESEX a baixo (Cavalcanti, 2020).

Figura 7: Mapa de localização da RESEX Acaú/Goiana PB, PE



Fonte: Guia do participante para elaboração do Plano de Manejo (ICMBio, 2023)

O debate sobre a efetivação da UC ganhou densidade no Ministério do Meio Ambiente (MMA) e IBAMA/PE e naquele momento foi feita uma parceria com a Universidade Federal da Paraíba (UFPB) para que fosse feito um levantamento socioeconômico e antropológico em busca de respostas para averiguar se o processo era factível ou não.

Entre os anos de 1998 e 1999 ampliou-se a discussão sobre a necessidade de conservação da porção Norte do litoral de Pernambuco que incluía a região entre o Canal de Santa Cruz e o estuário dos Rios Goiana e Megaó que contornam os limites com o Estado da Paraíba. Já naquele momento, se fazia urgente a proteção dessa zona pesqueira frente os problemas socioambientais ali existentes.

Os trabalhadores da pesca artesanal de Pernambuco não enxergavam concretudes sobre suas pretensões relacionadas a criação da RESEX da Mata Norte. Os documentos encaminhados ficaram parados por longo período em Brasília à mercê do que eram as prioridades políticas de então. É importante ressaltar que paralelo a isto estava acontecendo na Paraíba diálogos promovidos pelas marisqueiras sobre a possibilidade de criação de uma reserva extrativista. Desta forma, buscavam garantir a permanente continuidade dos bancos de mariscos com o objetivo de obter melhores condições para exercer o extrativíssimo. De acordo com citação abaixo do guia do participante do ICMbio,

Assim, iniciou-se na praia de Acaú, localizada no município de Pitimbu, um movimento solicitando a criação de uma nova RESEX, que protegesse o estuário do Rio Goiana, na divisa entre Pernambuco e Paraíba, em especial os bancos de mariscos utilizados pelas marisqueiras. Esta solicitação partiu da Associação das Marisqueiras de Acaú, liderada por Luzia Brazilina dos Santos, em interação com os funcionários do Ibama da Paraíba, principalmente Marisanta Nóbrega, que conduziu o início do processo no lado paraibano (ICMbio, p. 6, 2023).

De acordo com a citação acima, observa-se o processo de organização pedagógica pelas marisqueiras de Acaú em coletivizar de forma participativa a luta pela preservação e manutenção da coleta do marisco. A pesquisa evidenciou que de acordo com a historicização acima sob a criação da RESEX Acaú/Goiana PB, PE, os movimentos sociais, representados pelos pescadores artesanais, foram peças fundamentais para fazer valer a política da participação social no território de vivência. A Reserva Extrativista Acaú/Goiana é fruto das necessidades existentes dos usos do território na constante luta das comunidades pesqueiras que sobrevivem do

extrativismo e da coleta de recursos estuarinos e marinhos frente aos impactos ambientais e as degradações provocadas pelas atividades industriais, agrícolas e da carcinicultura iniciadas nos anos 1970 e que se intensificaram no final da década de 1990 conforme relato baixo do ICMBio:

Os pescadores atribuem às empresas de carcinicultura diversos problemas, além do impacto direto do estabelecimento dos tanques, em geral em áreas legalmente determinadas “de preservação permanente”: um deles é a perda de áreas de pesca e de coleta de caranguejos e ostras nas áreas onde os empreendimentos são instalados. Os tanques de carcinicultura e seus arredores são em geral guardados por vigias armados que não deixam os pescadores se aproximarem. A proibição de passagem de catadores de caranguejos pela área dos viveiros para alcançar as áreas de mangue também causa diversos conflitos. Outro problema atribuído pelos pescadores à carcinicultura é o derramamento de efluentes da limpeza dos tanques nos estuários, que causa a mortalidade de peixes, mariscos e crustáceos. A carcinicultura aparece para os pescadores, portanto, ao lado dos empreendimentos industriais, da plantação de cana-de-açúcar e da poluição urbana, como os grandes causadores de impactos ambientais para a pesca artesanal resultando em grandes conflitos (ICMBIO, 2023, p. 7).

Mediante os conflitos, pescadores artesanais, abraçados pelo CPP, possuíam desde a “Constituinte da pesca”¹¹ um calendário de agendamentos que já incluía reivindicações de cunho ambientalista e que no ano de 1998 as reservas extrativistas passaram a compor esta agenda. Os técnicos do Ibama passaram a informar aos pescadores do litoral norte de Pernambuco sobre a realização de uma série de reuniões que resultou na formulação de uma primeira proposta de uma RESEX para o Estado denominada de “RESEX da Mata Norte”. A reserva ocuparia os estuários do Rio Timbó, do Canal de Santa Cruz, e do Rio Goiana (ICMBio, 2023).

A definição da área proposta para a RESEX Acaú-Goiana passou por processos surrealistas(??), em nome da viabilização política: o enorme viveiro de carcinicultura da empresa Atlantis, semidesativado e totalmente incrustado nos manguezais do Rio Goiana, área de preservação permanente, foi declarado como área de exclusão da RESEX, não sendo sujeito a desapropriação, regulado apenas pelas regras futuras de zona de amortecimento da RESEX Acaú-Goiana.

Reuniam-se entidades consideradas pelo CPP e pelo Ibama parceiros no processo de implantação da RESEX. O principal ponto era o fato de o Governo do Estado de Pernambuco ter criado um Grupo de Trabalho-GT, para analisar a pertinência da criação da RESEX Acaú-Goiana (ICMBio, p. 8, 2023).

¹¹ A "Constituinte da pesca" está ligada ao movimento de organização política dos pescadores mobilizados por todo o Brasil em que estes discutiram a necessidade de uma melhor representação da categoria. Tal movimento ocorreu a partir de 1984 e visava levar suas demandas para que fossem incluídas na nova Constituição em processo de elaboração em meados dos anos 1980.

Corroborando com a citação acima, o motivo para criação do GT teve como ponto norteador a pressão feita pelos empresários da cana-de-açúcar a diversos políticos com o objetivo de inviabilizar a RESEX junto ao governo estadual. O GT era composto por 13 representantes, sendo três Secretarias de Estado, 01 representante de Universidade, Ibama, CPP, GRPU, Prefeitura de Goiana, representante da Federação das Indústrias, representante do setor sucroalcooleiro e outros.

Os Conflitos continuaram ao ponto do CPP e o Ibama se retiraram da comissão após a primeira reunião por considerar que a formação do GT desconsiderava o processo anterior. Isto fez com que o Ibama se colocasse apenas na posição de ouvinte e à disposição para possíveis esclarecimentos à Comissão. Outro fato relevante foi a solicitação por parte das lideranças da Colônia de Pescadores de Baldo do Rio, bairro urbano de Goiana cujos pescadores usufruí do estuário, pediram que a RESEX pudesse incluir seu território. Já em Caaporã, uma associação de pescadores e agricultores, ao perceber o desinteresse da Colônia de Pescadores do município, se propôs a assinar o pedido para o aumento da área, totalizando em 6678 hectares. Pediram ainda que fosse excluída uma área de 738 hectares do estuário referente à localidade onde estavam os viveiros de carcinicultura da Atlantis (ICMbio, 2023).

Portanto, após um longo processo marcado por divergências e convergências entre as comunidades tradicionais, o poder público, o setor empresarial e o terceiro setor a RESEX Acaú/Goiana PB, PE foi institucionalizada via Decreto s/nº, através da Presidência da República, em 26 de setembro de 2007, no uso de suas atribuições que lhe confere o Art. 84, inciso IV, da Constituição, e tendo em vista o disposto no Art. 18 da Lei Nº 9.985, de 18 de junho de 2000, e o que consta do processo nº 02001.000442/2002. O local possui uma área de aproximadamente 6.678.30 ha, ocupando os territórios dos municípios de Caaporã e Pitimbu, na Paraíba, e a cidade Goiana, em Pernambuco. Em relação ao conceito da RESEX, esta é considerada:

uma área utilizada por populações extrativistas tradicionais, cuja subsistência baseia-se no extrativismo e, complementarmente, na agricultura de subsistência e na criação de animais de pequeno porte, e tem como objetivos básicos proteger os meios de vida e cultura dessas populações, e assegurar o uso sustentável dos recursos naturais da unidade (Lei 9985/2000, Art. 18).

Ainda de acordo com o Decreto de 26 de setembro de 2007, em seu Artigo 2º, a reserva extrativista Acaú/Goiana tem como objetivos e principais atividades econômicas:

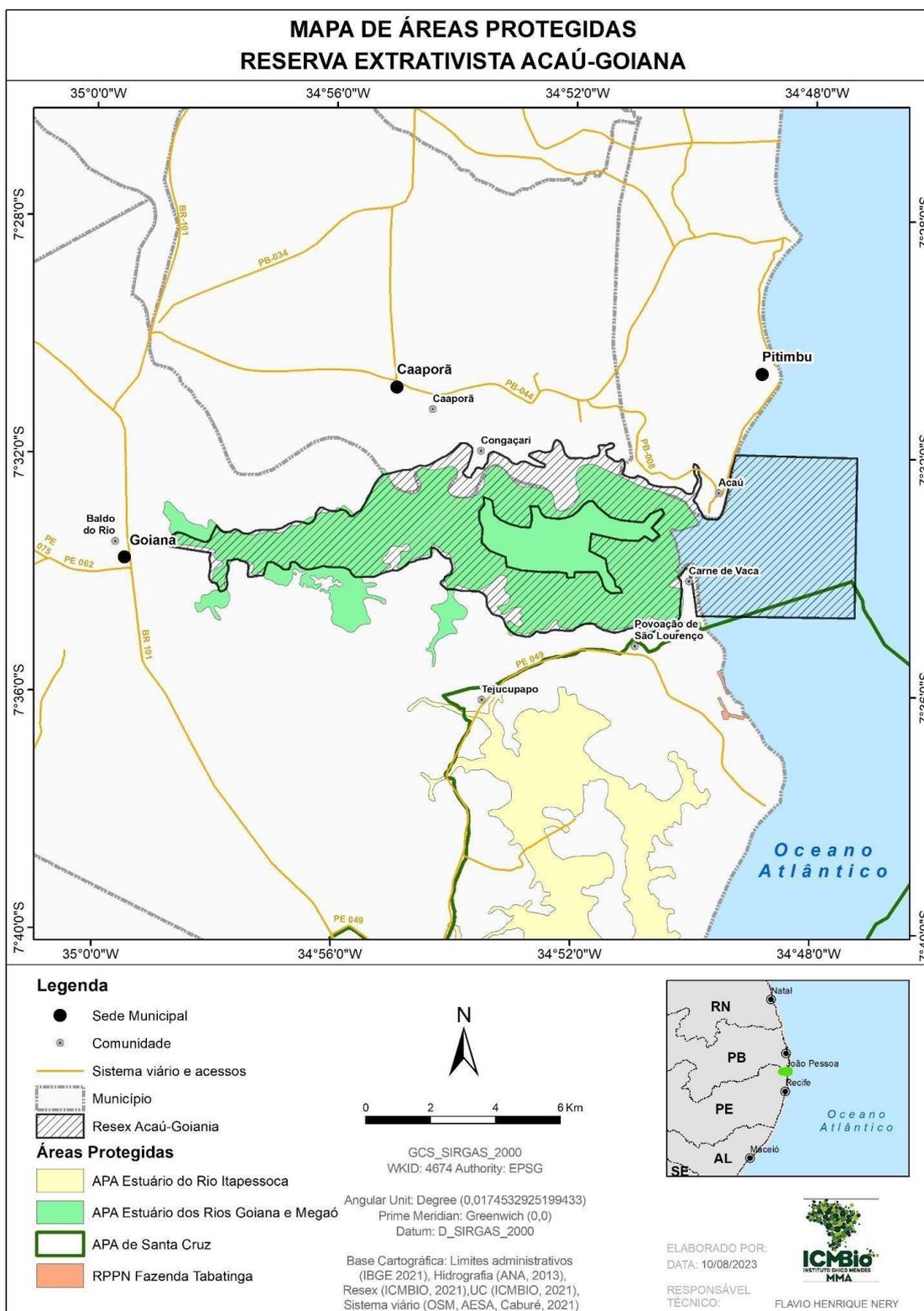
[...] proteger os meios de vida e garantir a utilização e a conservação dos recursos naturais renováveis tradicionalmente utilizados pela população extrativista das comunidades de Carne de Vaca, Povoação de São Lourenço, Tejucupapo, Baldo do Rio Goiana e Acaú e demais comunidades incidentes na área de sua abrangência.

Art. 3º. As principais atividades econômicas da Reserva Extrativista Acaú-Goiana estão relacionadas à pesca e coleta de recursos estuarinos e marinha (Brasil, 2007).

De acordo com o ICMBIO (2023), a criação da RESEX é resultado da mobilização de vários atores da região preocupados com a preservação do ecossistema estuarino e do modo de vida tradicional das comunidades piscatórias que dependem dos recursos distribuídos na região. Vale salientar que existem outras unidades de conservação nacionais na área.

O mapa abaixo mostra as áreas protegidas que se sobrepõe à divisa da Resex Acaú-Goiana.

Figura 8: Mapa das áreas protegidas da RESEX Acaú/Goiana PB, PE



Fonte: Guia Participativo do Plano de Manejo – (ICMBio, 2023)

Segundo o ICMBio (2023), no mapeamento acima do território encontram-se presentes outras unidades de conservação criadas a nível estadual que pelo mapa de área protegidas nota-se a sobreposição de limites com a RESEX Acaú-Goiana.

A Área de Proteção Ambiental (APA) de Santa Cruz, criada em 2008, se sobrepõe em uma pequena porção de 204 ha no limite Sudeste da RESEX. Já a APA do Estuário dos Rios Goiana e Megaó, criada em 1986, se sobrepõe ao limite da RESEX em maior proporção: cerca de 52%, correspondendo a 3.438,6 ha. (Pernambuco, 1986; 2008; CPRH, 2022a; 2022b). Ainda, no entorno Sul da RESEX, está presente a Reserva Particular de Patrimônio Natural (RPPN) Fazenda Tabatinga (DOE, 1997).

A RESEX Acaú/Goiana, encontra-se na divisa entre os Estados da Paraíba e Pernambuco. O distanciamento entre a Unidade de Conservação e as capitais são: João Pessoa-PB (48 km) e Recife-PE (60 km). Devido à sua estrutura, a UC possui múltiplas entradas, tendo como principais eixos os Rios Goiana e Megaó. Para as comunidades tradicionais beneficiadas com a criação da RESEX, a água é patrimônio natural em suas vidas, tornando-se parte de suas identidades, principalmente quando relacionadas com a pesca artesanal.

A pesca artesanal configura-se como parte importante e essencial na história da humanidade por ser uma atividade socioeconômica fornecedora de alimentos e por garantir a subsistência. Ela possui grande valia cultural e forte expressividade. O curso da natureza define o ritmo da vida (Lopes *et al*, 2021).

A maior parte das comunidades beneficiárias da Resex estão localizadas em seu entorno, havendo poucos projetos habitacionais e de melhorias, a exemplo das caiçaras e sítios dentro da UC, sendo elas: Acaú, Carne de Vaca, Povoação de São Lourenço, Tejucupapo, Baldo do Rio e Caaporã.

Descreveremos a seguir as características econômicas e sociais das cidades e suas comunidades que compõe a RESEX Acaú/Goiana PB, PE.

3.3 CARACTERÍSTICAS DEMOGRÁFICAS E A VIDA DAS COMUNIDADES DA RESEX ACAÚ/GOIANA PB, PE

O referenciamento da RESEX é composto pela cidade de Goiana (Pernambuco), detentora do maior percentual territorial da Unidade de Conservação, seguidos pelos municípios de Pitimbu e Caaporã (Paraíba), onde ambos fazem parte

da Mesorregião da Mata Paraibana e da Microrregião do Litoral Sul do Estado da Paraíba.

Pitimbu está inserida na primeira região geodministrativa paraibana, contempla a porção Nordeste da UC, pertencendo ao sistema costeiro-marinho do Estado da Paraíba. Consta em sua historicidade relatos sobre a ocupação francesa através da instalação de um porto para poder melhor comercializar nas costas da Capitania de Itamaracá – de acordo com alguns autores, Pitimbu seria mais antiga do que a própria capital. De acordo com o Censo de 2022, sua população é de 16.751 pessoas com a maior parte concentrada na zona urbana.

Quando comparado ao Censo 2010, fica evidente uma queda referente ao número de habitantes, previsto para aproximadamente 17.024, sendo 46% na área urbana. Seu Produto Interno Bruto (PIB) é de R\$ 375.571,78 (2020) e o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH) equivalente a 0,570 (IBGE, 2023a). Silva (2017a) chama atenção para o fato de que a sua economia está baseada na pesca tradicional, na agricultura de subsistência e na produção da cana-de-açúcar. Outra característica importante são as atividades industriais, nesta área se destaca a Fábrica de Cimento do Grupo Brennand; o ramo imobiliário também está presente na atividade local como fonte geradora de emprego e renda.

A cidade de Pitimbu é considerada a maior produtora de agricultura familiar do litoral Sul Paraibano possuindo 11 assentamentos. Estes estão distribuídos em territórios rurais, sendo um em uma área de conflito e que tem a agricultura como forma de subsistência de seus moradores. Pode-se encontrar nestes assentamentos o plantio de inhame, macaxeira, banana, mamão, maracujá, feijão verde, batata doce, acerola, mangaba, manga, limão, coco e hortaliças. No Município há um total de duas colônias de pescadores: Colônia Z4, em Pitimbu; e Colônia de Pescadores Z10, em Acaú; além da Associação das Marisqueira de Acaú (AMA).

Ainda em relação à composição do município de Pitimbu, fazem parte de seu território as Praias do Marisco, Praia Azul, Praia Ponta de Coqueiros, Praia de Pontinha, Praia Bela, Praia do Abiaí, Praia do Graú e Praia de Acaú, estando esta última inserida na Unidade de Conservação (UC).

A cidade de Caaporã faz parte do conjunto de cidades que formam o território metropolitano pertencentes a primeira região geoadministrativa da Paraíba, acoberta a parte Norte-noroeste da UC, com margem esquerda do Rio Goiana. O município encontra-se inserido na unidade geoambiental dos Tabuleiros Costeiros e está

inserido nos domínios da bacia hidrográfica do Rio Abiaí. Seus principais cursos d'água são os rios Papocas, Camocim, Pitanga, Dois Rios, Rio do Galo, Rio Goiana e os riachos Taperuçus, Cupissura, Tamandu e Farias, todos de regime de escoamento perene.

A sede municipal encontra-se nas proximidades dos limites da RESEX, tendo o Porto de Congaçari como acesso privilegiado por ser um dos principais caminhos utilizados pelas comunidades.

O número populacional do município de Caaporã é de 21.193 pessoas, desse total 89% vivem na área urbana da cidade (Censo, 2022). Os dados apresentam um crescimento populacional quando comparados ao Censo de 2010 que estimava o número de 20.653 habitantes, distribuídos em 150 km² de área, possuindo uma densidade demográfica de 135,59 hab/km². Em 2020, o PIB de Caaporã foi de R\$ 475.299,01 e o IDH 0,602. Ressaltamos que a maior parte do PIB da cidade resulta da atividade industrial (IBGE, 2023b). A extração de argila e calcário, a pesca e a aquicultura são consideradas como as principais atividades de extração de recursos naturais. Os complexos cimenteiro e sucroalcooleiro representam as principais atividades industriais da cidade, sendo este último representado pela Destilaria Tabu (LIMA, 2014 *apud* SOUZA, 2015).

Em relação aos usos dos serviços de saúde pública, em conformidade com informações disponíveis no site oficial da Prefeitura Municipal de Caaporã, os cidadãos Caaporense recebem assistência médica do Hospital e Maternidade Ana Virgínia e em 09 Unidades de Saúde Familiar (USF's). Alguns destes equipamentos ficam localizados em áreas divergentes, como o distrito de Cupissura e Fazenda Retirada, estando à disposição da população com diversos serviços de assistência hospitalar.

Segundo relato de uma das pessoas entrevistadas que residiu por um tempo em Caaporã, ela relatou que devido à falta de médicos especialistas em algumas áreas muitas vezes é preciso recorrer ao atendimento na capital João Pessoa. Afirmou que isso ocorre também com pacientes vítimas de acidentes mais graves. Segue abaixo o relato de Tainha (Nome fictício).

Tanto em Caaporã, como aqui em Acaú, a situação da saúde é difícil para nós trabalhadoras. Falta médicos nos postos de saúde e se tiver acidente grave, temos que ir para João Pessoa. Quando não tem médico por aqui, eu vou logo direto para a capital (Tainha).

De acordo com a fala de Tainha, observamos que existe um negligenciamento local em não oferecer o acesso a alguns serviços de saúde no território, contrariando o acesso universal para todas as pessoas ao Sistema Único de Saúde (SUS).

Segundo Alcântara e Duarte (2019), O Estado tem a função de garantidor de direito, porém promove um conjunto de desproteções sociais ao não efetivar sua responsabilidade pública e instituída constitucionalmente, sendo, portanto, a desproteção social como originária da ausência do Estado e intrínseca ao contexto capitalista que promove um conjunto de violações de direitos.

Com maior extensão territorial dentro da RESEX, Goiana pertence à Mesorregião Pernambucana, mais especificamente à Microrregião da Mata Setentrional de Pernambuco (ICMBio, 2023). Em se tratando de riqueza socioeconômica, quando comparada às cidades descritas acima, ela apresenta outro *status* sendo considerada um Polo Regional (ADGoiana, 2018).

Goiana possui uma população de 81.042 habitantes (Censo 2022), distribuídos em uma área territorial equivalente a 445,405 km², com grande maioria (80%) concentrada na zona urbana. Sua sede municipal localiza-se à margem da BR 101, com proximidade ao limite Oeste da RESEX. Possui IDH de 0,651 e o PIB da cidade em 2020 foi de R\$ 7.469.509,93 (IBGE, 2023c). Portanto, a cidade se mantém em liderança econômica regional, mesmo com os índices sociais que não acompanham o crescimento verificado (Lyra et al, 2015).

O aumento da economia do município pode ser reconhecido pelos elevados investimentos do Estado junto a atores privados direcionados à Zona da Mata Norte nos últimos anos. A estrutura econômica de Goiana, que historicamente está ligada ao cultivo da cana-de-açúcar, se transforma na medida em que grandes empreendimentos são implementados em seu território, entre eles: um polo farmoquímico, automotivo, produção de vidros, empreendimentos imobiliários e habitacionais, hotéis, centros comerciais e de serviço (Lyra et al, 2015; ADGoiana, 2018). Diversos estudos apresentam os impactos socioambientais decorrentes da crescente implantação dos empreendimentos no município de Goiana-PE.

3.4 COMUNIDADES BENEFICIÁRIAS DA RESEX ACAÚ/GOIANA PB, PE

As comunidades beneficiárias da Resex Acaú-Goiana são as seguintes: São Lourenço, Carne de Vaca, Tejucupapo, Baldo do Rio, Porto de Conguaraci e Acaú. Essas duas últimas comunidades citadas estão localizadas nos municípios de Caaporã e Pitimbu pertencentes ao Estado da Paraíba e as demais localizam-se no município de Goiana, em Pernambuco. Estas, estão contidas na área estuarina dos rios Goiana e Megaó, exceto uma área em seu interior destinada à carcinicultura (cultivo de crustáceos) e margeando a costa compondo os apicuns e o mangue destes rios.

Antes de entrarmos na descrição das comunidades iniciaremos com um breve relato no que se refere aos usos na Unidade de Conservação (UC) concernente a RESEX. De acordo com a Diretoria de Ações Socioambientais e Consolidação Territorial e o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (DISAT-ICMbio, 2014), a junção dos municípios de Pitimbu e Caaporã, pertencentes ao Estado da Paraíba, e Goiana, em Pernambuco, possui uma área total de aproximadamente de 6.678 hectares e trinta ares, com base cartográfica na qual consta aproximadamente 1.510 famílias ali instaladas.

De acordo com Lima (*et al.* 2016), a RESEX Acaú-Goiana está integrada ao Conselho Gestor Deliberativo (CGD), o qual é constituído por organizações não governamentais, empresas e beneficiários cujo objetivo é promover a participação social no local. Apesar do plano do manejo, objeto estabelecido pelo Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) para nortear as regras de usos na Unidade de Conservação (UC), este encontra-se atualmente em construção conduzida pelo ICMbio junto ao conselho deliberativo da RESEX.

Ressaltamos que existe um Acordo de Gestão (AG), especificado pela portaria nº 851, de 22 de dezembro de 2017, em que se estabelece o Acordo de Gestão, referente as regras da Reserva Extrativista Acaú-Goiana para os municípios de Pitimbu e Caaporã, no Estado da Paraíba, e Goiana, no Estado de Pernambuco. Acorde este que em conformidade com o Processo nº 02150.000232/2013-01, discorre estritamente sobre a pesca artesanal, a qual esta portaria não abrange a aplicabilidade do plano de manejo, conforme descrição abaixo:

Considerando a Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza, regulamentado pelo Decreto nº 4.340, de 22 de agosto de 2002; Considerando a Instrução Normativa ICMBio nº 29, de 05 de setembro de 2012, que disciplina, no âmbito do Instituto Chico Mendes, as diretrizes, requisitos e procedimentos administrativos para a elaboração e aprovação de Acordo de Gestão em Unidades de Conservação de Uso Sustentável Federal com populações tradicionais; e Considerando os autos do Processo nº 02150.000232/2017-01, resolve: Art. 1º Aprovar as regras constantes do Acordo de Gestão da Reserva Extrativista Acaú-Goiana (Brasília, DOU, 18 de Junho, 2000).

De acordo com o ICMBIO (2021), em maio de 2021 foi gerado o GT- Plano de Manejo que tem por objetivo nortear o uso sustentável da Unidade de Conservação estabelecendo as regras e formas de uso sustentável, visando a preservação da biodiversidade, pesca, turismo de base comunitária, pesquisa entre outras atividades desenvolvidas nos limites da Resex.

Em relação ao perfil das comunidades pertencentes a RESEX Acaú/goiana, um estudo¹² realizado no território pelo PIBIC/CNPq, demonstrou que os pescadores artesanais, em sua grande maioria, são homens e mulheres de cor preta e pardo que possuem baixo nível de escolaridade e que tem a pesca como meio de sustento. Para caracterização das comunidades e perfil das famílias beneficiárias da RESEX, apresentamos abaixo a portaria de nº 53, de 3 de dezembro de 2015, que contém o perfil das famílias beneficiárias da Reserva Extrativista Acaú-Goiana.

1. Para fins de caracterização do perfil da família beneficiária da Resex Acaú-Goiana, são considerados os seguintes critérios cumulativos: I - Ser pescador (a) e/ou trabalhar no apoio à pesca, nos rios Goiana e Megaó e seus estuários, além da área de mar e dos manguezais da Resex Acaú-Goiana, desde a data de criação da Unidade (2007); II - Residir nas comunidades beneficiárias da Resex Acaú Goiana que constam no Decreto de Criação da Unidade; III - Ter raiz na pesca; IV - Ter como principal fonte de renda a pesca ou ser pescador sazonal ou safrista;

2. Para fins do disposto na presente portaria, entende-se por: I - Apoio à pesca: O artesão(ã), o carpinteiro(a) que fabrica ou conserta as embarcações utilizadas pelos pescadores(as), assim como aquele(a) que confecciona as redes de pesca e/ou os petrechos de pesca em geral. As mulheres beneficiadoras do pescado, bem como o atravessador(a), o intermediário(a) e o pombeiro(a). II - Comunidades beneficiárias da Resex Acaú-Goiana: São Lourenço, Carne de Vaca, Tejucupapo, Baldo do Rio, Caaporã e Acaú. III - Raiz na pesca: Pescador(a) que tenha sua história ligada à pesca e/ou seja filho ou neto de pescador (a) e/ou tenham iniciado a atividade de pesca ainda em idade jovem. IV - Pescador sazonal ou safrista: Pescador(a) que durante um período do ano desenvolvem atividades no campo, principalmente nas usinas de cana-de-açúcar.

¹² Em tempos de crise da Covid-19: participação e capacidade protetiva das famílias de pescadoras artesanais da RESEX Acaú/Goiana na porção Paraíba

3. Disposições finais e transitórias: I - Somente os beneficiários poderão pescar comercialmente na área da Resex. II-estão garantidos os direitos, sendo considerados beneficiários, aos descendentes das famílias beneficiárias da Resex Acaú-Goiana, desde que atendam a todos os critérios do tópico 1; III - Serão considerados como "Usuários Eventuais" os moradores das comunidades beneficiárias da Resex Acaú-Goiana que, esporadicamente, utilizam dos recursos do manguezal exclusivamente para saciar a fome; IV - Não será permitida a entrada de novos beneficiários que não tenham relação com a Resex antes do ano de 2007 ou sem comprovação de pertencer à comunidade beneficiária; V - As regras de uso dos recursos serão estabelecidas no acordo de gestão da Unidade; VI - Ao Conselho Deliberativo da Resex caberá estabelecer os procedimentos para casos específicos e com base no cadastramento do ICMBio, confirmar a condição de família beneficiária da Resex Acaú-Goiana (Diário Oficial da União, 4 de dezembro de 2015, p. 66).

Vejamos a seguir alguns dados referentes às comunidades beneficiárias:

PORTO DE CONGAÇARI - 7°32'07.0"S 34°53'22.9"W. O Porto de Congaçari está localizada no município de Caaporã, na Paraíba. Se estabeleceu como uma área onde ocorre o funcionamento da pesca. Neste local, grande parte é composta por caiçaras, espaço de depósito e inspeção dos equipamentos de pesca utilizados por pescadores que vêm de outras áreas, como também pescadores e pescadoras de Caaporã. A renda familiar dos pescadores é advinda da catação de caranguejo, guaiamu e camarão, porém, muitos moradores locais realizam a troca de mercadorias entre eles a fim de diversificar a economia.

Figura 9: Porto de Congaçari (Caaporã/PB)



Fonte: Emanuel Bernardo de Souza Silva

PRAIA DE ACAÚ - 7°32'39.2"S 34°49'25.2"W. A Praia de Acaú está localizada no litoral Sul da Paraíba, no município de Pitimbu, e é atravessada pelo Rio Goiana. Tem a pesca artesanal como atividade predominante desenvolvida pelos seus beneficiários. Segundo Nascimento (2021), os pescadores e as catadoras de mariscos estão inscritos na colônia de pescadores Manoel Augusto Lima – Z10, assim como na Associação de Marisqueiras de Acaú (AMA), associação que foi de primordial importância para o estabelecimento da RESEX. Uma outra característica importante é a utilização de barcos de maior porte na pesca industrial e para a pesca da lagosta, que é realizada em oceano aberto.

Figura 10: Praia de Acaú (Pitimbu/PB)



Fonte: arquivo pessoal do pesquisador

BALDO DO RIO - 7°33'23.8"S 34°59'39.3"W. Com localização nos arredores do Rio Goiana, em Pernambuco, a comunidade Baldo do Rio é fortemente atingida com o impacto ambiental provocado pela monocultura da cana-de-açúcar em larga escala. Além disso, há também a poluição ambiental provocada por de grandes grupos empresariais, tais como: JEEP, Vivix, Hemobras entre outras empresas. Nascimento (2021, p. 35) afirma que apesar das vantagens econômicas apresentados pela expansão do setor sucroalcooleiro a população que reside no entorno dessas empresas sofre com a poluição ambiental. Os habitantes que tem a pesca e o extrativismo como meio de subsistência, tem autorização pela RESEX para realizar a prática da agricultura familiar em seus terrenos. Estes habitantes são conhecidos

como pescadores-lavradores, e estão integrados na colônia Z14. Os pescados dessa área mais comuns são peixes, guaiamus e o caranguejo uça.

Figura 11: Colônias dos Pescadores Z-14 (Balde do Rio – Goiana/PE)



Fonte: Emanuel Bernardo de Souza Silva

TEJUCUPAPO - 7°36'03.6"S 34°53'39.1"W. Tejucupapo é conhecida como o tesouro do litoral pernambucano que remonta às batalhas contra os Holandeses no ano de 1646. Cinco mulheres foram protagonistas nessa luta que, de acordo com Silva (2017), ficaram conhecidas como Heroínas de Tejucupapo. Pertencente à cidade de Goiana, Tejucupapo está localizada na Microrregião de Mata Setentrional Pernambucana, no Estado do Pernambuco. Um dos grandes problemas da comunidade está relacionado à falta de saneamento básico, o que tem acarretado diversas doenças. A falta de fiscalização tem ocasionado problemas de poluição nos rios e estuários por conta do uso de agrotóxicos nos canaviais que são trazidos pelas chuvas. Outro problema de grande impacto ambiental é o uso impróprio do mangue para construções relacionadas a aquicultura da carcinicultura (Lima e Quinamo, 2000). Uma outra característica importante para a economia local é pesca de Aratu praticada na comunidade.

Figura 12 – Tejucupapo (Goiana/PE)



Fonte: arquivo Pessoal do Pesquisador

SÃO LOURENÇO - 7°35'10.9"S 34°50'58.5"W. São Lourenço é considerado um dos mais antigos assentamentos do Brasil. Está situado na parte oriental sendo banhado pelo oceano Atlântico e pelos rios Goiana e Tapirema. É conhecido como a povoação mais pobre da RESEX. Está dividido por dois lados em que o primeiro repartimento territorial que deu origem a comunidade comporta uma infraestrutura com melhores condições, possuindo saneamento, urbanização e água disponível para a população. A segunda parte é uma região conflituosa devido a poluição ambiental pelo uso constante de veneno no processo da monocultura da cana de açúcar (SILVEIRA *et al*, 2013; SILVA, 2017). Esta segunda parte está mais distante de praça central, quando direcionados a zona limítrofe da RESEX. Nascimento (2021) afirma que o meio de subsistência da maioria dos moradores é a extração do aratu, do caranguejo uçá e de guaiamus. Para se chegar até o rio Megaó, afluente do estuário Goiana, é preciso enfrentar a descida de uma grande ladeira.

Figura 13 - Povoado de São Lourenço (Goiana/PE)



Fonte: Emanuel Bernardo de Souza Silva

CARNE DE VACA - $7^{\circ}34'16.8''S$ $34^{\circ}50'01.1''W$. Carne de Vaca é a última comunidade do litoral Norte pernambucano, possui localização geográfica nas margens do Rio Goiana e é considerada a comunidade com melhor infraestrutura e a mais desenvolvida do município de Goiana. A pesca artesanal representa a principal atividade econômica da comunidade. Sousa (*et al.*, 2017), ressalta que os pescados mais extraídos pelos moradores locais são a tainha, a carapeba, a curimã, o bagre e o marisco. Outro ponto forte da economia local é turismo de verão que movimenta bastante a comunidade.

Figura 14 - Carne de Vaca (Goiana/PE)



Fonte: Google Imagens, (2022)

Após a breve descrição acima das comunidades pertencentes a Unidade de Conservação (U.C), aprofundaremos a discussão sobre a pesca artesanal e sua relação direta com os territórios de vivências, suas inquietações na busca pela garantia de acesso às políticas públicas, através da sua forma e organização pedagógica dentro dos espaços participativos presentes em suas localidades. Optamos em denominar o povo da pesca como comunidade do mar.

3.5 PARTICIPAÇÃO, PESCA E TRABALHO

Nesta seção, buscamos compreender através de um breve relato o modo de vivências dos(as) pescadores(as) artesanais no seu cotidiano. Quem é a comunidade do mar? Como a história de luta e resistência estão presentes em seu fazer cotidiano e no uso comum da natureza no território? E como acontece a participação nesses territórios de usos pesqueiros?

É no mar que eu encontro a minha liberdade. É do mar que tiro meu sustento e da minha família. É aqui que eu vivo e sobrevivo desde a minha infância (Caranguejo Uçá, Marisqueira de Acaú-PB).

A discussão sobre a pesca artesanal nos remete à relação natural do homem com a natureza. O homem transforma a natureza e nesse processo transforma a si mesmo evoluindo junto com ela. Esse processo constitui a capacidade teleológica do homem (LUKÁCS, 2010), ou seja, o homem afirma-se como ser social através do trabalho e do processo de transformação da natureza. Desse modo, podemos dizer que o ser social está diretamente ligado à relação homem e natureza. Nesse sentido, o homem passa a modificar a natureza utilizando o trabalho e esta modificação da natureza define o trabalho ontológico. Conforme Antunes (2015),

Somente o trabalho tem na sua natureza ontológica um caráter claramente transitório. Ele é em sua natureza uma inter-relação entre homem (sociedade) e a natureza, tanto inorgânica [...], quanto como a orgânica, inter-relação [...] que se caracteriza acima de tudo pela passagem do homem que no trabalho, partindo do ser puramente biológico ao ser social [...]. Todas as determinações que conforme veremos, estão presentes na essência do que é novo no ser social, estão contidas in nuce no trabalho. O trabalho, portanto, pode ser visto como fenômeno originário, como modelo, protoformas do ser social [...] (Antunes, 2015, p. 136).

Desse modo, o homem tem uma forte conexão entre o trabalho¹³ e a sua capacidade teleológica e esse processo de transformação da natureza adquire habilidades para realizar na forma de fazer, agir e pensar. Esse movimento de transformação da natureza está condicionado à existência humana. “Esta é a base ineliminável do mundo dos homens” (Lessa e Tonet, 2011, p. 17). Ou seja, o homem possui uma base concreta e indissociável em sua vida por meio do trabalho, tornando-se parte integrante da sociedade. Desse modo, foi possível enxergar a força do trabalho dos(as) pescadores(as) artesanais pertencentes a Associação das marisqueiras de Acaú-AMA, inseridas na unidade de conservação da RESEX Acaú/Goiana PB, PE.

Conforme a concepção de Silva (2017), é por meio do trabalho que as pessoas integrantes dessas comunidades modificam o espaço em que vivem para reproduzirem suas vidas de modo que criam afinidades com o território. Assim, o referido autor nos elucida que os pescadores artesanais:

Criam rotas, ficam estacas, abrem trilhas deixam marcas imprimidas na terra e na água. Fabricam redes, embarcações ranchos, caixas. E é pelo trabalho que também são modificadas. Constroem mapas mentais que se constituem de mar, de rio, de estuário, de mangue, de praia, de reservatório e dos caminhos que percorrem todos os dias de trabalho. É pelo trabalho que constroem e se apropriam dos saberes tradicionais sobre a natureza e seus movimentos. É pelo trabalho que se apropriam do espaço em que trabalham e vivem, o transformando-o em território. É pelo trabalho da pesca artesanal que o território da Reserva Extrativista Acaú-Goiana foi criado (Silva, 2017, p. 43).

Diante do que foi exposto acima, evidenciamos que a comunidade do mar (pescadores artesanais) possui o protagonismo através do trabalho na pesca artesanal junto ao processo participativo da criação da RESEX Acaú/Goiana PB, PE. Nesse sentido, podemos identificar que o trabalho na pesca artesanal não é algo recente, mas um processo histórico que revela a resistência de uma tradição com forma de sobrevivência.

Sendo assim, no Brasil a pesca artesanal é uma herança deixada pelos nossos antepassados indígenas, pois os índios praticavam a arte pesqueira antes mesmo da chegada dos portugueses no Brasil (Silva, 2016).

¹³ Trabalho: condição ineliminável do ser social, que permanece enquanto pressuposto da existência humana. “A necessidade natural e eterna de efetivar o intercambio material entre homem e a natureza e, portanto, de manter a vida humana” (MARX, 1980, I:51).

Dessa forma, a atividade da pesca artesanal era uma prática rotineira a qual a população indígena utilizava para a sua sobrevivência. Em sua atividade de caça ou pesca eles extraíam os recursos naturais dos quais precisam, tais como: peixes, crustáceos, moluscos e todo pescando que encontrassem nos rios e mares; sendo estes sua principal fonte de alimento. Ou seja, um modelo de proteção naturalizada.

De acordo com Diegues (1973), o surgimento da pesca artesanal aparece com a falência dos ciclos cafeeiros e açucareiros do Brasil, devido à necessidade de explorar outros recursos como, por exemplo, a flora e a fauna litorâneas.

Com o passar dos anos as metamorfoses da modernização deram uma nova roupagem à pesca artesanal que na atualidade pode ser entendida como atividade pesqueira nos moldes de pequenas produções mercantis de base familiar e comunitária. Em alguns casos, a produção versa entre pescadores-agricultores e se caracteriza pela pouca ou nenhuma tecnologia (Diegues, 1983, 1988).

Corroborando com o pensamento do autor, esses moldes encontram-se com bastante veemência no território foco desta pesquisa – conforme observado durante a pesquisa de campo, momento em que foi possível presenciar o processo da coleta de mariscos realizada com a utilização das mãos e de ferramentas artesanais.

De acordo com Maldonado (1986), a pesca possui uma simplicidade no seu modo de capturar do pescado. Para a autora, nos últimos tempos os pescadores vêm se modernizando bastante, produzindo com grupos de trabalhos formados por referenciais de parentescos. A atividade artesanal tem como característica baixo poder de depredação, utilizada por produtores autônomos. Sendo assim, o trabalho na pesca artesanal é desempenhado por grupos familiares e/ou grupos de vizinhança cuja produção é vendida pelos próprios pescadores ou por atravessadores. Ou seja, a exemplo do que foi dito, mais uma vez vemos que de fato esta cultura se mantém viva em tempos atuais, através da mariscagem por ser uma atividade passada de geração para geração.

Sendo assim, a autora afirma que a pesca artesanal¹⁴ é um tipo de pesca que envolve técnicas construídas socialmente e que há uma relação de parentesco. Segundo a autora:

Cuja pesca se caracteriza pela simplicidade da tecnologia e pelo baixo custo da produção – se bem que, atualmente, esses pescadores tenham se

¹⁴ Chamada também de pesca simples, pré-capitalista, de pequenos botes. Cf. Maldonado (1986).

modernizado bastante –, produzindo com grupos de trabalho formados por referenciais de parentesco, sem vínculos empregatícios entre as tripulações e os mestres dos botes. Esse tipo de pescador tem na pesca a sua principal fonte de renda, e a produção volta-se para o mercado, sem perder, contudo, o seu caráter alternativo, podendo destinar-se tanto ao consumo doméstico como a comercialização (Maldonado, 1986, p. 15).

Nesse contexto, podemos afirmar que a pesca artesanal está vinculada à ideia de artesanato e que os pescadores – principalmente os que utilizam a pesca artesanal – possuem uma base consolidada no “saber-fazer”. Este saber é passado de geração em geração, construído ao longo do tempo e repassado para os descendentes, fortalecendo a tradição e a cultura de um povo. Sendo assim, Diegues (2004) acrescenta que:

O conhecimento tradicional na pesca é entendido como um conjunto de práticas cognitivas e culturais, habilidades práticas e saber-fazer transmitidas oralmente nas comunidades de pescadores artesanais com a função de assegurar a reprodução de seu modo de vida. No caso das comunidades costeiras, elas são constituídas por um conjunto de conceitos e imagens produzidos e usados pelos pescadores artesanais em sua relação com o meio ambiente aquático (marinho, lacustre, fluvial) e com a própria sociedade (Diegues, 2004, p. 196).

É interessante reiterar que esse modelo de produção pesqueira possui vínculos de afetos e coletividades através das vivências geracionais e participativas no território usado, fortalecendo deste o processo de pesca artesanal até sua comercialização como fonte de sobrevivência.

De acordo com o Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA) (2010)¹⁵, grande parte do pescado comercializado e que chega à mesa dos brasileiros é derivado do trabalho dos pescadores artesanais. Cerca de 600 mil famílias têm participação na captura dos pescados, que por sua vez se beneficiam e comercializam o pescado como a principal fonte de renda.

No Brasil a pesca artesanal possui grande relevância socioeconômica no quesito trabalho e renda. Aproximadamente um milhão de pessoas se alimentam da pesca, o que representa mais de 60% do que é produzido no pescado brasileiro. Quando somada a pesca realizada no Norte e Nordeste do país, essa produção representa mais de 75% dos pescados no Brasil, além de servir como meio de sustentabilidade para uma grande cadeia produtiva formada por pequenos, médios e grandes comerciantes de pescados, de bares e restaurantes, dos segmentos do

¹⁵ Dados fornecidos pelo Ministério da Pesca e Aquicultura. Cf. <http://www.mpa.gov.br/>

turismo e dos fabricantes de armadilhas e embarcações, vendedores de gelo entre outros (Silva, 2016).

Por outro lado, Diegues (2004) nos mostra que as comunidades de pescadores artesanais apresentam as seguintes características: relações simbólicas e econômicas com a terra, o mar e seus ciclos: construídas em seu cotidiano e nas práticas de uso dos territórios costeiros e marinhos. Essa relação dos grupos sociais com o território de uso acontece de forma natural.

De acordo com Maldonado (1986, p. 15), “a Organização Internacional do Trabalho define como pescadores os trabalhadores que se dedicam à captura de pescados e exercem as funções de membros das tripulações de barcos pesqueiros”. Mas com o passar do tempo, as metamorfoses das formas de se pescar incluíram que ainda fazem parte dessa definição os coletores de esponjas e pérolas, algas e sargaços, moluscos e crustáceos, os ostreicultores, baleeiros e caçadores de focas (Maldonado, 1986).

Figura 15: Barco pesqueiro



Fonte: Acervo PIBIC

A comunidade do mar tem como uma das principais atividades econômicas a pesca artesanal interligada ao processo de organização e de uso do território proposto pela RESEX Acaú/Goiana PB, PE. Através de seu conselho deliberativo a reserva extrativista tem na política da participação os caminhos para a preservação e utilização dos recursos naturais do território de uso pesqueiro. A força organizacional

e política presente na comunidade de pesca artesanal acontece de forma natural, pois essa atividade possui uma tradição que é transmitida de geração para geração desde a infância e está diretamente ligada à luta pela sobrevivência, conforme relata uma das marisqueiras entrevistadas:

Eu comecei a pescar desde criança, através dos meus avós e junto com meus pais. Era uma brincadeira boa que desde meus 6 anos comecei praticar e hoje com 43 anos na pesca artesanal catando marisco é o meu sustento e da minha família, aqui na praia de Acaú (Marisco).

Desse modo é necessário aprender observando deste cedo como se pesca. Assim o pescador “é obrigado a dominar o manejo de diferentes instrumentos de captura utilizadas para diferentes espécies, num meio em continua mudança” (DIEGUES, 1983, p. 198). Nesse contexto podemos afirmar que a pesca artesanal tem uma relação de confiança entre seus pares.

De acordo com Diegues (1994), os conhecimentos tradicionais para a comunidades pesqueira é uma herança valiosa que desenvolve e mantem a cultura de um povo, potencializando laços e informações para a sociedade.

Contudo, o planejamento para manusear os recursos naturais exige da população tradicional um tempo para que os ciclos naturais se renovem, o que implica a observação de Diegues (1994) ao elucidar o sistema de manejo de recursos naturais marcados pelo respeito aos ciclos naturais, sendo este um aspecto de suma relevância para as comunidades tradicionais ou “culturas tradicionais”. Segundo Diegues,

Esses sistemas tradicionais de manejo não são somente formas de exploração econômicas dos recursos naturais, mas revelam a existência de um complexo de conhecimentos adquiridos pela tradição herdada dos mais velhos, de mitos e símbolos que levam à manutenção e ao uso sustentado dos ecossistemas naturais (Diegues, 1994, p. 44).

Conforme Silva (2011), diante do que foi dito podemos afirmar que o trabalho e seus produtos estão interligados à vida cotidiana de quem trabalha com a pesca artesanal, tornando as necessidades aparentes na prática e na maneira de ser concretizadas. Dessa maneira, a comunidade do mar está tão integrada ao ciclo natural do meio ambiente em que vivem e exploram que sabem que é preciso respeitar o tempo de reprodução das espécies marinhas, garantindo assim o uso sustentável dos recursos naturais.

Por outro lado, Cruz (2012) nos mostra que o trabalho da pesca artesanal é pautado no entendimento da natureza, na “racionalidade ambiental”. Em outras palavras, é pautado no respeito à natureza e no modo de usá-la. Assim, a pesca

artesanal também adquire uma “racionalidade econômica-produtiva”, ou seja, está ligada a elementos culturais e é responsável pela identidade dos povos tradicionais.

De acordo com Medeiros (*et al*, 2023):

As pescadoras artesanais compõem os Grupos Populacionais e Específicos (GPTEs), que na linha da história requerem ações de reconhecimento e de efetividade diante das políticas públicas que contemplem suas particularidades e territorialidades. Há lacunas de informações e pesquisas que contemplem a investigação sobre a proteção social, realizando a interface com as dimensões culturais, laborais e afins da vida cotidiana das pescadoras/marisqueiras viventes na coletividade (Medeiros; Vasconcelos; Silva, 2023, p .3).

Em conformidade com o pensamento dos autores buscamos compreender através da história pesqueira como acontece a divisão de tarefas entre homens e mulheres para estabelecer uma relação de igualdade no âmbito do trabalho. Haja vista que as mulheres desempenham no território estuarino um trabalho de grande relevância na coleta de mariscos (*Anomalocardia brasiliiana*). Conforme já afirmamos neste estudo, a participação das mulheres na pesca tem crescido nos últimos anos, assim como nos espaços de participação política – a exemplo dos conselhos, associações, colônias de pescadores, audiências públicas entre outros. Mesmo assim, algumas mulheres pescadoras relatam que há homens que pescam em alto mar que ignoram a relevância do trabalho da pesca na croa realizadas pelas mulheres, uma vez que, para eles, ser pescador é capturar os pescados em águas profundas.

Figura 12: Mariscos no banco de areia - Croas na Resex Acaú/Goiana

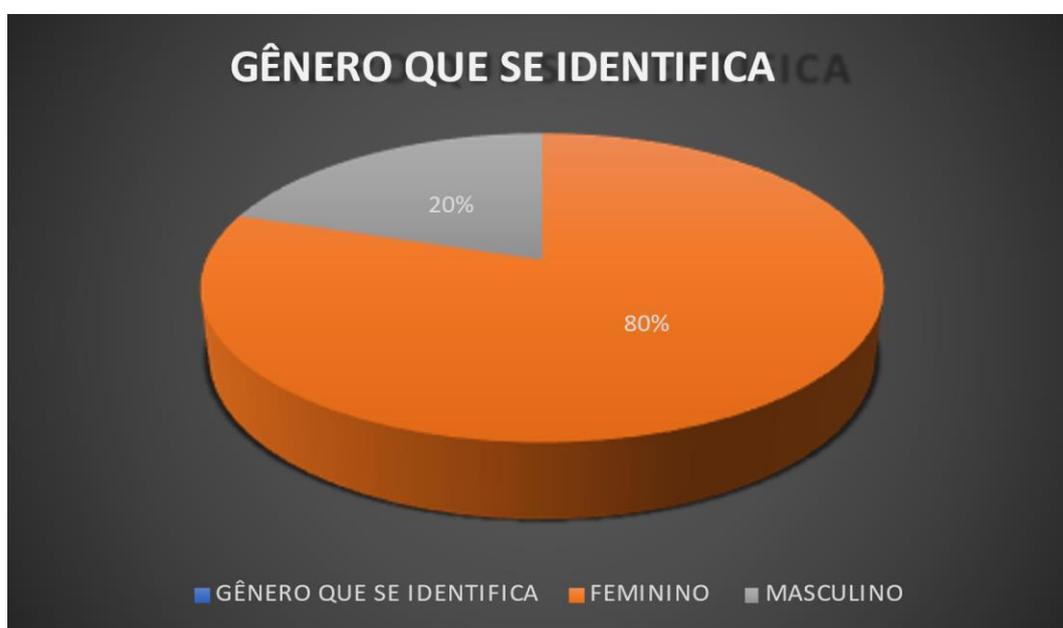


Fonte: Acervo imagético do pesquisador 2023

Nesse sentido, Cavalcanti (2008) nos mostra que a pesca artesanal praticada pelo gênero feminino acontece dentro da Reserva Extrativista Acaú/Goiana evidenciando a relevância das mulheres pescadoras, pescadeiras e/ou marisqueiras¹⁶ na pesca artesanal. Dessa forma, podemos afirmar que as mulheres pescadoras também possuem um peso importante no que diz respeito à economia familiar.

Conforme a pesquisa realizada referente às pessoas que responderam ao instrumento de coleta de dados, 80% são do gênero feminino e 20% são do gênero masculino – duas pessoas entrevistadas não se identificam como do gênero feminino (gráfico 01). Andrade e Blume (2006) acrescentam que na predominância das marisqueiras, elas buscam, através do trabalho, dar sentido às suas vidas. Segundo relatos de muitas delas, a coleta de mariscos é a principal base econômica para o sustento diário. Em algumas comunidades pesqueiras, a mulher é a principal responsável pela subsistência familiar, fato constatado por trabalhos realizados em outras localidades estuarinas (Andrade; Blume, 2006).

Gráfico 1 – Dados sobre gênero



Fonte: Dados da pesquisa 2023

¹⁶ Segundo Freitas (et al, 2012), “marisqueiras” são mulheres que coletam mariscos para a complementação da renda familiar e para a subsistência. Schaeffer-Novelli (1989) aponta a ostra, o sururu e o marisco as espécies mais capturadas em áreas estuarinas e manguezais do Brasil. Segundo a Lei nº 13.902/2019, que dispõe sobre a política de desenvolvimento e apoio às atividades das marisqueiras, marisqueira é a mulher que realiza, artesanalmente, esta atividade em manguezais, de maneira contínua, de forma autônoma ou em regime de economia familiar, para sustento próprio ou comercialização (Brasil, 2019).

De acordo com Silva (2011), as pescadoras artesanais constroem a partir do trabalho uma relativa autonomia, ou seja, a partir do trabalho na pesca artesanal algumas mulheres modificam seu modo de vida, passando a ter uma base econômica para a manutenção de suas necessidades pessoais e a de seus filhos, tornando-se a principal responsável pela subsistência da família.

Assim, apresentaremos as etapas de ocupação das mulheres entrevistadas para uma melhor compreensão sobre o processo de vida e trabalho delas, realizado através da coleta do marisco, que influenciam cotidianamente na vida dessas trabalhadoras, seja no aspecto educacional, social e/ou familiar.

Figura 17: Marisqueira capturando o marisco com as mãos em águas rasas



Fonte: Acervo imagético do pesquisador 2023

No entanto, vale salientar que de acordo com nossa pesquisa a pesca do marisco é majoritariamente exercida por mulheres, contudo, alguns homens contribuem auxiliando na atividade, principalmente quando estão desempregados.

Levando em consideração a organização do trabalho ou a divisão de tarefas para as marisqueiras, o processo de trabalho está para além da coleta do marisco capturado nas croas. Este processo ocorre em algumas etapas que culminando com a venda final do marisco. Contudo, Targino (2012) nos mostra que a maioria dessas pescadoras(os) e marisqueiras(os) catam, coletam e debulham o marisco coletivamente. Na pesca artesanal, a mariscagem e/ou catar é sinônimo de pescar.

Sendo assim catar, cavar, coletar e extrair são chamados pela comunidade do mar como a primeira etapa da pescaria, a mariscagem. A segunda etapa da pescaria, por sua vez, será chamada de o debulhar.

Despescar é, de certa maneira, diferente de pescar. Para que a pesca se realize supõe-se a presença do homem e dos seus instrumentos de trabalho em interação com o peixe no seu habitat. Já a despesca consiste na retirada de peixes ou lagostas dos instrumentos fixos como currais, covos e espinheis ou ainda das malhas das caçoeiras, sem a presença do pescador no momento da captura (Maldonado, 1994)

Figura 18: Marisqueira capturando o marisco no banco de areia (Croa)



Fonte: Arquivo Pibic 2023

De modo geral, podemos afirmar que o processo de trabalho na mariscagem ocorre em etapas distintas tais como: coletar, beneficiar e comercializar o marisco. A captura do marisco, na maioria das vezes, é feita de forma artesanal usando apenas as mãos. No entanto, com o tempo, as marisqueiras passaram a utilizar o puçá – ou, como também é chamado pelas marisqueiras da Resex Acaú/Goiana, o jereré. O puçá (ou jereré) é uma ferramenta formada por um aro de metal com uma rede costurada em volta; tem formato de cone, o que possibilita a captura do marisco na areia e separando-o da terra.

Segundo Schmidt (1948), o puçá foi criado pelos índios e deixado para a tradição da pesca artesanal como herança de seus antepassados. Sendo assim,

“permaneceu com o mesmo significado, é como ainda hoje se denominam as pequenas redes para camarão, em forma de saco, usadas no litoral norte” (Schmidt 1948, p. 5) e no Nordeste. Em seus estudos sobre a pesca no litoral paulista na década de 1940, o autor descreveu o puçá como “uma rede em saco, com uns quatro palmos e meio da boca (1m), e malha de 1cm de largura. Aberto por um arco de madeira, preso na abertura do funil” (Schmidt, 1948, p. 14). Assim, a ferramenta foi criada para a captura do camarão, mas as marisqueiras adaptaram seu uso e passaram a utilizá-lo no estuário dos rios Goiana e Megaó para a captura dos mariscos.

Entretanto, algumas marisqueiras mais antigas na pesca artesanal ainda preferem capturar o marisco com as mãos, pois, desse modo, elas podem selecionar os mariscos por tamanho e evitar a captura dos mariscos menores, ainda em fase de desenvolvimento, contribuindo com o processo natural de restauração da espécie.

Figura 19: Marisqueira pescando o marisco com o puçá



Fonte: Arquivo Pibic 2023

Por outro lado, Silva (2011) nos mostra que a utilização do puçá ocorre quando a água da maré está baixa, aproximadamente na altura dos pés dos pescadores. Assim, cavam a lama com o puçá possibilitando a captura do marisco na croa. Outra

maneira de coletar o marisco é com a utilização do gadanho ou ciscador – como se pode ver na imagem abaixo.

Figura 20: Marisco pescados com o gadanho ou ciscador



Fonte: Acervo imagético do pesquisador 2023

Essa ferramenta captura todo o marisco alocado nas croas sem a opção de seleção dos maiores ou menores, assim os mariscos menores são totalmente destruídos no momento da captura.

Figura 21: Marisqueiras capturando o marisco com o gadanho ou ciscador



Fonte: Arquivo Pibic 2023

No processo da mariscagem outro elemento crucial é a lavagem do marisco visando separar a lama do material coletado. Isso acontece muitas vezes na própria croa em caixa de plástico e/ou caixas de transportar cervejas ou frutas, pois este reservatório possui o fundo vazado facilitando a lavagem do marisco capturado. Nessa etapa é fundamental a presença do homem pois requer mais esforço físico e força, pois as caixas chegam a acumular cerca de 50 a 70 kg de mariscos. Tal esforço pode ocasionar diversas doenças nas marisqueiras, uma vez que os movimentos repetitivos não raro causam lesões denominados pela sigla LER/DORT, ou seja, Lesão por esforço repetitivo e Lesões por esforços repetitivos e distúrbios osteomusculares relacionados ao trabalho (Silva, 2011).

Figura 22: Marisqueira realizando a lavagem do marisco.



Fonte: Arquivo Pibic 2023

Nesse contexto, observamos que o processo de trabalho na pesca artesanal ocasiona desgastes físicos devido aos esforços gerando inúmeras doenças, tais como problemas de coluna, nas mãos entre outros. Algumas marisqueiras por não conseguir manusear as caixas utilizam outros utensílios, tais como: escorredor de arroz, proteção de ventilador e outras coisas que são uteis nessa etapa – como se pode ver nas imagens abaixo.

Figura 23: Marisqueiras utilizando proteção de ventilador para lavar o marisco



Fonte: acervo imagético do pesquisador

Após o material ser coletado pudemos comprovar que existem outras etapas desse árduo processo de trabalho. Na volta para casa é que acontece o preparo do fogo à lenha para iniciar a catembagem, o cozimento, o debulhar, lavar e ensacar no processo da mariscagem.

Figura 24 - Marisqueiras transportando o marisco



Arquivo: Acervo Imagético do pesquisador 2023

Desse modo, a marisqueira improvisa uma fogueira no quintal de sua casa utilizando tijolos velhos formando duas colunas com um espaço no meio para inserir a lenha. Utiliza também uma grade de fogão para dar apoio ao cedeirão para que ele não vire. Essa etapa permite tirar de dentro da concha do marisco a carne.

Figura 25: Fogão improvisado para o processo de queimagem do marisco



Fonte: Arquivo Pibic 2023

Contudo, a forma de preparação do fogo ocasiona um excesso de fumaça, principalmente por ser um fogo à lenha. Essa fumaça é prejudicial à saúde causando irritação nos olhos e dificultando a respiração de todos que estão envolvidos nessa etapa. Outros sinais de danos à saúde das marisqueiras são as irritações na pele, queimaduras entre outros sintomas que ocorrem devido à forte temperatura dos latões ferventes com os mariscos (Silva, 2011, p. 140).

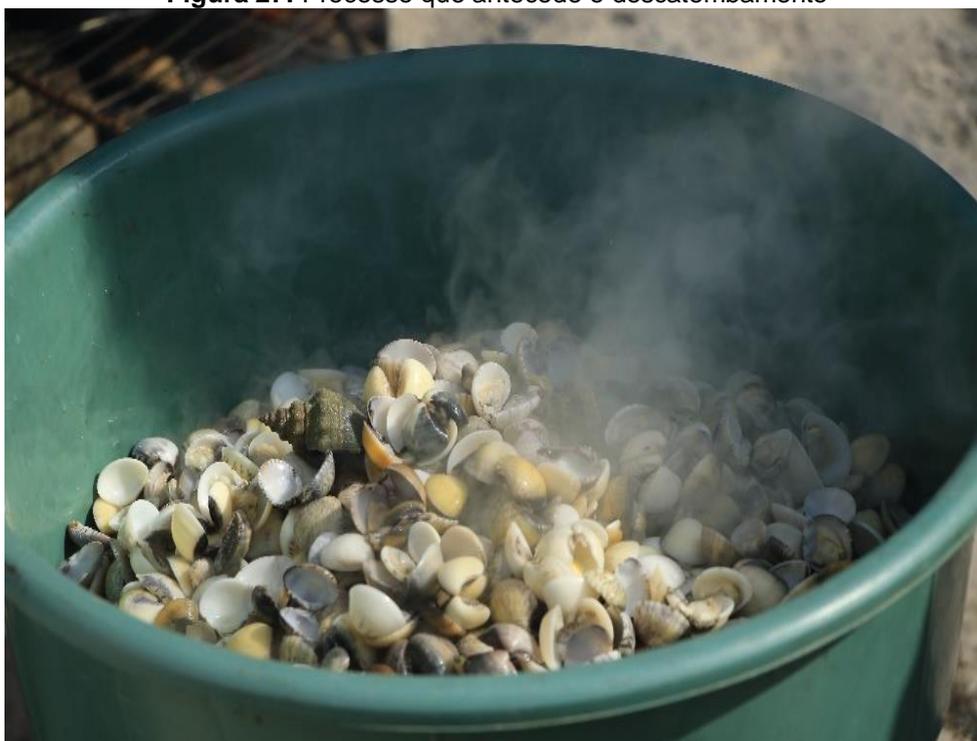
Figura 36: Processo de queimagem do marisco



Fonte: Arquivo Pibic 2023

Dessa maneira, passamos para etapa do cozimento do marisco. Nessa fase, a concha do marisco se abrirá tornando possível a retirada da carne do molusco que estará no final desse processo pré-cozida. Pois o marisco nessa etapa não é colocado na água, mas o cozimento acontece no vapor, ou seja, o caldeirão servirá como um banho-maria para que o molusco não entre em contato com a água nesse momento de retirar a carne da concha. Podemos observar que em alguns casos os latões são de tinta reutilizando-os como caldeirões. Nesse processo, o cozimento do marisco requer bastante paciência, pois dependendo da quantidade de marisco coletado o processo levará mais tempo para terminar, permanecendo entre duas a três horas no fogo para finalizar todo o cozimento (Silva, 2011, p. 142.)

Figura 27: Processo que antecede o descatebamento



Fonte: Arquivo Pibic 2023

Após o cozimento e o debulhar da carne (ou descatebamento), a carne do marisco será colocada em uma mesa improvisada para em seguida ser limpa e por fim ensacada. Os sacos utilizados nessa etapa possuem a capacidade de até um quilo de carne de marisco, sendo pesados um a um. Este é também um momento de interação social, haja vista que as marisqueiras conversam sobre diversos assuntos entre elas, sobre como vai ser comercializado ou até mesmo como vai se dar o armazenamento do pescado. As marisqueiras que não possuem freezer pedem aos amigos, vizinhos ou parentes mais próximos para armazenar seu pescado ou ainda repassam/vendem para os restaurantes, bares locais ou até mesmo para os atravessadores “pombeiros” que realizam a venda nas feiras livres dos municípios de Pitimbu, Caaporã e Goiana. Contudo, Targino (2012) nos revela que:

Muitas pessoas que trabalham com a mariscagem contam que aprenderam a arte de catar e debulhar com a mãe, vizinhas e tias desde cedo, fazendo desde trabalho sua sobrevivência ao longo da vida, a manutenção dos filhos, mas também um momento de sociabilidade e prazer quando estão imersas nas croas (Targino, 2012, p. 168).

Figura 28: Processo de debulha e/ou descatemamento do marisco



Fonte: Arquivo Pibic 2023

Marx (2004, p. 262) ao decifrar os processos da acumulação primitiva afirma que “a expropriação rouba dos trabalhadores seus meios de produção e todas as garantias de sua existência”, ou seja, a expropriação não se refere somente à separação da classe trabalhadora dos meios de produção; ela abrange os processos que retiram dos trabalhadores o único meio de subsistência que dispõem, o que os obriga a vender sua força de trabalho e participar livremente do processo de acumulação;

3.6 A POLÍTICA DA PARTICIPAÇÃO NA CONCEPÇÃO DO TERRITÓRIO NA PESCA ARTESANAL

A política de participação tem sido amplamente adotada como um meio de envolver as comunidades locais na gestão de recursos naturais como a pesca artesanal. No entanto, essa abordagem nem sempre resulta em benefícios equitativos. Assim, se fez necessário compreender como a política de participação influencia nas ações do território, na pesca artesanal e como, em alguns casos, ela pode levar à proteção ou desproteção social.

Para que possamos compreender o processo de organização pedagógica dos pescadores artesanais inseridos na AMA e pertencentes a RESEX Acaú/Goiana – e

sua possível relação com o Orçamento Democrático Estadual na porção Paraíba –, se fez necessário analisar como acontece as relações cotidianas no território junto aos espaços participativos, a exemplo do conselho deliberativo da Unidade de Conservação, do Orçamento Democrático Estadual entre outros.

Para que se torne eficaz, a política de participação precisa envolver pescadores artesanais e suas comunidades na tomada de decisão relacionada à gestão dos recursos pesqueiros. Isso pode envolver a criação de comitês locais, consultas públicas e a integração dos conhecimentos tradicionais na formulação de regulamentos. A exclusão de pequenos pescadores em algumas situações caracteriza a má política de participação que pode ser dominada por interesses de grandes operadores, excluindo os pequenos pescadores artesanais, que possuem menos recursos para se envolver ativamente no processo decisório.

A falta de empoderamento efetivo para esses grupos deixa a política da participação na condição de ser apenas nominal, sem que os pescadores tenham poder real para influenciar nas decisões. Isso pode resultar em regulamentos e/ou situações que não refletem suas necessidades e conhecimentos, corroborando com vulnerabilidades econômicas e sociais, comprometendo o processo de subsistência e aumentando as vulnerabilidades para as comunidades pesqueiras.

A pesca artesanal não se limita apenas à captura de peixes, abrange todo um modo de vida, cultura e identidade ligados ao ambiente marinho. O território da pesca artesanal engloba áreas de pesca tradicional, zonas de reprodução e locais de desembarque, criando uma rede complexa de espaços interconectados.

3.7 A AÇÃO PEDAGÓGICA COMO FERRAMENTA DE ESTÍMULOS PARA A PARTICIPAÇÃO NA RESEX ACAÚ/GOIANA PB, PE

O processo participativo dentro do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) apresenta elementos de grande relevância para o fortalecimento das políticas públicas e ambientais através de um diálogo direto com as comunidades residentes e que sobrevivem dos recursos naturais existentes nos territórios de vivências. Conforme SNUC (2000), o processo de caracterização de uma Unidade de Conservação (UC) abrange o espaço territorial legalmente definido, assim como seus recursos ambientais, composto por atributos naturais relevantes instituído pelo poder público com objetivos de conservação.

A temporalidade em que aconteceu a tomada de decisão para estabelecer áreas protegidas pode ser considerada como uma ação muito recente – visto que a primeira unidade de conservação brasileira, denominada como Parque Nacional de Itatiaia, teve sua criação em 1937, possuindo menos de um século de existência. Da mesma forma a política do Orçamento Participativo, que só foi institucionalizada na Paraíba, um Estado com 426 anos de existência, no ano de 2018, através da publicação no Diário Oficial sob Lei nº 11.262, de 29 de dezembro de 2018, denominada como Orçamento Democrático Estadual e regulamentada por via do Decreto nº 43.459, de 07 de março de 2023. Política esta que compõe o objeto de estudo para o constructo desta pesquisa (Paraíba, 2023).

O texto do caderno da série de Educação Ambiental e Comunicação – elaborado pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA, 2015) em conjunto com o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBIO) –, mostra um diálogo sob a participação social e a ação pedagógica para implementação das Unidades de Conservação (UCs). Enfatiza que ideia original era manter vivo, através da preservação, os locais de visível beleza cênica ou com atributos ambientais que estivessem em situação de risco de degradação com finalidades de uso para o lazer e/ou para pesquisa científica. O fortalecimento do processo de preservação das amostras representativas dos ecossistemas passou a acontecer de maneira mais intensa logo pós os anos 1960 com a realização da Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB), em 1992, e com a criação da Lei nº 9985/2000 que instituiu o Snuc. (Brasil, MMA, 2015, p. 8)

O impulsionamento na tomada de decisão para criação de áreas protegidas teve fortes influências do meio científico, respaldados por instituições ambientais nas diferentes instâncias federativas, sendo referendado a *posteriori* pelos atos do poder legislativo. Com as UCs e sua extensão territorial houve o reconhecimento sobre a importância das populações que vivem no seu interior e/ou no seu entorno que se beneficiam dos recursos naturais, tornando-se necessário envolvê-las nas discussões referentes a definição de onde, como, e porque se instituir novos territórios protegidos.

Portanto, a política de participação social passou a fazer parte dos critérios para o estabelecimento, implementação e gestão das UCs, atrelando ao que consta na sua legislação, referente aos instrumentos para o exercício de gestão compartilhada entre o Estado e sociedade na gestão ambiental, nos quais estão inseridos o Plano de Manejo e o Conselho. Vale ressaltar que a redemocratização do Brasil impactou

diretamente nas políticas de conservação da biodiversidade. A carta magna em seu artigo 225 traz um novo olhar sobre esta questão atribuindo ao poder público a gestão compartilhada para preservação do meio ambiente, pensando o presente e o futuro geracional, possibilitando a participação popular na gestão ambiental pública.

A partir da incorporação do processo de participação popular para criação, implementação e gestão dessas áreas, validando a presença dos povos tradicionais nas categorias específicas de UC, o SNUC (2000) corrobora sob a importância em desenvolver uma educação ambiental com um olhar pedagógico e participativo dentro do território e em conformidade como o Ministério do Meio Ambiente quando a firma que:

Com estes instrumentos é possível garantir ações fundamentais para o cumprimento dos objetivos da UC, como o monitoramento participativo, possibilitando o diálogo entre os saberes tradicionais e acadêmicos. É possível criar as condições necessárias para a assinatura de termos de compromisso, em que as populações tradicionais no interior e entorno de unidades conservação e o poder público estabelecem normas para compatibilizar os usos do território e dos recursos naturais enquanto não se resolvem questões referentes à regularização fundiária. O exercício de participação não é, porém, um dado automático para os diversos segmentos sociais relacionados à UC. Existem assimetrias de poder, de informação e de conhecimento entre os atores sociais que necessitam intervenção do poder público caso se queira garantir a equidade em sua participação (Ministério do Meio Ambiente 2015, p. 8).

De acordo com a citação acima, o uso da pedagogia da Educação Ambiental e a Comunicação tornam-se estratégico para a realização de ações articuladas e de continuidade nas duas áreas – a exemplo da demanda para formalização no Plano de Manejo, possibilitando aprimorar sua implementação e a gestão participativa da UC.

Durante a vivência para o desenvolvimento da pesquisa intitulada “A pedagogia da participação dos pescadores artesanais da RESEX Acaú/Goiana PB, PE: um estudo sobre o Orçamento Democrático Estadual na porção Paraíba”, participamos de três momentos importantes junto ao Conselho Deliberativo da RESEX que nos permitiu enxergar o processo de condução presente em três assembleias ordinárias do conselho deliberativo. Nelas, a mediação ficou por conta do ICMBIO que conduziu as assembleias de forma democrática proporcionando vez e voz para todos os participantes em conformidade com o regulamento e regimento do conselho. A construção das pautas, os locais para as reuniões, dias, horários e encaminhamentos são construídos e aprovados em regime de votação pelo conselho.

De modo geral, a política de participação proposta pelo SNUC (2000) traz avanços se comparada à legislação anterior em preservar a natureza como algo intocável no que se refere às áreas protegidas. Porém, a trajetória da política de conservação, por meio da criação e gestão das UCs no Brasil, de acordo com o Ministério Nacional do Meio Ambiente (MMA) relata que ainda encaram diferentes obstáculos tais como:

Os conflitos em volta do uso dos recursos naturais e das sobreposições territoriais; os problemas fundiários; a resistência de populações locais, de setores econômicos e políticos; à presença e à expansão de áreas protegidas; deficiências na articulação institucional para que estas sejam implementadas e geridas de forma eficaz; insuficiência numérica e de formação de servidores; ausência de plano de manejo, entre outros. Soma-se a estes desafios, a significativa incompreensão sobre a relação entre conservação da socio biodiversidade e qualidade ambiental e de vida das populações rurais e urbanas, a conservação das águas, do clima e das condições favoráveis à segurança alimentar (Ministério do Meio Ambiente 2015, p. 5).

Neste contexto, acreditamos que parte desses desafios podem e devem ser enfrentados com a gestão participativa da UC. Mas, a força primordial para o enfrentamento dos obstáculos acima está no processo de expansão da educação ambiental e da comunicação social por parte da esfera governamental; assim como a criação de estratégias pedagógicas para o aperfeiçoamento da gestão e do fortalecimento das políticas. O uso dessa metodologia facilitará o acesso à informação e a construção de conhecimentos capazes de promover e qualificar a participação da sociedade na gestão das áreas protegidas, em especial os segmentos menos favorecidos.

Precisamos atentar para qual tipo de participação queremos e qual o tipo de participação que nos oferecem. Para Quintas (2008), a palavra participação pode ser usada com diferentes sentidos. O autor cita como exemplo a utilização da palavra participação na grande maioria das ações governamentais em que muitas vezes se têm como intenção apenas conseguir a adesão da população às propostas previamente elaboradas pelo governo como estratégias de convencimento. Uma outra questão relevante apresentada pelo Ministério do Meio Ambiente tem a ver com a expansão e garantia efetiva da participação. Mesmo com o avanço que apresenta a lei de nº 9.985/000 e o Decreto nº 4.340/2002 que regulamentou as UCs, o MMA (2011) afirma que parte da sociedade mais desfavorecida economicamente não possui hábitos de ocupar os espaços participativos como os conselhos, fóruns de representação entre outros. O que logo reafirma a necessidade de que o Estado

garanta meios para execução de uma política de educação ambiental continuada, assim como formas facilitadoras para o acesso ampliado do conhecimento e da aprendizagem, descentralizando essas ações para o maior número de pessoas menos favorecidas nos territórios.

Para Quintas (2008, p. 12), “as pessoas não nascem participativas, como nascem respirando. Ser participativo não é uma conduta social automática dos indivíduos. É algo que se aprende somente na prática e sob certas condições”. O autor entende como necessário que se tenha um agrupamento de recursos materiais e cognitivos de organização considerando a heterogeneidade dos grupos sociais e seus interesses e valores. Portanto, é de competência do poder público, exercer a mediação de interesses, transformando o que poderia ser mediado de maneira apenas técnica em uma ação política. Na condição de mediador compete aos agentes do Estado, segundo Quintas (2008), diferenciar o interesse público do privado. Por força do dispositivo constitucional e dentro dos limites impostos pelas leis, cabe a esses agentes fazer prevalecer os interesses coletivos.

Recentemente o ICMBio, junto ao conselho deliberativo RESEX Acaú/Goiana PB, PE, elaboraram de forma participativa um documento norteador para construção do plano de manejo, denominado como Guia do Participante. Esse produto demonstra a capacidade de organização que os povos tradicionais possuem nos seus territórios de vivências, principalmente quando se faz necessário coletivizar suas experiências na luta pela garantia de acesso às políticas públicas com um olhar coletivizado.

Ao entrevistar uma marisqueira (com o pseudônimo de Ostra), perguntamos o que ela achava sobre as ações realizadas pelo conselho deliberativo da RESEX Acaú/Goiana. A entrevistada nos informou que a participação das mulheres pescadoras no conselho tem fortalecido a luta pelo poder de igualdade das mulheres entre os homens pescadores. Segundo afirmou, antes os pescadores não tinham nenhum tipo de respeito com elas e não enxergavam a catação do marisco como um trabalho pesqueiro.

Segundo a entrevistada,

Uma outra ferramenta de participação importante é a Associação das Marisqueiras de Acaú, porque para nós ela é uma escola da vida, um local onde aprendemos a lutar pelos nossos direitos. Para nós mulheres pescadoras, pobres e pretas tudo é sempre mais difícil, e não podemos cruzar os braços, precisamos é cobrar dos políticos, para que façam valer nossos direitos. Não podemos esperar pelo a manhã. A luta é todo dia (Ostra).

Essa fala espontânea corrobora diretamente como o pensamento do patrono da educação brasileira Paulo Freire quando diz que:

Na compreensão da história como possibilidade, o amanhã é problemático. Para que ele venha é preciso que o construamos mediante a transformação do hoje. Há possibilidades para diferentes amanhã. A luta já não se reduz a retardar o que virá ou a assegurar sua chegada; é preciso reinventar o mundo. A educação é indispensável nessa reinvenção. Assumirmo-nos como sujeitos e objetos da história nos torna seres da decisão, da ruptura. Seres éticos (Freire, 2000a, p. 40).

Freire deposita sua crença na força da capacidade que existe entre os homens e mulheres em vencer situações adversas, principalmente sob a exploração historicamente imposta. O autor afirma que engendrar a Pedagogia do Oprimido, como pedagogia humanista e libertadora, se faz necessário para a classe trabalhadora que sobrevive em demasiada exploração do capital e das desigualdades sociais.

4. ORÇAMENTO DEMOCRÁTICO E A COMUNIDADE DO MAR

Figura 29: Orçamento Democrático e a comunidade do mar



Fonte: Próprio autor

4.1 A CHEGANÇA DO ORÇAMENTO DEMOCRÁTICO ESTADUAL NO TERRITÓRIO DE VIVÊNCIA DOS PESCADORES ARTESANAIS EM PITIMBU/PB

De acordo o livro intitulado “ODE 8 anos: a voz do trabalho” (2018), a chegada do Orçamento Democrático Estadual trouxe para a cidade de Pitimbu, assim como também para todos os territórios paraibanos, um avanço real para o aprimoramento da democracia através da participação direta da população. Desta forma, torna-se possível um canal de diálogo com o governante e a sua equipe sobre os problemas da comunidade, apontando soluções e indicando prioridades para o uso dos recursos públicos e sua descentralização.

A existência do ODE tem um efeito pedagógico e positivo ao aproximar o governo da população sobre a realidade dos usos do território inovando as relações. A gestão pública aprende com a população sobre suas vivências, necessidade e suas prioridades, e é convidada a convergir para a intersectorialidade, na qual várias

secretarias do Estado e órgãos da administração direta e indireta atuam por meio da responsabilidade compartilhada. Além disso, é possível estender o diálogo com o poder legislativo que poderá promover um alinhamento de uma nova concepção que possa contribuir para a construção de uma metodologia de participação verdadeiramente democrática.

Recentemente o site Observatório das Metrópoles realizou entrevista com o sociólogo, professor e pesquisador Luciano Joel Fedozzi sobre a política do Orçamento Participativo. Para o sociólogo, o OP representa caminhos que podem garantir às comunidades a participação direta na tomada de decisão estratégica sobre a alocação de recursos públicos como forma de ampliação da democracia participativa e cidadã. Esse modelo de democratização, que permite outra forma de alocação dos investimentos públicos, deixa de ser restrito aos governos e aos parlamentos e opera de maneira complementar à democracia representativa.

No entanto, para Fedozzi “O orçamento anual é sempre escasso e se faz necessário selecionar prioridades que atendam às necessidades da maioria da população” (Fedozzi, 2023). Segundo o autor, o país vive um acelerado processo de urbanização ultraliberal que vem provocando enorme desagregação social, segregação territorial e privatização da ocupação e uso dos espaços públicos.

Sobre isso, Fedozzi nos mostra que “os municípios, em especial as metrópoles e regiões metropolitanas, estão vivenciando as contradições do capitalismo predador e excludente” (Fedozzi, 2023). O autor avalia que é necessário estabelecer modelos de gestão que sejam inclusivas materialmente e simbolicamente, com o objetivo de proporcionar um sentido civilizatório ao Brasil. Adentrando na concepção aqui exposta, fica claro que é uma das possibilidades que podem contribuir com isso, juntamente com outras práticas democráticas no planejamento urbano e nas políticas sociais públicas setoriais em prol da universalização do bem-estar sócio-urbano.

Outro registro que nos chamou atenção no livro Orçamento Democrático Estadual 8 Anos: A voz do trabalho (2018), foi este trecho que destacamos abaixo:

É visível a mudança da mentalidade que a inserção da política participativa vem proporcionando aos paraibanos. O poder executivo vive um momento atípico e histórico com diversas mudanças na cultura das políticas sociais. Em todas as regiões pode se identificar ações do governo resultantes dessa participação. São estradas construídas, hospitais ampliados e outros novos construídos, escolas reformadas, poços perfurados, dentre tantas outras realizações, fruto de reivindicação popular (Orçamento Democrático Estadual 8 anos, 2018, p. 87).

Este trecho acima logo expressa sua contradição com os resultados apresentados no chão concreto da vida – o território de vivência dos pescadores/as artesanais da RESEX Acaú/Goiana. Isto quando relacionado aos investimentos feitos na cidade Pitmbu, mais propriamente na praia de Acaú, recorte desse estudo, conforme mostraremos mais adiante nas falas dos entrevistados.

De fato, o livro “Orçamento Democrático Estadual: 8 anos a voz do trabalho” (2018), traz registros de vários investimentos no Estado da Paraíba advindos do avanço da participação popular nas tomadas de decisões junto ao poder público. Mas não podemos esquecer que o clientelismo político é uma prática que ainda está bem viva na política nos dias de hoje, principalmente com o avanço da extrema direita de traços fascistas e neoconservador querendo dominar a classe trabalhadora.

Para o gestor que implantou o ODE em 2011, Ricardo Vieira Coutinho, o caminho metodológico utilizado para construção da ferramenta ODE, priorizou a corrente progressista presente no cerne do PSB.

É o compromisso do Partido Socialista Brasileiro (PSB), através dos que compõem governo do Estado da Paraíba. Fazer uma gestão transformadora pela vontade do Povo, que visa envolver os cidadãos na definição das prioridades de gastos públicos e no planejamento de políticas e projetos para o estado. Esse processo democrático permite que os paraibanos participem ativamente na tomada de decisões sobre como os recursos públicos serão alocados em várias regiões e municípios do estado de forma verdadeiramente republicana (Orçamento Democrático Estadual 8 Anos, 2018, p. 7).

No ano de 2019, o PSB conseguiu fazer sucessão elegendo o Governador da Paraíba João Azevedo que continuou mantendo a política do Orçamento Participativo de forma institucionalizada com a atualização do Decreto de nº 43 Publicado no Diário Oficial de 23 de março de 2023. De acordo com o Decreto, a premissa do ODE está em fazer valer um sistema de participação que promova relação direta dos cidadãos no processo de tomada de decisões relacionadas à descentralização dos investimentos públicos em conformidade com prioridades apresentadas pela população

Ressaltamos que a chegada do ODE para a população do litoral sul da Paraíba envolveu várias etapas e estratégias de organização pedagógica. O Governo do Estado investiu nas mídias televisivas, radiofônicas, jornalísticas e sociais divulgando o ODE e o seu calendário de atividades disponibilizado no site oficial

www.paraiba.pb.gov.br/ode. Cada Região possui uma equipe composta por Articuladores Regionais (AR) e Gerência Regional de Acompanhamento e Formação (GRAF), que tem como função principal oferecer suporte de acompanhamento nas 14 regiões. É importante lembrar que a cidade de Pitimbu, por fazer parte da 1ª região, foi escolhida para atender ao objeto deste estudo.

Os articuladores possuem a missão de visitar todas as cidades com intuito de realizar um diagnóstico dos espaços públicos, privados e de convivência social, tais como: escolas, igrejas, sindicatos, ONG's, prefeituras, associações, assentamentos, movimentos sociais organizados entre outros. A ideia é gerar um banco de dados com lista de contatos telefônicos, e-mails e redes sociais para agendamento das reuniões preparatórias com a finalidade de apresentar a ferramenta do ODE e sua funcionalidade.

Ao realizarmos o processo de turnê guiados nos deparamos com os povos originários e comunidades tradicionais que se dispuseram a participar das entrevistas relatando suas experiências junto ao ODE. Alguns entrevistados relataram que foram conselheiros por dois mandatos, um na condição de Conselheiro Regional e outro no Conselho Estadual.

Quando perguntados sobre como conheceram a ferramenta do Orçamento Participativo – denominada como Orçamento Democrático –, detectamos que alguns estiveram ocupando cargo comissionado em equipamentos público estadual, no ano de 2012, em que receberam a visita técnica de representantes da Secretária Executiva do Orçamento Democrático Estadual (SEOD) demonstrando a importância da ferramenta democrática para o território de vivência.

Os entrevistados de pronto se interessaram pela temática da política de participação e atuaram como guias junto aos articuladores do ODE apresentando os assentamentos, igrejas, colônias de pescadores, associação das marisqueiras, o Movimento Sem Terra (MST), movimento de juventudes, movimento estudantil entre outros atores políticos locais. Isto resultou na elaboração do calendário das reuniões preparatórias entre a sociedade civil e a gestão pública estadual. Um dos entrevistados, denominado de Estrela-do-mar, nos informou que:

Não foi um processo fácil, porque as pessoas estão desacreditadas com a política partidária, devido as politicagens dos maus políticos que vivem nos enrolando. Quando chegamos em alguns seguimentos sociais eles nem quiseram nos ouvir, o que precisou voltarmos outras vezes no mesmo espaço para tentar convencê-los de que sem a participação da sociedade civil, o

caminho para sermos escutados se tornaria ainda mais difícil, e o governo continuaria fazendo tudo junto com os deputados no modelo de política apenas representativa, sem a participação popular (Estrela-do-Mar).

De acordo com relatos de Estrela-do-mar, a cultura política com fins eleitoreiros e clientelistas são elementos presentes na atualidade, principalmente nos Municípios de Pequeno Porte I¹⁷. Isto ocorre apesar das diretrizes existentes na política do ODE que tem como objetivo principal aproximar as ações de governo junto à população. É neste cenário que surgem os conflitos de interesses em que a classe política busca a manutenção do poder utilizando-se das demandas vocalizadas pelo território. Assim, o que deveria ser uma política pública que fomenta a participação do povo na tomada de decisão sobre a aplicação dos recursos públicos, transforma-se em clientelismo a partir de uma apropriação indevida destes recursos para atendimento dos interesses de particulares.

Constata-se nos diálogos estabelecidos no grupo focal que o pensamento contrário da população as condições estabelecidas pela classe política, no que infere na centralização e comando dos investimentos públicos, em sua grande maioria nas localidades onde possui maior densidade de votos para manutenção dos seus grupos políticos partidários. Isto contraria o modelo de uma gestão verdadeiramente democrática e participativa, é geradora de descredito na gestão participativa, conduzida pelo ODE da Paraíba.

Amorim e Gico (2016), corroboram com o pensamento de Jacobi (2000) que ao refletir sobre a estrutura do Estado na atualidade acredita que a centralização administrativa é um retrocesso. Isto porque a centralização administrativa conduz à ineficiência no desenvolvimento das políticas setoriais e dos serviços públicos, o que logo demonstra o retrocesso democrático, sendo necessário um reajuste na relação entre Estado e sociedade, conforme salienta:

A questão da descentralização é hoje uma das principais precondições para formular uma efetiva democratização do Estado o que dá impulso para um modelo participativo que seja realizado em todos os níveis da administração pública, porém sem transferir o que é de responsabilidade do Estado para o povo (Amorim; Gico, 2016, p. 11).

¹⁷ “Enquadra-se como Município de Pequeno Porte I, conforme Art. 6º da Norma Operacional Básica – NOB SUAS (2012): § 3º Os CRAS serão organizados conforme o número de famílias a ele referenciadas, observando-se a seguinte divisão: até 2.500 famílias” (Brasil, 2012, p. 35).

As memórias dos povos tradicionais, indígenas, ribeirinhos etc. são fontes de sabedorias que quando bem utilizadas pela gestão pública podem representar a soberania popular, possibilitando verdadeiros acertos para os investimentos públicos em conformidade com anseios populares, advindo da realidade vivida nos municípios, quando validadas nos programas de governos e garantidos nas leis orçamentárias.

Essas preciosas informações são mecanismos orientadores para um norte na elaboração das peças orçamentárias, elas representam as necessidades e aspirações da população. A política da participação torna-se plena quando existe vontade política e crença nessa perspectiva. Caso contrário, torna-se apenas efeitos de cumprimento de normas e o não burlamento das leis da política de participação existente na Constituição de 1988.

A pesquisa mais uma vez demonstra as contradições quando comparadas ao delineamento da ferramenta do ODE e a situação real no território de vivência da população pesqueira, beneficiária das políticas sociais públicas pertencentes a AMA, na cidade de Pitimbu/PB. Conforme evidenciada pelos entrevistados, Estrela do Mar nos relatou que uma das dificuldades para garantir que as demandas solicitadas pelos representantes da sociedade civil sejam atendidas, está no fato de que os conselhos do ODE são instâncias apenas consultivas e não possui autonomia e/ou poder de deliberação junto aos órgãos executores. Podemos ter maior clareza dessa realidade com a afirmação de Estrela do Mar: “nós apenas apontamos nossas necessidades, porém elas só serão resolvidas, se houver vontade política de quem está no poder”.

Outra situação que mais uma vez chamou nossa atenção foram os relatos sobre a disputa entre a classe política e os representantes da sociedade civil inseridos no ODE. Como exemplo, podemos citar a chegada de algumas demandas para o território, solicitadas pela população nas audiências regionais, em que alguns representantes do poder legislativo municipal e estadual ecoaram aos quatro cantos da cidade que eles eram os verdadeiros responsáveis por conseguir as obras e serviços.

Para Sururu, essas atitudes têm provocando na população a descrença na força organizacional da participação popular junto ao poder executivo estadual e local na condição de cogestores. Desta forma, impulsiona uma força motriz que induz a volta das práticas conservadoras de dominação e expropriação dos direitos sociais e de cidadania, impostas na cultura do clientelismo, para manutenção do poder pelo

poder gerando o distanciamento e o enfraquecimento das relações entre a sociedade civil e o ODE da Paraíba.

Evidenciamos que 98% dos entrevistados afirmam que os recursos naturais existentes no litoral sul da Paraíba são de grande valia para a sobrevivência da população que ali habitam, principalmente para os que vivem da pesca artesanal e do extrativismo. Assim, se faz necessário que essas pautas sejam mais evidenciadas nos espaços de discussões do ODE, como também uma maior presença do Estado no território pesqueiro para um maior fortalecimento das políticas públicas ambientais.

Nas entrevistas semiestruturadas fizemos a seguinte pergunta: “Você conhece ou participou de alguma ação do Orçamento Democrático Estadual ou já ouviu falar sobre ODE? Vejamos um panorama das respostas no quadro abaixo:

Quadro 2: Falas dos/as entrevistadas sobre ODE na categoria Participação

CATEGORIA	ENTREVISTADOS	FALAS
Participação	Siri (2023)	Já participei do Orçamento Democrático, sempre levo algumas pescadoras e pessoas da comunidade para participar. Esse ano depois de termos mobilizado algumas mulheres marisqueiras para participar da audiência do ODE, fomos procurados por um representante da SEOD, nos informando que o nosso eixo de prioridades acordado nas reuniões de articulação para ser apresentado na audiência Regional, teria sido desarticulado a pedido da gestão municipal de Pitimbu, assim como a substituição da pessoa que nos representaria no momento das falas por um secretário municipal. Portanto, decidimos não participar. O ODE não pode permitir esse tipo articulação. A gente passa a não acreditar na ferramenta.
Participação	Cavalinha (2023)	Não conheço o Orçamento Democrático Estadual, nunca participei do Orçamento Democrático Estadual e nem sei o que é.
Participação	Caranguejo (2023)	Participei em 2022 do ODE e tive direito a uma fala. Entreguei uma reivindicação no Orçamento Democrático Estadual em nome da AMA, pedimos moradia, estrada,

		auxílio verde e cestas básicas, mas até agora não foram atendidas. Conseguimos alguns cartões alimentação através da secretária de Desenvolvimento Humano do Estado e a estrada só foi realizada através da emenda de um deputado Estadual, que se diz o pai da obra. Até o presente momento não recebemos respostas do porque não foram atendidas as outras demandas. Esse ano não participamos do ODE porque a gestão municipal de Pitimbu desarticulou nossas demandas e a substituição da pessoa que nos representaria no momento de fala com o governador.
Participação	Dourado (2023)	Eu já ouvir falar do Orçamento Democrático Estadual na televisão. Mas eu não entendi do que se trata e nunca participei desse tal de Orçamento Democrático.
Participação	Ostra (2023)	Não conheço o Orçamento Democrático Estadual Nunca participei, na verdade eu nunca ouvir falar.
Participação	Marisco (2023)	Nunca escutei falar nesse ODE por aqui. A prefeitura e os vereadores não passam essas informações para nós. Aqui é difícil ficar sabendo de coisas que sejam boas para nós. A não ser nos tempos de eleição, porque precisam dos nossos votos.
Participação	Caranguejo Uça (2023)	Não conheço o Orçamento Democrático Estadual. Nunca participei e nunca escutei falar.
Participação	Cavalinha (2023)	Não conheço o Orçamento Democrático Estadual. Nunca participei do Orçamento Democrático Estadual e nem sei como acontece.

Fonte: Própria da pesquisa (2023)

Analisando o quadro acima, apenas 20% dos entrevistados alegaram conhecer e ter participado de alguma ação do ODE. A maioria dos entrevistados (80%) não conhecem e nunca participaram de nenhuma atividade do Orçamento Democrático Estadual. Ainda sobre os relatos dos entrevistados, durante a turnê guiada Estrela-do-mar indagou que o governo precisa garantir melhores condições estruturais para o processo de mobilização para os trabalhadores do ODE, assim como para os

representantes da sociedade civil que são voluntários na condição de conselheiros. Outra questão importante é poder garantir a participação nos assentos dos conselhos regionais através do recorte por seguimentos sociais tais como: povos originários, comunidades tradicionais, comunidade ribeirinhas, quilombolas entre outros. Esses povos sempre foram tratados como minorias desde o período do Brasil Colônia até os tempos atuais.

Estrela-do-mar também ressaltou que em março de 2023 houve publicação no Diário Oficial do Estado da Paraíba com a regulamentação do ODE contemplando o processo de eleição dos conselhos regionais e estadual sem que a sociedade civil fosse convidada para participar da elaboração deste documento. Assim, na primeira região geoadministrativa, a cidade de Pitimbu só poderá eleger no máximo dois representantes para o conselho regional e/ou Estadual, o que para o entrevistado é visto como retrocesso.

Pode até não ser obrigatória a nossa participação na elaboração do documento regulatório, mas isso não impede a sensibilização em convidar pelos menos os conselheiros, para juntos democratizar o processo de construção deste documento. Afinal estamos tratando de um instrumento de participação (Estrela-do-Mar).

Evidenciamos que o município de Pitimbu está localizado na porção Nordeste da UC, pertencente ao sistema costeiro-marinho do Estado da Paraíba. Possui uma população de 16.751 pessoas (Censo 2022), contendo maior concentração de pessoa na área urbana. Seu Produto Interno Bruto (PIB) é de R\$ 375.571,78 (2020), com Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH) equivalente a 0,570 (IBGE, 2023a). Silva (2017a) destaca que a economia de Pitimbu se baseia na pesca tradicional, na agricultura de subsistência e na produção da cana-de-açúcar. As atividades industriais possuem relevância, a exemplo da fábrica de cimento do Grupo Brennand.

O território, enfrenta grandes situações de desproteção social a exemplo da falta de alguns equipamentos de saúde tais como: Unidade de Pronto Atendimento (UPA), Hospital de Média Complexidade e escassez médica em várias especificidades. De acordo com a fala de outra entrevistada denominada “Tainha”, ela afirma que

É comum a gente recorrer ao atendimento de saúde da cidade de João Pessoa, devido à falta de serviços de saúde que atendam nossas necessidades, onde muitas vezes não temos condições econômicas para se deslocar, piorando ainda mais a nossa situação. Principalmente nós pescadoras que não temos uma renda certa e dependemos da maré para catar o marisco para ter nosso sustento (Tainha).

Quando indagada sobre seu conhecimento a respeito do Orçamento Democrático Estadual, ela afirmou que nunca ouviu falar, como também nunca participou de nenhuma atividade promovida pelo ODE.

Faço parte da Associação das Marisqueiras de Acaú e participo das reuniões quando sou chamada pela representante: nunca fui chamada para esse ODE. Eu participo das reuniões da AMA, porque acontece no horário que não estamos trabalhando e são para tratar de assuntos sempre pensando na melhoria da nossa classe pescadora. Aqui em Pitimbu não temos informações de muitas coisas que acontece na capital, é tudo muito difícil, principalmente para nós mulheres pretas, pobres e marisqueiras. Nem os pescadores homens nos respeitam na condição de pescadoras. Mas, essa conversa me deixou curiosa para entender o que é esse orçamento democrático (Tainha).

É importante ressaltar que respeitar o processo de convívio das marisqueiras com a maré torna-se de fundamental relevância para que não isto não atrapalhe a catação do marisco e seu tratamento para comercialização, visto que parte do sustento pessoal e familiar advém desse trabalho. A catação acontece no período da maré baixa, devido a exposição facilitada dos mariscos nas croas, já que são pescados em sua grande maioria com a utilização das mãos.

Em relação a essas questões, durante o grupo focal, uma das representantes da AMA relatou que a Associação das Marisqueira de Acaú possui um calendário de reuniões organizado em conformidade com a tábua das marés objetivando não comprometer o período de trabalho das associadas. Esse relato nos fez reorganizar o calendário de nossas atividades de campo, acrescentando as especificidades existentes no território da pesca artesanal. Algumas entrevistadas afirmam que reconhecem a importância em poder participar das reuniões da AMA e de outras instituições para que possam se manter informadas sobre questões de interesses da comunidade.

Segundo Ostra, é preciso que seja respeitado o horário de trabalho e que os locais das reuniões não sejam muitos distantes devido aos possíveis gastos com transportes, alimentação entre outros. Afirma ainda que toda essa dificuldade talvez seja o motivo deles nunca terem participado das reuniões do Orçamento Democrático

e até mesmo nem sequer conhece-lo, uma vez que as reuniões acontecerem longe de onde moram.

Quando a AMA avisa para nós sobre a realização das reuniões, sempre participamos e convidamos mais pessoas. Lá recebemos informações e orientações sobre vários assuntos e situações que precisaremos enfrentar. Se a gente não participa tudo fica pior. Em grupo eu acho mais fácil para se resolver nossos problemas na comunidade (Ostra).

O depoimento de Ostra nos mostra que é importante que o ODE crie estratégias de aproximação com a comunidade do mar e siga o exemplo da AMA adequando seu calendário de atividades às características específicas do território pesqueiro. Assim, será possível aproximar as relações entre os pescadores artesanais e a política do Orçamento Participativo (OP) desenvolvida pelo Governo da Paraíba junto à RESEX Acaú/Goiana PB, PE com o olhar voltado para as cidades de Caaporã e Pitimbu, ambas paraibanas.

A pesca artesanal é uma atividade econômica e cultural fundamental em muitas comunidades costeiras fornecendo subsistência, empregos e identidade cultural. No entanto, os pescadores artesanais frequentemente enfrentam desafios como a degradação dos recursos pesqueiros, a competição com a pesca industrial, a falta de acesso à crédito e tecnologia bem como questões de direitos trabalhistas, acesso à saúde, à educação etc. Para enfrentar esses desafios, a organização pedagógica se torna um instrumento fundamental para capacitação dessas comunidades, principalmente com um olhar para a educação popular. Segundo Paulo Freire (2004), em seu livro *Pedagogia da Autonomia*:

Mulheres e homens são os únicos seres capazes de ensinar e aprender. E isso os permite construir, reconstruir e constatar para mudar. A capacidade de aprender pode transformar a realidade. A educação tem que servir de mecanismo crítico para entender a realidade. E se necessário transforma-la, usando o conhecimento para mudança de vida dentro da realidade social (Freire, 2004, p. 46).

Corroborando com o pensamento de Paulo Freire (2004), os entrevistados revelaram seus saberes populares e suas formas naturais de organização pedagógica através da participação ativa nas associações, colônia de pescadores, no conselho deliberativo da RESEX e em outras instituições participativas. Estabelecer um processo da formação continuada, com viés na política da educação popular, ajudará a promover o protagonismo das comunidades pesqueiras na luta pela garantia do acesso às políticas públicas.

A informação sobre os direitos sociais é o caminho para dar visibilidade às expressões da questão social, bem como torná-los sujeitos mais conscientes. Consideramos este um caminho essencial para que possam participar ativamente na formulação de políticas sociais públicas que afetam suas vidas e meios de subsistência. Garantir a inclusão ativa dos pescadores artesanais nos espaços de decisões existentes na esfera governamental, a exemplo do conselho Regional e Estadual do ODE, é de fato e de direito promover a democratização das relações entre a sociedade civil e o poder público.

É importante ressaltar que para além do Orçamento Participativo existem outras Instituições Participativas (IPs), neste sentido vamos ao encontro do que afirma aos autores Avritzer e Wampler (2004) quando afirmam que a participação também acontece por meio da representação em comitês de gestão, em fóruns, conselhos, nas conferências etc. empoderando suas negociações junto as autoridades governamentais na tomada de decisões. Com esta afirmação entendemos que a organização pedagógica prepara os pescadores para desempenhar um papel construtivo e formador nesse processo de luta por direitos.

Em relação ao ODE, Siri (uma das entrevistadas da pesquisa) questionou que sente falta de uma presença mais contínua das ações da SEOD no território para que a população possa conhecer melhor como funciona o Orçamento Participativo. Ela afirmou que próximo do período de acontecer a audiência regional a equipe do ODE visita a comunidade, mas que após a realização da plenária se sentem esquecidas.

Nós moradores da praia de Acaú precisamos de uma maior presença do governo em nosso lugar. Aqui falta muita coisa, somos desprotegidas, desde a falta muitas vezes de simples remédio, até um transporte durante a noite para nos socorrer. Algumas de nós marisqueiras já participamos dessas audiências do Orçamento Democrático, fizemos nossos pedidos e mesmo que não tenha sido ainda realizado entendemos que a luta não pode parar (Siri).

É notório que existe uma grande distância a ser percorrida para se fazer valer de fato e de direito o que determina a Constituição de 1988 no que diz respeito à garantia e acesso aos direitos sociais de forma igualitária para todas as pessoas. Em pleno século XXI, a comunidade do mar enfrenta o processo de desproteção social e suas diversas vulnerabilidades, a exemplo da falta da garantia de acesso à moradia, saúde, educação, trabalho, renda entre outras.

4.2 PROTEÇÃO SOCIAL PELO VIÉS DA PARTICIPAÇÃO NA PESCA ARTESANAL

O universo das águas possui fundamental importância para as atividades pesqueiras, o que logo nos provocou discorrer sobre a relação entre a vida dos trabalhadores e trabalhadoras da pesca artesanal a partir do viés da política de participação como mote para o entendimento das relações no território usado. Isso também nos possibilita averiguar as situações de proteção social e/ou as de desproteção – quando relacionadas a garantia dos direitos e acesso aos serviços e benefícios públicos.

Buscar entender as relações da política da participação social, no universo da pesca artesanal, e os vínculos de proteção social no território nos levou a dar visibilidade às expressões da questão social que ocorrem no território que abrange a unidade de conservação (UC) da RESEX Acaú/Goiana PB, PE, na porção Paraíba, recorte deste estudo.

Importante ressaltar que na contemporaneidade as situações que envolvem as relações de trabalho e o meio ambiente vêm passando por transformações profundas decorrentes do processo de globalização e das políticas econômicas de corte neoliberal, como também da reestruturação produtiva. Segundo Silva (2016), na segunda metade do século XX temos um marco configurado pela grande investida do capital no enfrentamento da crise da lucratividade, aberta a partir dos anos 1970. Durante esta temporalidade histórica, foram feitos diversos questionamentos referentes a hegemonia do capital e a contingência dos movimentos organizados, não se resumindo apenas aos trabalhadores, envolvendo outros grupos sociais contrários ao poder do capital que se manifestaram sobre a ecologia, preocupados com as questões ambientais no mundo.

Silva (2016) afirma que a urgência em incluir questões ambientais na agenda do desenvolvimento das nações e das relações internacionais tornou-se necessária devido as apreensões que se espraiam na percepção de um conflito crescente entre o modo expansivo do modelo de crescimento econômico, com seu cerne na indústria, e o quantitativo dos efeitos nefastos que atingem diferentes ecossistemas do planeta. Isto, dentro da ótica da crise mundial do capital, do desgaste do modelo desenvolvimentista, do derrubamento do “socialismo real” e do Estado de bem-estar social, demonstram a grande capacidade de destruição do sistema (Silva, 2012).

Os efeitos negativos do capital implicam na destruição dos bens naturais e numa lista crescente de problemas socioambientais, como nos mostra Sachs (1986): acelerado processo de urbanização; crescimento e desigualdade na distribuição demográfica; expansão descontrolada do uso de energia nuclear com finalidades bélicas ou pacíficas; consumo excessivo de recursos não renováveis; fenômenos crescentes de perda e desertificação do solo; contaminação tóxica dos recursos naturais; desflorestamento; redução da biodiversidade e da diversidade cultural; geração do efeito estufa e a redução da camada de ozônio e suas implicações sobre o equilíbrio climático. Esses fatores, além de outras questões ligadas ao meio ambiente, despertam a atenção para uma situação real e preocupante que antes não eram tão visíveis.

Atualmente, diversos estudiosos da questão ambiental reconhecem a interdependência entre a pobreza e ecologia e afirmam que esses fatores necessitam ser compreendidos através de uma abordagem integrada para que se tenha um equacionamento mais adequado. Entendem que se a depreciação ambiental piora as condições de vida dos mais pobres, a pobreza destes os leva para uma maior exploração predatória dos recursos naturais provocando um ciclo perverso de prejuízos socioambientais (Silva, 2016; Lima, 1997).

Isto nos leva a refletir sobre a imbricação da participação e da proteção social com o olhar direcionado ao pensamento da intersecção entre efeitos da organização pedagógica da política da participação como caminho de ligação entre a política da proteção social em áreas de pesca artesanal de uma unidade de conservação federal para a garantia de acesso às políticas públicas.

Nesse escopo reflexivo, entendemos que a proteção social – seja através de instituições não especializadas e multifuncionais como a família e/ou através de instituições com alto nível de sofisticação e especialização organizacional, como o Estado com suas várias formas de proteção social – surge e atravessa o tempo e o espaço da sociedade como um processo repetitivo e universal (Yazbek, 2012, p. 1).

A proteção social é constituída por sistemas de grandes e pequenas especializações em grau de suas institucionalizações com a finalidade de garantir proteção aos seus entes. Conforme Di Giovanni (1998), esses sistemas surgem de certas vicissitudes da vida natural ou social como a velhice, a doença, os infortúnios e a escassez. Silva, Wanderley e Conserva (2014) incorporaram sua reflexão sobre proteção social em “Política de Assistência Social”, apontando que a proteção social

passou por profundas mudanças desde a Constituição Federal Brasileira de 1988, incluído a assistência social no âmbito da política.

A implementação do modelo de proteção social é fortemente influenciada pela territorialidade, uma vez que só pode ser instalada e operada a partir da vitalidade e das ações dos sujeitos reais. Para Sposati (2009), essa concretização não advém da matemática ou de fórmulas de laboratório, mas de um conjunto de relações e forças em movimento.

Segundo Medeiros, Vasconcelos e Silva (2022), o território é passível de interpretação por meio de suas compartimentalizações, pois elas evidenciam os usos do território, seja um uso hegemônico, no caso das divisões político-administrativas para o exercício do poder do Estado, ou pelo uso hegemônico, como nas compartimentações de comunidades de pescadores tradicionais, por exemplo, nas associações e/ou colônia de pescadores situadas no litoral sul do Estado da Paraíba. Usar o termo território em todos os tempos implicará em apropriações, delimitações e demarcações, três termos de uma equação de uso inerente ao problema fundamental da vida em sociedade e que se relacionam diretamente entre si.

A consciência conservacionista pressupõe sobretudo características protecionistas e de defesa da vida, dos direitos humanos e sociais e da dignidade humana (SILVA, 2016). Portanto, confirmamos a ideia básica de que proteção significa prevenção, o que implica reduzir vulnerabilidades em riscos que podem ser permanentes ou temporários numa perspectiva temporal e é uma resposta aos problemas dos riscos da sociedade da qual faz parte (Sposati, 2009).

A garantia dos direitos sociais está entrelaçada com o território de existência e para compreender os fios invisíveis dessa ligação partiremos das reflexões de Silva e Koga (2022). É necessário um arcabouço teórico e operacional relacionado à categoria analítica “território de uso” (Milton Santos) para esclarecer quais elementos permitem sua instrumentalização, seja para planejamento, seja para avaliação de políticas públicas. Os recursos pesqueiros e sua ecologia, além de seus conceitos ambientais, são uma ferramenta valiosa o suficiente para serem incorporados em planos de desenvolvimento socioeconômico e pesquisas sobre manejo, conservação e uso sustentável da fauna local e para formular políticas públicas focadas nas questões objetivas do território (SILVA e KOGA, 2022).

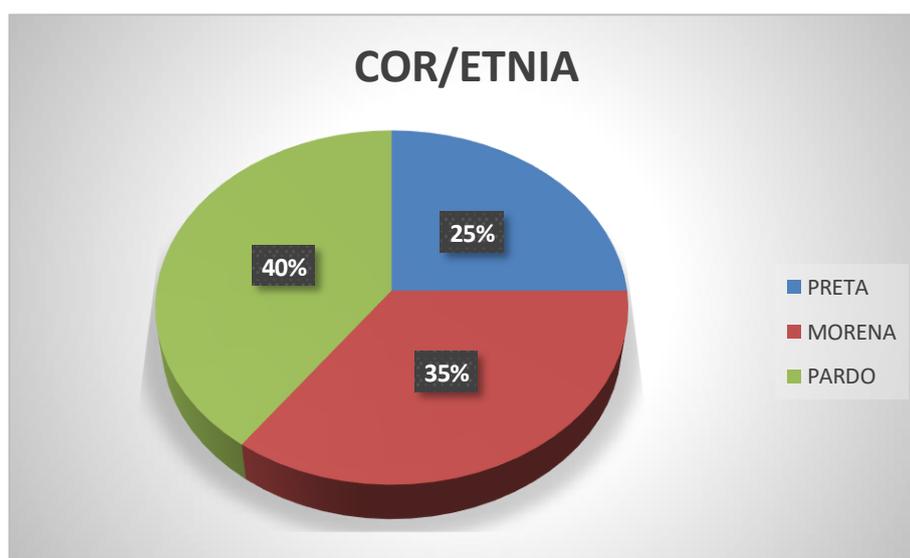
4.2.1 Dados socioeconômico da comunidade do mar

A pedagogia da participação é um tema importante para a democracia e para o desenvolvimento de políticas públicas voltadas para as comunidades tradicionais – como é o caso específico do nosso estudo na RESEX Acaú/Goiana PB, PE. Os dados socioeconômicos são fundamentais para entender a realidade social e econômica de uma comunidade e assim promover a participação cidadã.

Portanto, os dados socioeconômicos são importantes para a participação social, pois permitem a compreensão da realidade social e econômica de uma comunidade, o que é fundamental para a formulação de políticas públicas adequadas e para a promoção da participação cidadã. Desta forma, apresentaremos abaixo os dados socioeconômicos da pesquisa realizada que serviram como norte para a análise dos resultados.

Quando questionamos sobre a cor/etnia, 25% das pessoas entrevistadas que responderam ao questionário se autodeclararam pretas; 35 % se veem como morenas e 40% se percebem como pardas, totalizando 100% do percentual, conforme apresenta o gráfico abaixo:

Gráfico 2: Dados sobre Cor/Etnia



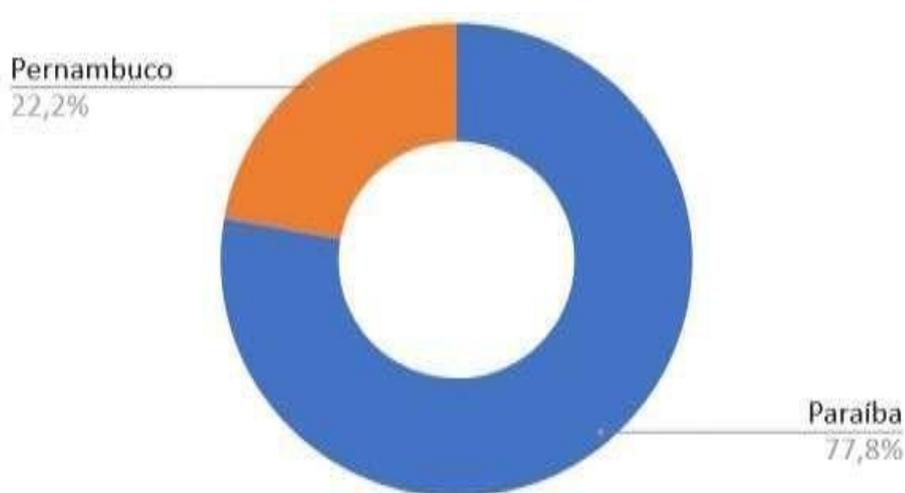
Fonte: Dados da pesquisa 2023

Conforme Rodin (2021), mulheres que compõem o corpo integrante das comunidades tradicionais e/ou urbana periférica são majoritariamente mulheres

negras, indígenas, camponesas entre outras que lutam contra as desigualdades postas para defender seus territórios e comunidades.

Segundo o pensamento de Rodin (2021), este manifesto demonstra que a interseccionalidade de marcadores como raça, gênero e classe ao mesmo tempo que evidencia profundas vulnerabilidades dessas mulheres, também podem potencializá-las.

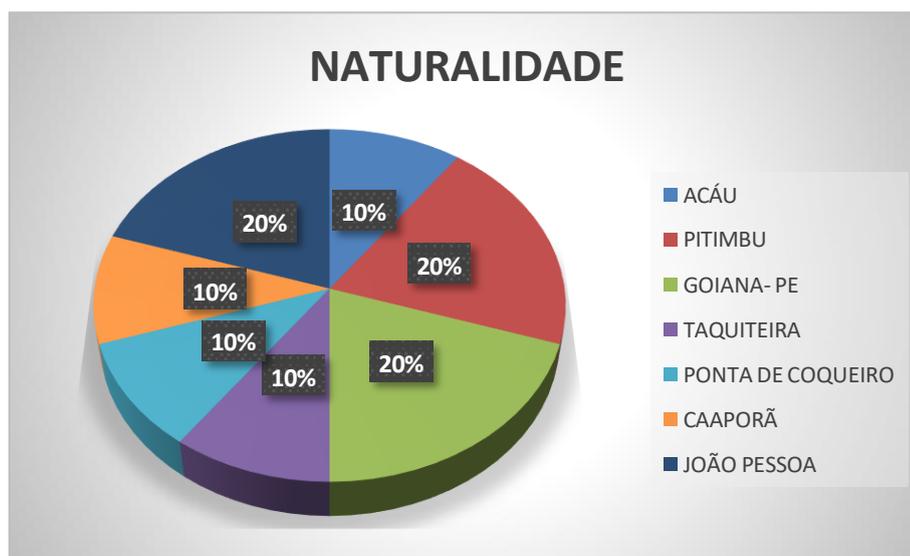
Gráfico 3: Dados sobre naturalidade por Estado



Fonte: Dados da pesquisa (2022)

Em relação à naturalidade dos entrevistados/as, de acordo com Medeiros, 2023; Vasconcelos, 2023; Silva, 2023 a origem de nascimento de grande parte das marisqueiras é o Estado da Paraíba (77,80%), enquanto 22,20% é natural do Estado de Pernambuco, como consta na Gráfico 3 acima.

Ainda sobre a discussão da naturalidade, realizamos entrevistas de forma mais específica, ou seja, de forma direcionada aos municípios de origem dos entrevistados, como podemos analisar no gráfico 4.

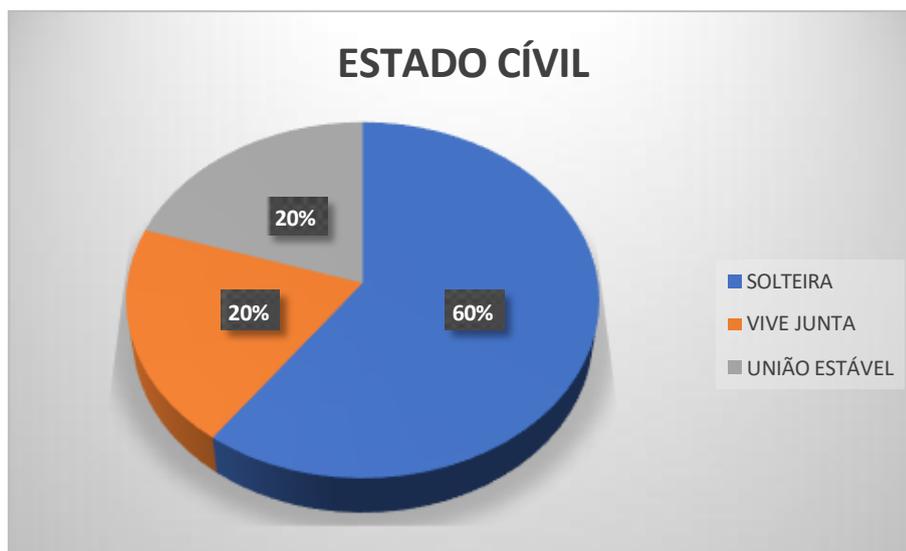
GRÁFICO 4: Dados sobre naturalidade por município

Fonte: Dados da pesquisa 2023

Analisando a naturalidade por município, observamos que 10% são naturais de Acaú, enquanto 20% nasceram em Pitimbu, 20% em Goiana/PE, 10% em Taquiteira, Ponta do Coqueiro e Caaporã e 20% são naturais de João Pessoa. Constata-se que em comparação com os dados do gráfico 3, do ano de 2022, continuaram com predominância dos nascimentos no Estado da Paraíba, em que em 2023 alcançou os 60% e no Estado de Pernambuco 40% dos entrevistados. Esses atores sociais através de suas participações no território vêm construindo um novo panorama de participação democrática, mesmo com as ausências e faltas de acesso de participação no ODE PB.

Essa união entre atores sociais de ambos Estados na luta pela implantação do Plano de Manejo da RESEX Acaú/Goiana, tem como via de diálogo a participação ativa na execução das ações propostas no Guia do Participante 2023. Estas ações resultaram na oficina de manejo que ocorreu em agosto de 2023 e foi realizada na Praia de Ponta de Pedra com a participação da sociedade civil, da Universidade Federal da Paraíba, da Fundação Joaquim Nabuco, além de representantes de indústrias, prefeituras, associações e pescadores de vários seguimentos de pesca artesanal.

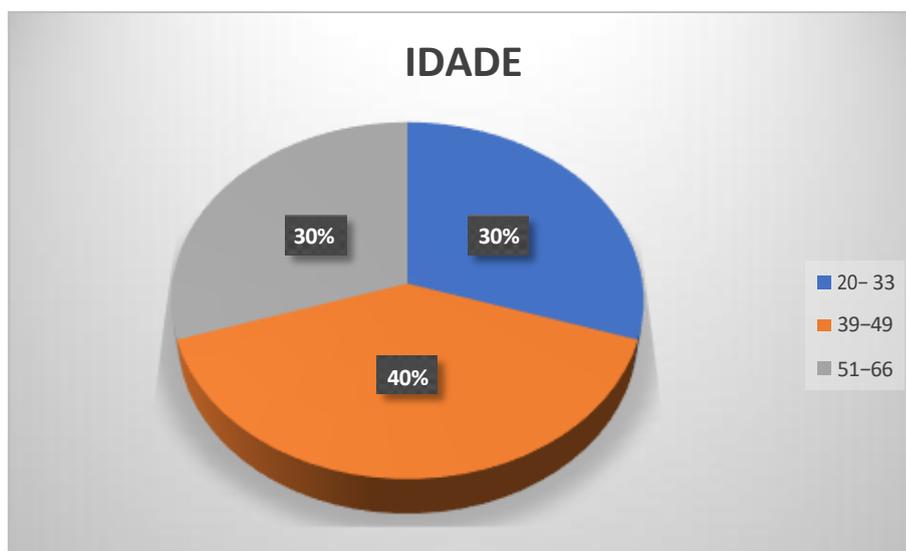
No tocante ao estado civil dos/das entrevistados/as, 60% declararam-se solteiras, 20% convivem com o companheiro(a) sem formalidade e 20% possuem união estável, conforme apresenta o gráfico abaixo:

GRÁFICO 5: Dados sobre estado civil

Fonte: Dados da pesquisa 2023

Conforme fala de Caranguejo Uçá, é comum no mundo da pesca viver a informalidade nas relações conjugais: “aqui é assim, somos solteiras, mas temos companheiro e filhos e trabalhamos para cria-los”. O que corrobora com o percentual mais alto apresentado nos resultados em que 60% se classificam como solteiras.

Em relação à faixa etária das pessoas entrevistadas, 30% encontram-se com idade entre 20 e 33 anos, enquanto 40% possuem entre 39 e 49 anos de idade e 30% com idade entre 51 e 66 anos, conforme gráfico abaixo.

GRÁFICO 6: Dados sobre faixa etária

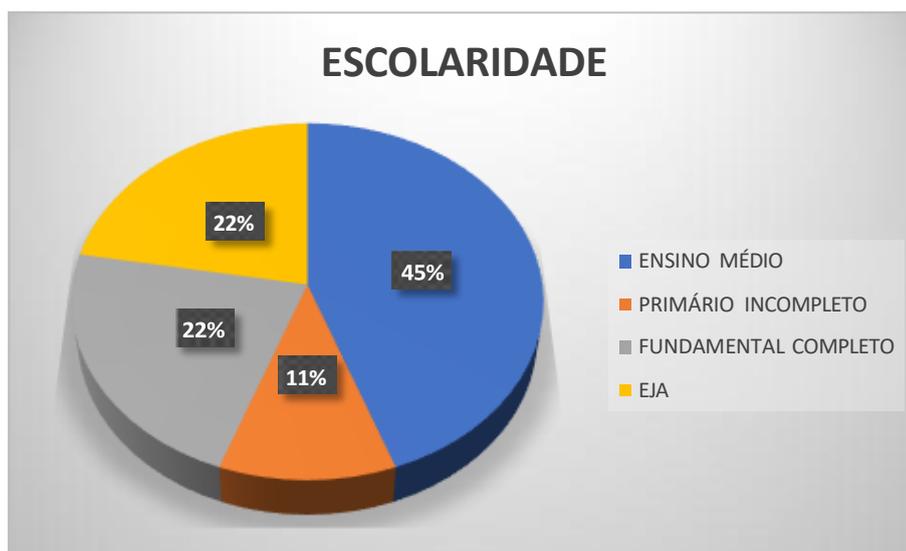
Fonte: Dados da pesquisa 2023

Como se pode ver no gráfico acima, 30% dos entrevistados/as pertencem à faixa etária entre 51 e 60 anos, sinalizando para o poder estatal a prioridade de ações que atendam as demandas específicas desse segmento populacional. Não raro, o acesso à proteção social para estas pessoas muitas vezes não acontece, o que representa um alto índice de dificuldade de acesso ao Benefício de Prestação Continuada (BPC) por motivo de doenças advindas da atividade da pesca e a própria aposentadoria que é um direito, conforme foi constatado nos grupos focais. De acordo com Estatuto da Pessoa Idosa, Lei de nº 10 741, de outubro de 2023,

Art. 2º A pessoa idosa goza de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-se-lhe, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, para preservação de sua saúde física e mental e seu aperfeiçoamento moral, intelectual, espiritual e social, em condições de liberdade e dignidade (Presidência da República, 2023).

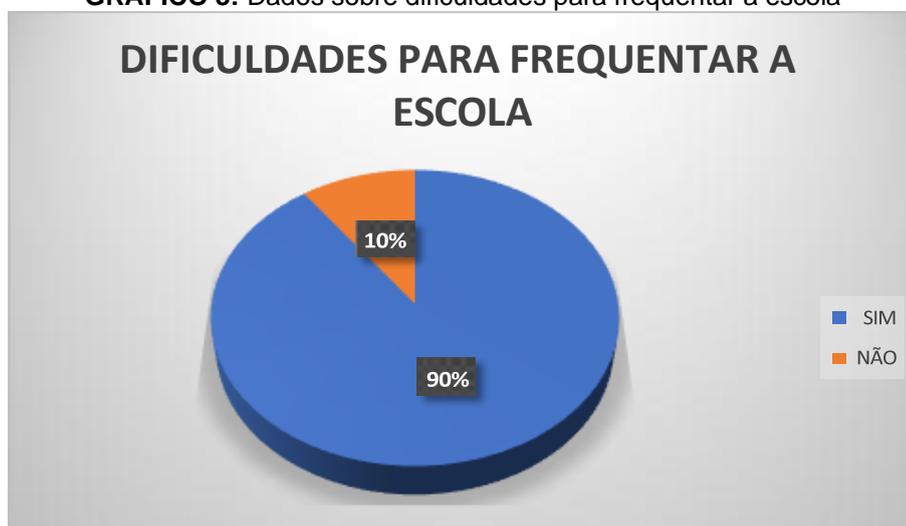
O Estado precisa garantir a proteção social considerando a informalidade da atividade laboral exercida por eles (pesca artesanal), com ausências das garantias trabalhistas e previdenciárias imprescindíveis para o enfrentamento e superação das intercorrências do avançar da idade (Medeiros; Vasconcelos; Silva, 2023).

Em relação à vivência escolar no território, perguntamos qual o grau de escolaridade das pessoas entrevistadas e obtivemos os seguintes dados: 45% conseguiram concluir o Ensino Médio; 11% conseguiram iniciar o Ensino Fundamental – na época denominada como primário, mas infelizmente não conseguiram concluir os estudos por motivos que revelaram a precarização das condições dos sociais. O trabalho na infância foi o maior motivo de abandono escolar, o que se deu motivado pela necessidade de ajudar os pais na complementação da renda familiar através do trabalho na pesca desde bem cedo. No entanto, 22% dos/das entrevistados(as) conseguiram concluir o Ensino Médio completo e os outros 22% voltaram a estudar depois de adultos na Educação de Jovens e Adultos (EJA), conforme gráfico 6.

GRÁFICO 7: Dados sobre grau de escolaridade

Fonte: Dados da pesquisa 2023

Ainda sobre o acesso à escola, perguntamos sobre outras dificuldades que possam ter contribuído no sentido de impedi-los de frequentá-la e o resultado das respostas são impactantes. 90% das pessoas entrevistadas revelaram que sentiam dificuldades para poder frequentar a escola por conta da luta para poder ganhar o pão de cada dia. Outro fator apontado foi a dificuldade de acesso à transporte escolar ou outras formas que lhes permitissem chegar à escola; neste sentido, afirmaram ainda que, em tempos anteriores, só existia escola na cidade sede – o que dificultava o acesso para quem morava na zona rural, diferentemente dos dias atuais. Apenas 10% alegaram que não sentiram dificuldades para frequentar a escola, como se pode ver no gráfico abaixo.

GRÁFICO 8: Dados sobre dificuldades para frequentar a escola

Fonte: Dados da pesquisa 2023

Indagamos também sobre os motivos atuais que impossibilitam e/ou dificultam o acesso e permanência nas escolas. 30% justificaram que o trabalho da pesca artesanal é muito cansativo e quando chegam em casa ainda têm os afazeres do lar. 20% alegaram a falta de transporte. Outros 20% afirmaram que têm de cuidar dos filhos e dos deveres domiciliares. Já 10% disseram não gostar de estudar e outros 10% sentem um déficit de aprendizagem, afirmam que tentaram aprender e não conseguiram. Por fim, 10% apresentam problemas psicológicos e que a medicação atrapalha o processo de aprendizagem.

GRÁFICO 9: Dados sobre dificuldade para acessar e/ou permanecer na escola



Fonte: Arquivo da pesquisa em tela 2023

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa conseguiu responder à questão norteadora deste trabalho, assim como aos objetivos gerais e específicos, conforme demonstram os resultados expostos no presente estudo. Constatamos que o processo de organização pedagógica da participação dos pescadores artesanais da RESEX Acaú/Goiana, PB, PE na porção Paraíba está presente no território na condição de ferramenta organizadora que possibilita a luta pelo acesso às políticas públicas de forma coletiva.

Como ficou constatado, a maioria das pessoas entrevistadas relataram que suas experiências com a política de participação tiveram início a partir da relação direta com o trabalho da pesca artesanal, na convivência diária na comunidade e nas relações familiares. Isto se deu principalmente com as mulheres que participam ativamente, desde a organização e cuidados da sua moradia, dos filhos e de toda a família, somada às atividades de trabalho em que muitas delas estão inseridas em associações, conselhos, e outras instituições participativas, exceto no ODE.

Em relação às instituições participativas na qual a comunidade do mar possui maior convivência, três delas se destacaram: as Colônias de Pescadores, a Associação das Marisqueiras de Acaú (AMA) e o Conselho Deliberativo da RESEX Acaú/Goiana PB, PE. Estes foram os espaços mais citados durante a entrevista com maior relevância nas relações cotidianas no território pesqueiro e na condição de facilitadoras do processo democrático no território. A partir daí, verificamos que há um imbricamento das atividades propostas por essas instituições com a rotina diária de trabalho e uso do território pesqueiro – que pode ser observado em suas reuniões e no calendário de suas atividades. Assim, toda a discussão promovida por estas instituições são de interesse direto da comunidade, despertando o desejo de participar e opinar sobre questões como a elaboração do plano de manejo, o seguro defeso entre outros.

Ao questionarmos sobre os vínculos de participação da comunidade do mar com o Orçamento Participativo, por meio da Secretária Executiva do Orçamento Democrático Estadual (SEOD), ficou demonstrado na pesquisa que existe distanciamento, uma lacuna entre as atividades desenvolvidas pelo Orçamento Democrático Estadual (ODE) e o cotidiano das desproteções sociais existentes na RESEX Acaú/Goiana PE, PB, na porção Paraíba. Com isso, verificamos que o governo do Estado precisa estar mais

presente na comunidade garantindo de fato e de direito vez e voz para a população, em conformidade com premissa estabelecida pelo ODE durante o ano inteiro, numa constante relação entre a sociedade civil e o poder público, assim como na garantia do acesso aos serviços públicos que são de responsabilidade do Estado.

Poucos entrevistados afirmaram ter participado de alguma atividade desenvolvida pelo ODE no território – um total de apenas 20%. Importante ressaltar que esta baixa participação aconteceu apenas em uma das etapas do ciclo de atividades que são as audiências regionais, momento em que os representantes da AMA receberam a visita de um membro da SEOD para explicar como se dá processo de realização das audiências promovidas pelo ODE. Acreditamos que o distanciamento da comunidade em relação ao Orçamento Democrático Estadual pode ser um dos fatores que têm invisibilizado as atividades realizadas pelo ODE, assim como pelo não conhecimento desta ferramenta de participação, conforme afirmaram 80% dos entrevistados.

O modelo de divisão de trabalho adotado no sistema de pesca artesanal na RESEX Acaú/Goiana PB, PE na porção Paraíba é, como ficou constatado, visivelmente marcado por diferenças de gênero. Essas diferenças ficaram evidentes nas falas das mulheres associadas a AMA e em algumas reuniões de outras instituições participativas em que as catadoras de mariscos alegam que os homens pescadores não as consideram como pescadoras pelo fato delas exercerem o trabalho da coleta dos mariscos na parte rasa dos rios e marés. A presença dessas mulheres questionando situações como esta – através do processo de participação nos espaços de discussões existentes no território –, têm resultado em mudanças significativas. Neste sentido, uma pequena parte dos pescadores mudaram de opinião sobre *status* da mulher e passaram a concordar que as catadoras de mariscos possam ser classificadas como pescadoras artesanais.

A força e resistência das mulheres marisqueiras e seus familiares demonstraram durante a pesquisa que a política da participação no território precisa cada vez mais ser massificada e ampliada junto à população pertencente à RESEX Acaú/Goiana, PB, PE. As marisqueiras entendem que a luta se fortalece quando os espaços de participação são ocupados pela comunidade. Mesmo o Estado da Paraíba tendo caminhado contrário ao pensamento negacionista e autoritário do Governo Federal, durante o período de 2019 a 2022, a política do orçamento participativo mantém-se

viva, através do Orçamento Democrático Estadual. Porém, a pesquisa demonstrou que existe um distanciamento e falta de vínculos do ODE com a comunidade do mar na RESEX Acaú/Goiana, PB, PE.

Por fim, outro aspecto demonstrado neste estudo é que se faz necessário trazer para os espaços de diálogos dentro do ODE a questão de gênero no contexto das comunidades pesqueiras na RESEX Acaú/Goiana PB, PE na porção Paraíba. Esta é uma ação necessária para a formulação de políticas públicas em sintonia com as especificidades da condição da mulher pescadora e do meio em que vivem. Assim, é importante que se garanta a equidade na participação feminina visando a garantia da valorização de seu trabalho como pescadoras artesanais e a reprodução sociocultural das comunidades.

RECOMENDAÇÕES

- Estabelecer ações no calendário de atividades do ODE que incluam reuniões na cidade de Pitimbu, com recorte para a comunidade do mar, para que a população possa se aproximar e conhecer mais a fundo o que é a política do Orçamento Participativo;
- Garantir a presença de representantes da SEOD nas reuniões promovidas pelas instituições participativas que dialogam com questões dos trabalhadores da pesca artesanal, do extrativismo, da agricultura e do meio Ambiente no território da RESEX Acaú/Goiana PB, PE, na porção Paraíba;
- Os órgãos responsáveis pelas políticas ambientais e educacionais devem, de forma participativa, procurar valorizar as interações que são estabelecidas entre a sociedade civil e a natureza para a implementação de uma política ecológica socialmente responsável. Com isto, visa-se a preservação do meio ambiente e a valorização do saber/fazer tradicional, reconhecendo o papel da comunidade do mar como sujeitos atuantes no modo de vida do território – podendo o ODE ser o agente condutor desse processo;
- Promover ações de caráter educativo e formativo com a comunidade do mar, sensibilizando-os sobre a importância da política do Orçamento Democrático

Estadual como via para o diálogo permanente entre o poder público, representantes da sociedade civil (conselheiros/as) e a comunidade em geral. Assim, é possível garantir sua participação na formulação das peças orçamentárias evidenciando suas demandas e prioridades;

- Garantir nos assentos dos conselhos do ODE a ocupação das cadeiras com cotas por recorte dos seguimentos sociais, a exemplo dos quilombolas, indígenas, povos tradicionais, comunidades ribeirinhas, grupos LGBTQIAP+, mulheres, pessoa com deficiência entre outros para que o processo de governança se torne ainda mais democrático.
- Formação e Educação: realizar programas de formação e educação continuada junto a comunidade do mar para que possam compreender melhor o *modus operandi* do Orçamento Democrático e como eles podem contribuir. Isso pode incluir *workshops*, seminários e materiais educativos.
- Associações e Cooperativas: essas entidades podem ajudar a mobilizar os membros da comunidade e a representar os interesses da comunidade pesqueira de forma mais eficaz junto ao ODE;
- Reuniões e assembleias locais: realizar reuniões e assembleias locais é uma maneira eficaz de discutir as necessidades e prioridades específicas da comunidade de pescadores. Isso permite que eles consolidem suas demandas antes de participar das assembleias do Orçamento Democrático.
- Participação nas assembleias do Orçamento Democrático: os pescadores artesanais devem participar ativamente das assembleias regionais do Orçamento Democrático onde podem apresentar suas demandas e votar em projetos de interesse para a pesca artesanal;
- Comunicação: é importante usar a mídia local e as redes sociais para comunicar suas necessidades e acompanhar o progresso das decisões tomadas no Orçamento Democrático.

- Parcerias e alianças: estabelecer parcerias com outras organizações com interesses semelhantes, como ONG's ambientais ou grupos de Direitos Humanos pode fortalecer a capacidade de influenciar o processo da política de participação desenvolvida pelo ODE;
- Acompanhamento e prestação de contas: após as decisões do Orçamento Democrático, os pescadores podem acompanhar de perto a implementação dos projetos aprovados e garantir que os recursos sejam utilizados de acordo com as prioridades estabelecidas.

Essas estratégias pedagógicas e de organização são fundamentais para garantir que os pescadores artesanais do litoral sul da Paraíba tenham uma participação efetiva no Orçamento Democrático Estadual. Elas podem ajudar a promover o desenvolvimento sustentável e atender às necessidades específicas dessa comunidade – tendo em vista que certa de 80% dos entrevistados para esta pesquisa afirmaram que não conhecem a política de participação do ODE em seu território; mesmo participando de outras instâncias participativas, a exemplo da RESEX Acaú/Goiana entre outras.

REFERÊNCIAS

- ALCÂNTARA, L. M. E.; DUARTE, F. G. Manifestações das desproteções sociais: relações entre o neoliberalismo e a (des) proteção social. **O Social em Questão** - Ano XXII - nº 45 - Set a Dez/2019.
- AMORIM, R. L.; GICO, V. V. Orçamento Democrático Estadual: uma estratégia para gestão pública. **Revista Grafia**, v. 14, n. 1, p. 123-145, 2017.
- ANDRADE, F. S.; BLUME, L. H. S. **As mulheres marisqueiras em Ilhéus-BA: mudanças e permanências nos modos de vida e trabalho, 1980- 2004**. In: XII SEMINÁRIO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA UESC, 2006. p. 373-373.
- ANDRADE, Nilton de Aquino. **Contabilidade Pública na Gestão Municipal**. 3º Ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- ANTUNES, R. Fordismo, Toyotismo e acumulação flexível. In: **Adeus ao trabalho? ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho**. 16 ed. São Paulo: Cortez, 2015.
- ABERS, R. N. **Inventing local democracy: grassroots politics in Brazil**. Boulder: Lynne Rienner Publishers, 2000.
- ALLEGRETTI, G.; HERZBERG, C., **El retorno de las carabelas**. Los presupuestos participativos de América Latina en el contexto europeo. Amsterdam/Madri: TNI Working Paper/FMI, 2004.
- ALMEIDA, Humberto Mariano. Participação e representação popular. **Revista Imes**, São Paulo, p. 26 a 31, 2004. Disponível em: <file:///E://Downloads/772-2682-1-PB.pdf> Acesso em: 02 de outubro de 2022.
- AVRITZER, L. WAMPLER, B. Públicos participativos: sociedade civil e novas instituições no Brasil democrático. In: COELHO, S. P; NOBRE, M. (Org.). **Participação e deliberação**. São Paulo: Editora 34, 2004.
- AVITRIZER, Leonardo. Cultura Política, Atores Sociais e Democratização. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, n.28, jul, 1995.
- AVRITZER, L. Democratization and changes in the pattern of association in Brazil. **Journal of Interamerican Studies and World Affairs**, vol. 42, n. 3, 2000.
- AVRITZER, L. As Instituições Participativas e desenho institucional: algumas considerações sobre a variação da participação no Brasil democrático. **Opinião Pública**, vol.14, n.1, junho. 2008, p. 43-64.
- AVITRIZER, Leonardo (Org). **Participação em São Paulo**: Ed. Unesp, 2004.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1979.

BAIOCCHI, G. **Militants and citizens**: the politics of participation in Porto Alegre. Stanford: University Press, 2005.

BAIOCCHI, G. Participation, activism and politics. In: FUNG, A. and WRIGHT, E. **Deepening democracy**: institutional innovations in empowered participatory governance (Real Utopias Project). London: Verso, 2003.

BEGOSSI, A. **Fishing Actives and Strategies at Búgios Island (Brazil)**. IN: Fisheries Resource Utilization and Policy. Athens, Greece. 1992.

BEHRING, E. R. **Controle social**: histórico e estratégias de aprimoramento. Disponível em: <www.cfess.org.br/>. Acesso em: 18 jan. 2004. (Texto preparado para a III Conferência Nacional de Assistência Social, 2001).

BENEVIDES, M. V. De M. **A cidade ativa**: referendo plebiscito e iniciativa popular. São Paulo: Africa, 1991.

BORDANAVE, Juan E. Diaz. **O que é participação**. 6º ed. São Paulo: Editora brasiliense, 1983. Disponível em: <http://msmf.concatena.org/wp-content/uploads/sites/26/2013/05/BORDANAVE-D.-O-que-%C3%A9-participa%C3%A7%C3%A3o-2.pdf>. Acesso em outubro de 2022.

BOECHAT, Rosane Aparecida. **Pesquisa e educação a distância**. 2014 p. 80 a 99.

BRASIL. Presidência da República. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, Casa Civil, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm> Acesso em: 20 de setembro de 2022.

BRASIL. Presidência da República. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, Casa Civil, 1988. Disponível em Participação Social — Português (Brasil) (www.gov.br) > Acesso em: 20 de setembro de 2022.

BRASIL. Lei nº 13.902, 13 de novembro de 2019. Dispõe sobre a política de desenvolvimento e apoio às atividades das mulheres marisqueiras. Diário Oficial da União: Seção 1, Brasília, DF, página 1, 14 nov. 2019.

BRASIL. Decreto nº 4.340, de 22 de agosto de 2002, que regulamenta artigos da Lei n. 9.985, de 18 de julho de 2000, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC. Brasília, 2002.

BRASIL. Decreto s/nº de 26 de setembro de 2007. Cria a Reserva Extrativista Acaú-Goiana, nos Municípios de Pitimbu e Caaporã, no Estado da Paraíba, e Goiana, no Estado de Pernambuco, e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/dnn/dnn11351.htm. Acesso em: mar 2023.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. A participação social e a ação pedagógica na implementação da unidade de conservação. SÉRIE EDUCAÇÃO AMBIENTAL E COMUNICAÇÃO EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO 2. BRASÍLIA, 2015.

BRASIL. Resolução CNAS nº 33 de 12 de dezembro de 2012. Norma Operacional Básica, Brasília/DF. MDS 2012.

Disponível em: <<https://www2.mppa.mp.br/data/files/05/07/30/24/72649710AAB61497180808FF/9.4%20Norma%20Operacional%20Basica%20NOB%20-%20Suas.pdf>>

_____. Dez anos do sistema nacional de unidades de conservação da natureza: lições do passado, realizações presentes e perspectivas para o futuro. Brasília: MMA, 2011.

_____. Estratégia nacional de comunicação e educação ambiental no Snuc. Brasília: MMA, 2009.

_____. Informe nacional sobre áreas protegidas no Brasil. Brasília: MMA, 2007. (Áreas Protegidas do Brasil, 5). Disponível em: . Acesso em: mar. 2015.

CAVALCANTI, J. A. S. e WANDERLEY, B. E. B. Os pescadores e pescadoras artesanais em tempos de Covid-19. **Revista Pegada**, v. 21, n. 2, 2020.

Cavalcanti, D.R.M. Entre a casa e a pesca: discutindo gênero e pesca feminina no litoral Paraibano. **Fazendo Gênero – Corpo, Violência e Poder**, v.8, p. 1-6, 2008.

CARVALHO, Antônio Ivo de. **Conselhos de saúde no Brasil: participação cidadã e controle social**. Rio de Janeiro: FASE, 1995.

CARVALHO, C. M.; ARAUJO, G. J. F. O Orçamento Participativo: Avanços e Desafios do Orçamento Participativo de Araraquara em Direção à Ampliação da Cidadania Local. **GES- Revista Gestão e Sociedade CEPEAD /UFMG** vol.4, nº7, Jan/Abr 2010.

CRUZ, Valter do Carmo. Povos e comunidades tradicionais. In: CALDART, Roseli Salete; PEREIRA, Isabel Brasil; ALENTEJANO, Paulo; FRIGOTTO, Gaudêncio. **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

DE LA FUENTE, A.; LOPEZ-CALVA, L. F.; REVI, A. **Assessing the relationship between natural hazards and poverty: A conceptual and methodological proposal**. Document Prepared for ISDR-UNDP Disaster Risk-Poverty Regional Workshops in Bangkok, Thailand and Bogotá, Colombia, 10-11 June 2008. Bangkok, Thailand: ISDR-UNDP, 2008.

DIEGUES, A. C. S. **Pescadores, camponeses e trabalhadores do mar**. São Paulo, Ed. Ática, 1983.

DIEGUES, A. C. **O mito moderno da natureza intocada**. São Paulo: Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre populações humanas e áreas úmidas brasileiras (NUPAUB) – USP/Hucitec, 2008.

DIEGUES, A. C. **Pesca e marginalização no litoral paulista**. 1973. 187p (Dissertação Mestrado em Ciências Sociais) – FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS.

FEDDOZI, L. Orçamento Participativo de Porto Alegre: Gênese, avanços e limites de uma ideia que se globaliza. **Cidade, comunidades e território**. n. 18, 2009, p. 41-57.

FERNÁNDEZ, E.G.; FORTES, B.G., **Control político y participación em democracia**: los presupuestos participativos. Córdoba: Fundación Alternativas, 2008.

FEDOZZI, Luciano. **Orçamento participativo (OP) alia democracia, cidadania ativa e justiça urbana**. Entrevista cedida ao site Observatório das metrópoles. 29/06/2023. Disponível em: <https://www.observatoriodasmetrolopes.net.br/orcamento-participativo-op-alia-democracia-cidadania-ativa-e-justica-urbana/>. Acesso em: 03/08/2023.

FLICK, U. **Introdução à pesquisa qualitativa** (3ª ed.). Porto Alegre: Artmed, 2009.

FORTES, João. **Contabilidade pública**: Teoria e Prática. 9ª Ed. Brasília; Franco e Fortes, 2005.

FREEDEN, M. **Ideologia and political theory**: a conceptual approach, Oxford, Clariden, 1996.

FREIRE, P. **À Sombra desta Mangueira**. São Paulo: Olho d'Água, 2000a.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

GEORGE, P. **Os Métodos da Geografia**. São Paulo: Difel, 1972.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. (5ª. Ed.). São Paulo: Atlas, 1999.

GOHN, Maria da Glória. **História dos movimentos e lutas sociais**: a construção da cidadania dos brasileiros. São Paulo: Loyola, 1995.

GOHN, Maria de Glória. Mulheres – atrizes dos movimentos sociais: relações político-culturais e debate teórico no processo democrático. **Revista Política e Sociedade**, Santa Catarina, n. 11, p. 41 a 70, 2007. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/politica/article/download/.../1200>> Acesso em: 25 de setembro de 2022.

HOBBS, Thomas. **Leviatã**. São Paulo: Nova Cultural, 1997.

HOUAISS, A. **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2001.

KOGA, D. & NAKANO, K. Perspectivas territoriais e regionais para políticas públicas brasileiras. **Revista Serviço Social e Sociedade**, n. 85, Cortez, 2006.

KOGA, D. **Medida das cidades**. São Paulo: Cortez, 2011.

KOGA, D. **Medidas de cidades entre territórios de vida e território vividos**. São Paulo. Cortez, 2003.

KOGA, D. O território para além das medidas e conceitos: a efetivação na política de assistência social. In: YAZBEK, Maria Carmelita. **Cidades e questões sociais**. São Paulo: Cortez, 2009, p. 40 a 51.

WAMPLER, B. A difusão do Orçamento Democrático Participativo brasileiro: boas práticas devem ser promovidas? **Opinião Pública**, vol. 14, n.1, junho, 2008 p. 43-64.

KOWARICK, L.; SINGER, A. A experiência do Partido dos Trabalhadores na Prefeitura de São Paulo. **Novos Estudos CEBRAP**, 35, 205-220, 1993.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Mapa de Solos do Brasil do IBGE escala 1:250.000 - Base 2022**. Disponível em: https://geofp.ibge.gov.br/informacoes_ambientais/pedologia/mapas/escala_250_mil/. Acesso em: fev 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **IBGE Cidades – Pitimbu**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pb/pitimbu/panorama>. Acesso em: fev 2023a.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **IBGE Cidades – Goiana**. Disponível em <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pe/goiana/panorama>. Acesso em: fev 2023b.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **IBGE Cidades – Caaporã**. Disponível em <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pb/caapora/panorama>. Acesso em: fev 2023c.

INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS - IBAMA (2002) – Processo nº 2001.000442/02-71-2002 - **Solicitação da Criação da Reserva Extrativista Marinha: RESEX**. Brasília, DF, Brazil 2002.

INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS – IBAMA. **Diagnósticos Socioeconômico, ambiental e biológico da região dos rios Goiana e Megaó – PE/PB**. João Pessoa, 2006. 52p.

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE – ICMBio. **Sumário Executivo do Plano de Ação Nacional para Conservação das Espécies Ameaçadas e de Importância Socioeconômica do Ecossistema Manguezal**. Brasília, 2015. 9 p. Disponível em: <https://www.gov.br/icmbio/pt->

br/assuntos/biodiversidade/pan/pan-manguezal/1-ciclo/panmanguezal-sumario.pdf
Acesso em: fev 2023.

LAVINAS, L. Pobreza e exclusão: traduções regionais de duas categorias da prática. **Econômica**, v. 4, n. 1, p. 25-59, junho, 2003

LEFEBVRE, Henri. **A produção do espaço**. (Tradução não publicada). Belo Horizonte: UFMG, 2006 [1974].

LESSA, S.; TONET, I. A relação do homem com a natureza: O trabalho. In: LESSA, S.; TONET, I. **Introdução a Filosofia de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2011. p.11-22.

LIMA, M. E. A. **Gestão participativa na reserva extrativista Acaú-Goiana**: o papel da comunidade de Acaú – PB. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Pernambuco, CFCH. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente, Recife, 2016.156 f.

LOPES, V. M; GIRÃO, O; RIBEIRO, S. C. Etnoecologia do Litoral Norte de Pernambuco: Município de Goiana. **Espaço Aberto, PPGG - UFRJ**, Rio de Janeiro, V. 11, N.1, p. 81-98, 2021.

LYRA, T. M; BEZERRA, A. C. V; ALBUQUERQUE, M. S. V. Os desafios dos Polos de Desenvolvimento na perspectiva dos atores sociais locais de Goiana, Pernambuco. **Physis Revista de Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, 25 [4]: 1117-1139, 2015.

LUKÁCS, G. **Prolegômenos para uma Ontologia do Ser Social**. Boitempo, São Paulo, São Paulo, 2010.

MACÊDO, Jackson Azevedo de. **As mudanças metodológicas do orçamento participativo de João Pessoa, suas causas e efeitos (2013-2020 - João Pessoa, 2022.**

MACHADO, M. C. **Mapeamento Cultural e Gestão Territorial de Terras Indígenas**: O uso dos Etnomapas. 2014. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Departamento de Geografia, Universidade de Brasília, 2014.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Textos sobre educação e ensino**. Tradução de Rubens Eduardo. São Paulo: Centauro, 2004.

MARX, Karl. **Os despossuídos**: debates sobre a lei referente ao furto da madeira. São Paulo: Boitempo; 2017.

NASCIMENTO, Carlos Henrique de Vasconcelos. **Conhecimento ecológico local dos pescadores da RESEX Acaú-Goiana no Nordeste brasileiro**: contribuição para gestão compartilhada ao território pesqueiro. UFPE- 2021.

MATOS, M. C. de; LEAL, M. C. **Política social, família e juventude**: uma questão de direitos. 4 ed. São Paulo: Cortez, 2009, p. 167 a 188.

Ministério do Meio Ambiente. **Unidades de Conservação do Brasil. Reserva Extrativista Acaú-Goiana**. Disponível em: <<https://uc.socioambiental.org/pt-br/arp/4866>>. Acesso em: 17/07/2022.

MALDONADO, Simone C. **Pescadores do Mar**. Ed. Ática. 1986.

MALDONADO, Simone C. **Mestre e mares: espaço e indivisão na pesca marítima**. 2. ed. São Paulo: ANNABLUME, 1994.

MANTOVANELI, O. **Gestão Estratégica, Políticas Públicas e Sustentabilidade: um outro olhar sobre o orçamento participativo**. Araraquara s.n, 2001.

MEDEIROS, P. A., VASCONCELOS, P. H. N., SILVA, E. L. P. Proteção social na crise sanitária e humanitária da COVID-19 nos territórios de pesca artesanal na Resex Acaú-Goiana, Paraíba, Pernambuco – BRASIL, **Rima**. v5. n1. 2023. e218.

MELUCCI, Alberto. **A invenção do presente: movimentos sociais nas sociedades complexas**. Petrópolis: Vozes, 2001.

MONTESQUIEU. **Do espírito das leis**. São Paulo: Martin Claret, 2002.

MINAYO, M. C. S. Ciência, técnica e arte: o desafio da pesquisa social. In: MINAYO, Maria. C. S (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001. p. 09-29.

NEVES, Ângela Vieira. **Cultura Política e Democracia Participativa: um estudo sobre o orçamento participativo**. Rio de Janeiro: Gramma, 2008.

NEVES, Ângela Vieira. **Democracia e Participação social: Desafios contemporâneos**. Editora Papel Social, São Paulo, 2016.

NYLEN, W R.: **Participatory Democracy versus Elitist Democracy: Lessons from Brazil**. New York Palgrave Macmillan, 2003.

ORÇAMENTO Democrático Estadual 8 Anos: A voz do trabalho. João Pessoa: Antares comunicação, 2018.

OLIVEIRA, M. L. L. **Transformação das desigualdades de gênero? Narrativas da vida cotidiana e empoderamento de mulheres de assentamentos do Cariri paraibano**. 2007. Dissertação de Mestrado em Educação – Centro de Educação da Universidade Federal da Paraíba, 2007.

PAULA, A. P. P. de. Administração pública brasileira entre o gerencialismo e a gestão social. **Revista de administração de empresas**, v. 45, n. 1, p. 36-49, 2005.

PARAÍBA. Decreto nº 43.459, de 07 de março de 2023. **Diário Oficial [da] Paraíba, Poder Executivo**, João Pessoa, PB, 08 mar.

PARAÍBA. Decreto nº 43.460, de 07 de março de 2023. **Diário Oficial [da] Paraíba**, Poder Executivo, João Pessoa, PB, 08 mar.

PARAÍBA. **Cartilha Orçamento Democrático Estadual**. Secretaria de Estado do Planejamento e Gestão. João Pessoa, 2011.

PARAÍBA. **Cartilha Orçamento Democrático Estadual**. Secretaria de Estado do Planejamento e Gestão. João Pessoa, 2017.

PARAÍBA. **Cartilha Orçamento Democrático Estadual**. Secretaria de Estado do Planejamento e Gestão. João Pessoa, 2018.

PARAÍBA, Secretaria de Estado do Planejamento e Gestão. **Guia do Orçamento Democrático Estadual**: Princípios, funções e etapas. Seplag, Orçamento Democrático Estadual, João Pessoa, 2011.

PARAÍBA, Secretaria de Estado do Planejamento e Gestão. **Guia metodológico orçamento democrático municipal**: Princípios, funções e etapas. Seplag, Orçamento Democrático Democrático Estadual, João Pessoa, 2017.

PEREIRA, Wanessa Leandro. **O DESAFIO DA PARTICIPAÇÃO SOCIAL NA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**: A atuação das lideranças comunitárias no município de Bayeux-PB. UFPB, 2015.

PIRES, V. "Limites e Potencialidades do Orçamento Participativo." Revista ABOP (Associação Brasileira de Orçamento Público), vol. 43, nº43, 2002.

PIRES, Valdemir. **Orçamento Participativo**: o que é, para que serve, como se faz. São Paulo: Manole, 2001.

PIRES, Valdemir. **Participação da Sociedade nos processos orçamentários: a experiência brasileira recente**. Monografia vencedora do V Prêmio de Monografia do Tesouro Nacional (2000) 1º lugar/ Tema: Elaboração e Execução Orçamentária e Financeira 2 de setembro de 2000. Disponível em: Acesso 26 fev. de 2014.

PIRES, José Santo Dal Bem. **Proposta de Modelo de Orçamento Baseado em Desempenho Acadêmico para as Universidades Públicas do Estado do Paraná**. 2005. 259 f. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2005.

POLITIZE. **Orçamento Participativo**: como funciona e como participar. 2016. Disponível em: <http://www.politize.com.br/orcamentoparticipativo-como-funciona/>>. Acesso em: 02 ago. 2022.

QUEIROZ, T. A. N. **Espaço geográfico, território usado e lugar**: ensaio sobre o pensamento de Milton Santos. Para Onde!?, 8(2), 154-161. Porto Alegre-UFRS, 2014.

QUINTAS, J.S. **Introdução à gestão ambiental pública**. 2. ed. revista. Brasília: Ibama, 2006.

QUINTAS, J.S. **Educação no processo de gestão ambiental pública: a construção do ato pedagógico: crise ambiental ou crise civilizatória?** Brasília, 2008. Disponível em: <www.icmbio.gov.br>. Acesso em: ago. 2023.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993

RAMOS, I, F de. LEAL, R. X. **Orçamento Democrático do Estado da Paraíba: Uma análise longitudinal de 2011-2018**. Repositório IFPB, João Pessoa. 2018.

RAICHELIS, Raquel. **Esfera Pública e Conselhos de Assistência Social: Caminhos da Construção Democrática**. São Paulo: Cortez, 1988.

RATZEL, F. **La géographie politique**. Paris: Fayard. (1987 [1897]).

REDE BRASILEIRA DE ORÇAMENTO PARTICIPATIVO. **Cidades Participantes**. Disponível em<http://www.redeopbrasil.com.br/home/index.php?option=com_content&view=article&id=70&Itemid=71>. Acesso em: 02/03/2022.

RIBEIRO, Ana Clara Torres. **Teorias da ação**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2014.

RODRIGUES, G.G.; SOUZA, A. E. V. N.; LIMA, M. E. A., CIDREIRA-NETO, I. R. G. C.; da Silva Leite, J. K., NASCIMENTO, D. M., HARDER, E., CASTRO, A. E. Território, paisagens e identidades culturais em uma reserva extrativista marinha do Nordeste brasileiro. **Revista Movimentos Sociais E Dinâmicas Espaciais**, v. 6, n. 1, p. 235- 242. 2017

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Do contrato social**. São Paulo: Nova Cultural, 1999.

SANTOS, B. de S. “**Participatory Budgeting in Porto Alegre: Toward a Redistributive Democracy**”. *Politics and Society*, vol.4, 1998.

SANTOS, Milton. **Espaço e Método**. São Paulo: Nobel, 1985.

SANTOS, Milton. **Território e sociedade: entrevista com Milton Santos**. 2. ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramos, 2007.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, María Laura. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: Do pensamento único a consciência universal**. Record. Rio de Janeiro, 2001.

SANTOS, Milton. O retorno do território. In: SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia; SILVEIRA, María Laura. **Território: globalização e fragmentação**. São Paulo: Hucitec, 1994.

SERAFIM, Lizandra. **Participação no Governo Lula: as pautas da reforma no Ministério das Cidades (2003-2010)**. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) –

Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, 2013.

SERAFIM, Lizandra; TEIXEIRA, Ana Cláudia C. Controle Social das Políticas Públicas. **Representação Popular na Construção do Poder Local** – Instituto de Estudos, Formação e Assessoria em Políticas Públicas, São Paulo: n. 29, p. 1-4, 2008.

SILVA, Emanuel Luiz Pereira da. **Da casa ao mangue: abordagem socioecológica do processo de trabalho das marisqueiras do estuário do Rio Paraíba-PB**. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Serviço Social), UFPB, 2011.

SILVA, Emanuel Luiz Pereira da; MEDEIROS, Patrícia Albuquerque; VASCONCELOS, Pablo Henrique do Nascimento; SILVA. Proteção social na crise sanitária e humanitária da COVID-19 nos territórios de pesca artesanal na Resex Acaú-Goiana, Paraíba, Pernambuco - BRASIL. **RIMA**. V.5, n.1, 2023, DOI: 10.52664/rima.v5.n1.2023.e218. Disponível em: <https://caroa.org.br/revista/index.php/rima/article/view/210/172>. Acesso em: 22/04/2023.

SILVA, E. L. P.; CONSERVA, M. S.; OLIVEIRA, P. Socioecologia do processo de trabalho das pescadoras artesanais do Estuário do Rio Paraíba, Nordeste, Brasil. **Ecologi@**, n. 3, p. 47-61, 2011.

SILVA, E. L. P da. **Territorialidades e Proteção Social: conflitos Socioambientais Indígenas Vivenciados na Pesca Artesanal no litoral norte da Paraíba**. 229 f. 2016. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Faculdade de Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2016.

SILVA JÚNIOR, E. J da. **A Contribuição da Democracia Participativa na Construção de Outro Modelo de Gestão Pública: A implantação do orçamento democrático no estado da Paraíba, (2011 a 2014)** – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2014.

SILVA, R. G. C. **Dinâmicas territoriais em Rondônia: conflitos na produção e uso do território no período de 1970-2010**. 178p. 2010. Tese (Doutorado em Geografia Humana) Instituto de Geografia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

SILVA, S. M. **Território pesqueiro de uso comum: Conflitos, resistência, conquistas e desafios na Reserva Extrativista Acaú-Goiana/PB-PE**. 270f. Tese (Doutorado). Universidade Federal de Pernambuco. Recife-PE. 2017.

SILVA, Lino Martins da. **Contabilidade Governamental: Um enfoque administrativo**. 7.ed. São Paulo: Atlas, 2004.

SINTOMER, Y.; HERZBERG, C.; RÖCKE. BUDGETING IN EUROPE: Potentials and Challenges”. **International Journal of Urban Regional Research**. v. 32, n. 1, pp. 164-178, Berlin, 2008.

SINTOMER, Y. e BACQUÉ, M.-H. (orgs.). **Gestion de proximité et démocratie participative**: une perspective comparative. Paris: La découverte, 2005.

SCHMIDT, Carlos Borges. **Alguns aspectos da pesca no Litoral Paulista**. São Paulo: DEALUS, FFLCH-FIL, 1948.

SMITH, C. L.; HANNA, S. S. Measuring fleet capacity and capacity utilisation. **Canadian Journal of Fisheries and Aquatic Sciences**, n. 47, p. 2085- 2091, 1990.

SOUZA, Rodriane de Oliveira. Participação e controle social. In: SALES, M. A.; MATOS, M.C. de; LEAL, M. C. **Política social, família e juventude**: uma questão de direitos. 4 ed. São Paulo: Cortez, 2009, p. 167 a 188.

SOUSA, A. M. V.; BEZERRA, A. C. V.; LYRA, T. M; ALBUQUERQUE, M. S. V. Problemas e conflitos socioambientais no litoral do Município de Goiana, Pernambuco. **Revista Brasileira de Geografia Física**, v. 10, n. 6, p. 1934-1947, 2017.

SPOSATI, A. et al. **Assistência na trajetória das Políticas Sociais Brasileiras**: uma questão em análise. São Paulo: Editora Cortez, 2008.

TARGINO, Gekbede Dantas. **Sobre as águas**: a tradição e a pesca artesanal em três comunidades da Reserva Extrativista Acaú-PB/Goiana-PB. 2012. 254 f. Tese (Doutorado em Sociologia) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2012

THOMPSON, Paul. **A voz do passado**. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

URB-AL - **Seminário Financiamento Local e Orçamento Participativo**. Rede 9. Documento Base, 2006 (mimeo).

WAMPLER, B.; AVRITZER, L. **Participatory publics**: civil society and new institutions. *Comparative Politics*, New York, v. 1, p. 1, 2004.

WAMPLER, B. e AVRITZER, L. Públicos Participativos: Sociedade Civil e Novas Instituições no Brasil Democrático. **Política Comparada**, Campinas 36, 291-312. 2004.

WAMPLER, BRIAN. Difusão do Orçamento Participativo brasileiro: “boas práticas” devem ser promovidas? **Opinião Pública**, Campinas, v. 14, n. 1, p. 65-95, jun. 2008.

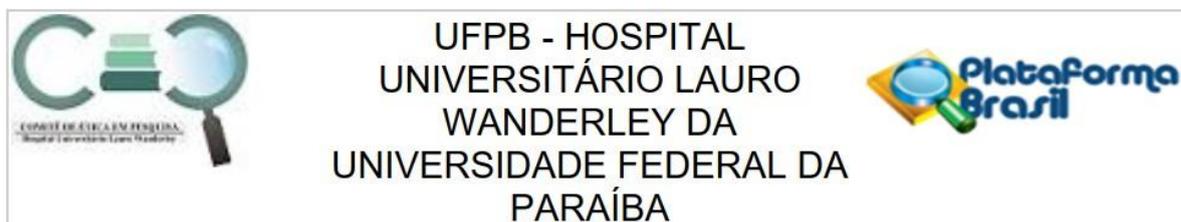
WANDERLEY, Mariângela Belfiore. **Metamorfose do Desenvolvimento de Comunidade**. São Paulo: Cortez Editora, 1993.

WANDERLEY, Luiz Eduardo. Desafios de uma gestão pública democrática na integração regional. **Revista Serviço Social e Sociedade**. São Paulo. n. 78. Cortez, jul, 2004.

VALLA, V. V. & STOTZ, E. N. Apresentação. In: **Participação Popular, Educação e Saúde**: Teoria e Prática (V. V. Valla & E. N. Stotz,orgs.), ática. p. 3-6, Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1997.

ZALUAR, A. (Org.). **Desvendando Máscaras Sociais**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1975.

ANEXO A – PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: Pedagogia da Participação dos Pescadores Artesanais da RESEX Acau/Goiana, PB,PE: Um estudo sobre o Orçamento Democrático Estadual

Pesquisador: JOSE ADRIANO DE ARAUJO PEREIRA

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 69718023.0.0000.5183

Instituição Proponente: Universidade Federal da Paraíba

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 6.133.426

Apresentação do Projeto:

Trata-se da apresentação da versão_2 do projeto de pesquisa, com respostas às pendências apresentadas no parecer nº 6.104.725, emitido anteriormente pelo CEP/HULW.

É um projeto de Mestrado, vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, da UFPB, do pesquisador José Adriano de Araújo Pereira, sob orientação do professor Dr. Emanuel Luiz Pereira da Silva.

Tem como objetivo analisar a Pedagogia da Participação dos Pescadores artesanais na Resex Acaú/Goiana PE, PB: Um estudo sobre o Orçamento Democrático Estadual -ODE, a partir do processo de organização sócio territorial e político, junto a sociedade civil representada pelos pescadores artesanais da Associação de Marisqueiras de Acaú, dando visibilidades as expressões da

questão social, como sujeitos ativos no processo de cogestão. É uma pesquisa de campo de caráter qualitativo, com aplicação de entrevista semiestruturada e observação participante. Reconhecemos que as políticas públicas são de competência do Estado e envolvem relações de reciprocidade e antagonismo com a sociedade civil e que sua participação se torna fundamental para a consolidação da dimensão efetivamente pública. Ou seja, a ODE precisa garantir a participação da sociedade civil junto às ações do Governo da Paraíba, como via de acesso às políticas públicas e sociais, assim como prevê a constituição de 1988.

Vigência do Projeto: Até dezembro de 2023.

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Primário:

Analisar o processo da pedagogia de participação da sociedade civil, através das dinâmicas territoriais das pescadoras artesanais e suas famílias inseridas na Associação de Marisqueiras de Acaú pertencentes a RESEX Acaú/Goiana na porção Paraíba e a possível existência de vínculos com o Orçamento Democrático Estadual no território de vivência.

Objetivo Secundário:

Identificar como acontece o processo pedagógico da política de participação, representação, mobilização e da cultura política das pescadoras e suas famílias através da Associação das Marisqueiras de Acaú -AMA, inseridas na RESEX Acaú/Goiana na porção Paraíba; Investigar se existe vínculos de participação e reconhecimento entre as pescadoras artesanais e suas famílias com o Orçamento Democrático Estadual na RESEX Acaú/Goiana, porção Paraíba, através da AMA; Dar visibilidade às expressões da questão social das pescadoras artesanais e suas famílias inseridos da AMA da RESEX Acaú/Goiana na porção Paraíba, no que afetam diretamente os direitos sociais de cidadania e a garantia de sobrevivência nos territórios de vivência;

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos:

Possibilidades de abaixo e/ou médio risco, podendo não se sentirem confortáveis para responder algumas questões, que possam apresentar algum de tipo de desconforto, pessoal, emocional e ou social, onde nos comprometemos em respeitar a decisão do participante em dar continuidade, ou desistência da

entrevista, sem que lhe traga nenhum tipo de constrangimento.

Benefícios:

Contribuir para o fortalecimento da política de participação social juntos aos pescadores e pescadoras artesanais; Dar visibilidade às expressões da questão social no território de vivência no que afetam diretamente os direitos sociais, de cidadania e a garantia de sobrevivência local Fortalecer o protagonismo dos sujeitos entrevistados, através da devolutiva dos resultados, visto que a pesquisa apresenta uma discussão atual e inovadora, tornando-se fonte de pesquisa para novos estudos, assim como, para atuação da gestão pública no território de vivência e para a comunidade pesqueira.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

O pesquisador apresentou Carta Resposta com esclarecimentos sobre as pendências elencadas pelo CEP, a seguir:

Pendência (1) -Solicitamos que o pesquisador reveja ou esclareça o desenho metodológico (tipo de pesquisa e método de análise) tendo em vista que relata ser uma pesquisa qualitativa, porém o instrumento de coleta de dados embasa uma pesquisa quantitativa, com questões fechadas/objetivas:

RESPOSTA DO PESQUISADOR: Optamos em reformular o instrumento de pesquisa, alterando as questões fechadas/objetivas, por questões abertas, conforme anexo na plataforma.

Pendência (2) Esclarecer a população do estudo: Serão entrevistados 10 pescadores/as artesanais, identificado/as como lideranças apontadas pela Associação de Marisqueiras de Acaú -PB. A AMA apresenta o número de 600 associados. O critério de escolha das lideranças deu-se por estes apresentarem maior capilaridade com o território de vivência dos pescadores de artesanais e suas famílias.

Pendência (3) Esclarecer melhor os critérios de exclusão: Não se aplica.

Pendência (4) Ajustar o cronograma para o início da coleta de dados iniciar após a aprovação do CEP/HULW: O cronograma foi alterado, tendo a previsão de início da coleta dos dados, conforme documento anexado na Plataforma Brasil.

AVALIAÇÃO: Todas as Pendências foram atendidas pelo pesquisador.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Todos os documentos de inclusão obrigatória na presente versão do protocolo de pesquisa foram apresentados, conforme recomendações contidas na Resolução CNS nº 466/2012 do MS, a saber: TCLE, Carta de Anuência, Carta-Resposta, Termos de compromisso e Responsabilidade, Folha de rosto, Cronograma, projeto completo, Certidão de aprovação do projeto, termos de compromisso financeiro e PB Informações básicas.

Recomendações:

Recomenda-se ao pesquisador responsável a MANTER A METODOLOGIA PROPOSTA E APROVADA PELO CEP-HULW.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Considerando que o pesquisador atendeu adequadamente às recomendações feitas por este Colegiado em parecer anterior a este, e que o estudo apresenta viabilidade ética e metodológica, estando em consonância com as diretrizes contidas na Resolução 466/2012, do CNS/MS, somos favoráveis ao desenvolvimento da investigação.

Considerações Finais a critério do CEP:

Ratificamos o parecer de APROVAÇÃO do protocolo de pesquisa, emitido pelo Colegiado do CEP/HULW, em 'Ad Referendum'.

OBSERVAÇÕES IMPORTANTES PARA O(S) PESQUISADORES

O participante da pesquisa e/ou seu responsável legal deverá receber uma via do TCLE na íntegra, com assinatura do pesquisador responsável e do participante e/ou responsável legal. Se o TCLE contiver mais de uma folha, todas devem ser rubricadas e com aposição de assinatura na última folha.

O pesquisador deverá manter em sua guarda uma via do TCLE assinado pelo participante por cinco anos.

O pesquisador deverá desenvolver a pesquisa conforme delineamento aprovado no protocolo de pesquisa e só descontinuar o estudo somente após análise das razões da descontinuidade, pelo CEP que o aprovou, aguardando seu parecer, exceto quando perceber risco ou dano não previsto ao sujeito participante ou

quando constatar a superioridade de regime oferecido a um dos grupos da pesquisa que requeiram ação imediata.

Lembramos que é de responsabilidade do pesquisador assegurar que o local onde a pesquisa será realizada ofereça condições plenas de funcionamento garantindo assim a segurança e o bem-estar dos participantes da pesquisa e de quaisquer outros envolvidos.

Eventuais modificações ao protocolo devem ser apresentadas por meio de EMENDA ao CEP/HULW de forma clara e sucinta, identificando a parte do protocolo a ser modificada e suas justificativas.

O pesquisador deverá apresentar o Relatório PARCIAL E/OU FINAL ao CEP/HULW, por meio de NOTIFICAÇÃO online via Plataforma Brasil, para

APRECIÇÃO e OBTENÇÃO da Certidão Definitiva por este CEP. Informamos que qualquer alteração no projeto, dificuldades, assim como os eventos adversos deverão ser comunicados a este Comitê de Ética em Pesquisa através do Pesquisador responsável uma vez que, após aprovação da pesquisa o CEP-HULW torna-se co-responsável.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Aquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BASICAS_DO_PROJETO_2129052.pdf	16/06/2023 13:59:25		Aceito
Outros	CARTARESPPOSTAAOCEP.doc	16/06/2023 13:44:30	JOSE ADRIANO DE ARAUJO PEREIRA	Aceito
Outros	Entrevistasemiestruturadareformulada.pdf	16/06/2023 13:39:07	JOSE ADRIANO DE ARAUJO PEREIRA	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projetedepesquisareformulado.docx	16/06/2023 13:37:48	JOSE ADRIANO DE ARAUJO PEREIRA	Aceito
Cronograma	Cronogramadeatividades.pdf	16/06/2023 13:37:09	JOSE ADRIANO DE ARAUJO PEREIRA	Aceito
Outros	Termodecompromissofinanceiro.pdf	18/05/2023 07:56:35	JOSE ADRIANO DE ARAUJO PEREIRA	Aceito
Declaração de Pesquisadores	TERMODECOMPROMISSORESPONABILIDADEPESQUISADORORIENTADO	18/05/2023 07:55:12	JOSE ADRIANO DE ARAUJO PEREIRA	Aceito
Declaração de Pesquisadores	TERMOCOMPROMISSORESPONSABILIDADEPESQUISADOR.pdf	18/05/2023 07:46:40	JOSE ADRIANO DE ARAUJO PEREIRA	Aceito

TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE.pdf	18/05/2023 07:44:44	JOSE ADRIANO DE ARAUJO PEREIRA	Aceito
Outros	certidaodeaprovaodeprojeto.pdf	02/05/2023 15:06:53	JOSE ADRIANO DE ARAUJO PEREIRA	Aceito
Outros	ANUENCIA.pdf	02/05/2023 15:01:12	JOSE ADRIANO DE ARAUJO PEREIRA	Aceito
Orçamento	Orcamento.pdf	02/05/2023 14:58:32	JOSE ADRIANO DE ARAUJO PEREIRA	Aceito
Folha de Rosto	Folhaderosto1.pdf	02/05/2023 14:49:08	JOSE ADRIANO DE ARAUJO PEREIRA	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

JOAO PESSOA, 21 de Junho de 2023

 Assinado por:
MARIA ELIANE MOREIRA FREIRE**(Cordenador(a))**

ANEXO B – ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL CURSO DE MESTRADO/DOCTORADO EM SERVIÇO SOCIAL

Entrevista semiestruturada

O estudo tem como objetivo identificar questões sobre a pedagogia da participação social dos/das pescadores/as artesanais da RESEX Acaú/Goiana PB, PE inseridos na Associação das Marisqueiras de Acaú - AMA na porção Paraíba, que serão entrevistados individualmente para que possamos compreender como acontece o processo de organização pedagógica da política de participação no território a ser estudado as suas possíveis relações com a política do Orçamento Democrático Estadual. Informamos que os dados pessoais não serão divulgados. Caso não queira fornecê-los, favor continuar respondendo as demais questões.

Este estudo está sendo realizado pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB), através do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes (CCHLA), junto ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PPGSS)

BLOCO A: DADOS SÓCIOECONOMICOS

1- Qual o seu número de telefone com DDD/WhatsApp? (opcional) (para devolutiva da pesquisa)

2- Com qual gênero você se identifica?

3- Com qual cor/etnia de pele você se

identifica? 4- Qual é a sua idade? _____

5- Naturalidade? _____

Atualmente, onde você reside e quantas pessoas moram com você? 7 – Sua moradia é própria? Alugada? Outra?

8- Estado civil?

9- Caso possua filhos, quais as idades e quantos? 10- Qual a sua Escolaridade?

11 Você enfrentou algum tipo de dificuldade para frequentar ou não, a escola?

1.1 BLOCO B: TRABALHO E RENDA

12 – Há quanto tempo você trabalha com a pesca artesanal e quais as principais dificuldades? _____

13 – Qual o valor mensal da sua renda? _____

14 – Caso mais alguém que reside com você sobrevive da pesca artesanal, na atualidade, qual o valor total da remuneração mensal somado todas as rendas?

R\$ _____

15- Caso já tenha recebido ou recebe algum tipo de auxílio financeiro, explique há quanto tempo e qual o tipo?

1.2 BLOCO B: PARTICIPAÇÃO

16- Há quanto tempo você é associado(a) da Associação das Marisqueiras de Acaú e caso participe de outras associações cite os nomes e o tempo como associado(a)?

17- Você já utilizou serviços oferecidos por algum equipamento pública instalado no território? Houve alguma dificuldade para acessar?

18- Como acontece o processo de organização/participação dos pescadores(as) artesanais para garantir que as políticas públicas possam chegar até vocês?

19- Você conhece a RESEX ACAÚ, GOIANA, PB, PE?

20- Como você enxerga a participação dos pescadores(as) nos grupos de organização, associação, colônia, conselhos, Ongs e qual a importância?

21– Por que você decidiu participar das reuniões da Associação das Marisqueiras de Acaú, e/ou de outras instituições tais como: Colônias de Pescadores/as de Acaú e/ou da RESEX Acaú/Goiana, PB, PE?

22- Você já ouviu falar sobre o Orçamento Democrático Estadual -ODE?

23– Se você conhece o ODE, gostaríamos de saber sua opinião sobre essa ferramenta e se você já participou de alguma reunião?

24 – Você poderia dizer se existe alguma política pública ou serviços conquistados pela luta dos trabalhadores da pesca artesanal?

25 – Na sua visão o que poderia ser feito para aumentar a participação dos pescadores(as) nas audiências, e em outros espaços de fiscalização, deliberação e de controle social?

ANEXO C – CARTA DE ANUÊNCIA



Associação das Marisqueiras de Acaú – AMA
 Av. Tamandaré s/n – comunidade da pontinha – Distrito de Acaú – Pitimbu – Paraíba
 CEP 58324 -000 – CNPJ 04 943 044/0001-06 – fone (83) 999069247

CARTA DE ANUÊNCIA

Declaramos para os devidos fins, que aceitaremos o pesquisador **José Adriano de Araújo Pereira** a desenvolver o seu projeto de pesquisa **Pedagogia da Participação dos Pescadores da RESEX Acaú/Goiana, PB, PE: Um estudo sobre o Orçamento Democrático Estadual**, que está sob a coordenação/orientação do Prof Dr Emanuel Luiz Pereira da Silva cujo objetivo é **analisar o processo da pedagogia de participação, através das dinâmicas territoriais das pescadoras e pescadores artesanais da RESEX Acaú/Goiana na porção Paraíba e a possível existência de vínculos com o Orçamento Democrático Estadual**, tendo como base de dados para realização da pesquisa a **Associação das Marisqueiras de Acaú -AMA**. Esta autorização está condicionada ao cumprimento do pesquisador aos requisitos da Resolução 466/12 CNS e suas complementares, comprometendo-se o mesmo a utilizar os dados pessoais dos sujeitos da pesquisa, exclusivamente para os fins científicos, mantendo o sigilo e garantindo a não utilização das informações em prejuízo das pessoas e/ou das comunidades. Antes de iniciar a coleta de dados o pesquisador deverá apresentar a esta Instituição o Parecer Consubstanciado devidamente aprovado, emitido por Comitê de Ética em Pesquisa Envolvendo Seres Humanos, credenciado ao Sistema CEP/CONEP.

CPE: 05422471431

Local, em 24/04/2023.

F: Presidente

Josimide Gomes dos Santos

Nome/assinatura e **carimbo** do responsável pela Instituição ou pessoa por ele delegada